



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

NIEDJHA LUCIENNE ABDALLA SANTOS

GOVERNANÇA NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS:
Territorialidades e Cidadania na Galeria dos Estados
em Brasília, Distrito Federal

Brasília – DF
2014

NIEDJHA LUCIENNE ABDALLA SANTOS

**GOVERNANÇA NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS:
Territorialidades e Cidadania na Galeria dos Estados
em Brasília, Distrito Federal**

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Doutora Marília Luíza Peluso

Brasília – DF
2014

Abdalla-Santos, Niedjha L.

Governança na gestão de espaços públicos urbanos: territorialidades e cidadania na Galeria dos Estados, em Brasília - Distrito Federal. Brasília: 2014 181 f. : il. (GEA/IH/UnB, Mestre, Geografia - Gestão Ambiental e Territorial, 2014).

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Geografia, 2014.

1. Gestão Ambiental Urbana.
2. Avaliação Pós-Ocupação.
3. Direitos difusos e coletivos.
4. Geografia urbana.

I. Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir e emprestar cópias desta dissertação para propósitos acadêmicos e científicos. A autora reserva outros direitos de publicação e, excetuando-se aquelas cuja autoria seja de terceiros, qualquer parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a autorização por escrito da autora, desde que citada a fonte.

Niedjha Lucienne Abdalla Santos

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas - Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia

GOVERNANÇA NA GESTÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS:
Territorialidades e Cidadania na Galeria dos Estados, em
Brasília, Distrito Federal

Niedjha Lucienne Abdalla Santos

Dissertação de Mestrado submetida ao Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em Geografia, área de concentração Gestão Ambiental e Territorial, opção Acadêmica.

Aprovada por:

Profa. Dra. Marília Luiza Peluso
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília
(Orientadora)

Prof. Dr. José Walter Nunes
Departamento de História, Universidade de Brasília
(Examinador Externo)

Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho,
Departamento de Geografia, Universidade de Brasília
(Examinador interno)

Brasília, 30 de outubro de 2014.

A meus filhos e netos, pelos quais me motivo continuamente.

A Gabriel, meu Anjo e Companheiro.

AGRADECIMENTOS

Para quem se viu obrigada a deixar de estudar ainda muito jovem, por ter se tornado arrimo de família bem antes de completar 20 anos de idade, chegar tão perto de alcançar o grau acadêmico de Mestre somente agora é uma realização indescritível. É algo que, tenho consciência, jamais alcançaria sozinha e cujas contribuições não conseguiria enumerar sem lacunas.

Receosa de pecar ao ser específica, optei por generalizar nos agradecimentos. Assim, quero agradecer a todos aqueles que, em algum momento e de alguma forma, possam ter participado das muitas confluências de esforços que me trouxeram até aqui, principalmente aos professores e servidores do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília.

Apesar da opção pelo agradecimento genérico, quero registrar rápidas exceções. Certa de ser entendida pelos demais, agradeço especialmente aos professores avaliadores deste trabalho: professor José Walter Nunes, examinador externo que gentilmente aceitou nosso convite e cujas reflexões sobre os movimentos sociais em Brasília muito nos serviram de inspiração; professora Marília Luiza Peluso, minha orientadora, pela confiança e respeito contínuos; professores Dante Reis Junior e Fernando Sobrinho pelas ricas contribuições ao relatório de qualificação, que me permitiram ampliar entendimentos para elaborar esta dissertação; e professora Lúcia Cony pela gentileza de se disponibilizar tão prontamente como examinadora suplente.

Os demais servidores do Departamento de Geografia, que tanto me auxiliaram, não de me perdoar, mas seria omissão deixar de enfatizar meu carinhoso agradecimento a Simoní Hiargles, invariavelmente sorridente e disposta a ajudar na resolução das questões burocráticas que às vezes nos "aperreiam" mais do que deveriam. Sua paciência, bom humor e profissionalismo muitas vezes nos facilitaram o percurso.

Como disse, tenho consciência de que não caminhei sozinha. Família, amigos, colegas de caminhada, mestres e auxiliares, conhecidos e desconhecidos me ajudaram a chegar aqui, principalmente nos momentos em que a saúde frágil me pregou acentuadas peças. Agradeço profundamente a todos pela força, pelo carinho, pela torcida e pela energia que recebi. Sucesso e saúde para todos nós.

"O planalto goiano do quadrilátero brasiliense é um deserto úbere
onde os vales podem ter húmus e fertilidade e as encostas
costumam estar lavadas, encascalhadas, palmilhadas de piçarra quente e de barro
espesso, recobertas de capim "brabo",
de **minúsculas butiás, canelas-de-ema e mato ralo e rasteiro.**
Esses galhos retorcidos, essas folhas secas e enegrecidas
que são pródigas de flores minúsculas e graciosas na primavera,
no inverno renascem, com mais força, com mais ímpeto,
à chegada das primeiras chuvas. E parece que o céu desaba sobre elas!
Os recolhedores saem à cata das melhores mostras,
embalsama-as e as vende aos turistas,
no pátio da Catedral e nos corredores da Galeria dos Estados
como artesanato regional.
São flores e folhas mumificadas
pelas condições ecológicas de sua sobrevivência!"
Antonio **MIRANDA**.¹

"Privilegiando a linguagem do espaço simbólico na sua leitura do mundo,
a literatura existente normalmente se funde e se separa da ciência,
conjugando-se com ela na intencionalidade da compreensão do mundo,
mas rejeita a tendência desta ao discurso árido.
Optando por sua vez pela linguagem do espaço real, a ciência menospreza a do
espaço simbólico, acusando-o de subjetivismo. [...]
O problema é que tomando de empréstimo ao espaço circundante as armas de
sua leitura simbólica, rica de significados subjetivos,
a literatura acaba ironicamente por ser uma leitura espaço-temporal do
mundo mais eficaz que a da geografia e da história,
teoricamente ciências do espaço e do tempo."
Ruy **MOREIRA**.²

Até recentemente, acreditava quase cegamente no vínculo social.
Eu o julgava rico e robusto, universal, preservado através das guerras e das
crises. Atribuía essa confiança, esse otimismo ao "marxismo"
e às análises "marxistas" da prática social. **Não conseguia entender as**
ambiguidades da relação social, distintas das relações econômicas e políticas:
espontaneidade e coerção, afetos e dependências, proibições e liberdades.
Discernia mal os interstícios.
Henry **LEFÉBVRE**.³

¹MIRANDA, Antonio. *Ecologia Brasiliense*: um poema (extraído do livro Brasília: capital da utopia). Disponível em: <http://brasiliapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=18&Itemid=44&limit=35&limitstart=560>. Acesso em: 10 jul. 2013

²MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia*: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. - 2.ed. - São Paulo: Contexto, 2011. p. 145.

³LEFÉBVRE, H. *La presencia y la ausencia*: contribución a la teoría de las representaciones. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1983. p.8

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é entender as condições de abandono tão evidentes em alguns equipamentos públicos urbanos de intensa utilização como praças, parques, pontos de ônibus, passagens de pedestres, estações rodoviárias e metroviárias. Espaço público, aqui, é entendido como equipamento para prestação de serviços públicos urbanos. O trabalho articula diálogo interdisciplinar, privilegiando análises sob as perspectivas da Geografia, da Administração e do Direito, sem desprezar a relação do tema com outras áreas do conhecimento, como a Sociologia e a História. Busca identificar instrumentos legais disponíveis para gestores públicos e entender como tais ferramentas contribuem para a governança na gestão urbana. Tem por objeto a Galeria dos Estados, passagem subterrânea de pedestres com intensa utilização situada no interior da poligonal tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em Brasília, Distrito Federal. Toma-se por hipótese que a gestão do ambiente urbano é realizada sem levar em conta interesses e direitos dos cidadãos, o que pode gerar resistência que causa o enfraquecimento das estruturas de governança; pressupõe-se que as noções de governança e de espaço público têm sido utilizadas com carga semântica diversa na Geografia e na Administração, dificultando o diálogo entre as duas ciências. Os resultados deixam evidentes o papel integrador da geografia e a contribuição da análise geográfica para a interpretação de fenômenos e *processos* que se desenrolam nos *lugares*.

Palavras-chave: gestão urbana, Galeria dos Estados, governança, geografia.

ABSTRACT

The objective of this research is to understand the conditions of neglect as evident in urban public facilities used extensively as squares, parks, bus stops, pedestrian walkways, bus stations and subways. Public space, here, is understood as equipment for delivery of urban public services. The work articulates interdisciplinary dialogue, focusing analyzes the perspectives of Geography, Administration and Law, seeking to identify legal tools available to policy makers and how these tools contribute to governance in urban management. Is engaged in the Galeria dos Estados, underground pedestrian passage with intense use located within the polygonal registered by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) and by the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), in Brasília, Distrito Federal. Hypothesis is taken by the management of the urban environment is performed without taking into account the interests and rights of the townspeople, which can generate resistance that causes the weakening of governance structures; it is assumed that the notions of governance and public space have been used with diverse semantic load in Geography and Management, complicating the dialogue between the two sciences. The results make evident the integrative role of geography and the contribution of geographic analysis for the interpretation of phenomena and processes that unfold in places.

Keywords: urban management , Gallery of states, governance , geography .

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** - Desigualdades no tempo-espaço: à direita, Banco Central do Brasil visto da plataforma intermediária da Galeria dos Estados ao pôr do sol; à esquerda, morador de rua ao amanhecer, em frente a um restaurante da Galeria dos Estados (pisos remendados e parede grafitada); ao centro, Relógio da Galeria, quebrado e parado há mais de vinte anos. Fotos: Gabriel Melo24
- Figura 2** - À direita, capa de uma das seis obras que compõem o *Organum*, de Aristóteles (384-322 a.C.); à esquerda, capa do *Novum Organum* (1620), crítica de Francis Bacon (1561-1622) à lógica aristotélica e proposição de seu método indutivo.....29
- Figura 3** - Mapa do mundo elaborado pelo geógrafo, historiador e viajante grego Hecateu de Mileto (546-480 A.C.), a partir do Mapa da Terra, trabalho iniciado por Anaximandro (610-547 a.C.).30
- Figura 4** - Relação dialética do marxismo com o capitalismo e do capitalismo com o marxismo.....33
- Figura 5** - Visualização da construção do conhecimento por meio da integração da perspectiva dialética marxista com a dimensão do espaço vivido. FONTE: elaboração da autora, adaptada a partir de estudo de Tribe (2006).46
- Figura 6** - Plataforma Superior da Galeria dos Estados, no Setor Comercial Sul (SCS), às 9h de uma manhã de domingo. Acesso à Estação Metroviária Galeria, ao Setor Bancário Sul (SBS) e ao Setor de Autarquias Sul (SAS). Escadarias no SBS permitem acesso direto ao Complexo Cultural da República (Biblioteca Nacional e Museu Nacional), bem como à Esplanada dos Ministérios. Ao fundo, vista do Banco Central do Brasil. Foto: Gabriel Melo.....47
- Figura 8** - Quadro-resumo da estrutura da Dissertação: permite rápida visualização do desdobramento dos objetivos específicos nos correspondentes capítulos da dissertação. FONTE: Elaboração da autora.54
- Figura 10** – Grelhas expostas e calçadas quebradas na área Central sob o Eixão.....61
- Figura 11** - Revestimento descascado.....61
- Figura 13** - Projeto nº 22, vencedor do Concurso do Plano Piloto de Brasília. Apresenta os dois primeiros traços da solução proposta por Lucio Costa para Brasília. Integra o projeto vencedor do concurso e tem sido uma das imagens mais reproduzidas nos trabalhos acadêmicos e artísticos sobre a capital brasileira.....62
- Figura 14** - Relatório Brasília Branco Piloto. Pág. 1/12. Nessa primeira página já é possível perceber controvérsias.....68
- Figura 15** - Espaço do proletariado. A Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, foi inaugurada em 18 de dezembro de 1956 e construída para abrigar os trabalhadores oriundos de outras regiões do país, que deveriam retornar a seus locais de origem após a construção de Brasília. FONTE: Série Cartões Postais do Arquivo Público do Distrito Federal (2010).69
- Figura 16** - Densidade demográfica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1950/2010. ⁽¹⁾População presente. ⁽²⁾População recenseada. ⁽³⁾População residente. FONTE: elaboração da autora a partir de indicadores demográficos do Anuário Estatístico do Brasil 2012 (IBGE, 2013).70
- Figura 17** - Espaço do capital. Brasília *Palace Hotel*. Inaugurado em 1958 e inicialmente chamado de hotel de Turismo, foi o primeiro hotel de grande porte construído na Capital. Projetado por Oscar Niemeyer

em terreno de 13 mil m ² . obedece conceitos do movimento modernista da arquitetura, com fachadas e pilotis livres, formas leves e suaves e painéis artísticos assinados por Athos Bulcão. FONTE: Série Cartões Postais do Arquivo Público do Distrito Federal (2010).....	73
Figura 18 - Fotos de estações metroviárias situadas ao longo dos eixos rodoviários sul: limpeza, segurança, soluções de acessibilidade, comunicação visual, sistema de drenagem de águas pluviais.	81
Figura 19 - Exemplo de notícias que envolvem consequências dos problemas nas PSP sob os eixos rodoviários de Brasília (Eixão e Eixinhos). FONTE: compilação e elaboração da autora a partir de dados coletados na Internet.	82
Figura 20 - Relógio e letreiro luminoso da Galeria dos Estados, vandalizado e parado há décadas: história não registrada; memória recuperável? Fotos: Gabriel Melo.....	91
Figura 21 - Trecho do Relatório do Plano Piloto de Brasília, proposta, do urbanista Lúcio Costa, vencedora do concurso para concepção da nova capital brasileira (grifos e destaques da autora). FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).	96
Figura 22 - Trecho retirado da página 64 do livro Brasília 57-85, no qual Lucio Costa comenta ajustes que foram feitos ao projeto urbanístico original do RPPB e suas consequências. (grifos e destaques da autora).....	98
Figura 23 – Grelhas expostas e calçadas quebradas na área Central sob o Eixão.	102
Figura 24 - Situação das instalações elétricas na Galeria dos Estados.....	103
Figura 25 - Morador de rua dormindo sob a marquise de um restaurante na Galeria.....	109
Figura 26 - Sanitários da Galeria dos Estados - SCS, fechados há quase dez anos.....	112
Figura 27 – ‘Sanitários’ improvisados nas escadas internas e na marquise sob o ponto de ônibus do Eixo W (ferrugem corroendo a grade de ventilação e inspeção). Foto: Gabriel Melo	113
Figura 28 - Cabines de sanitários públicos W.Sita instaladas no SBS e SCS pelo GDF em 2010. Ao fundo, edifícios do Ministério da Fazenda (SCS) e Sede III do Banco do Brasil (SBS). A W.Sita esteve envolvida no escândalo de pagamento de propinas que resultou na CPI da padronização dos quiosques em São Paulo e no afastamento do prefeito Celso Pita em 1999 (CMSP, 1999). Fotos: Gabriel Melo.....	114
Figura 29 - Inundações da Galeria dos Estados: dificultando o trânsito de pedestres, arriscando a saúde coletiva e gerando prejuízo aos lojistas. Fotos: Gabriel Melo	115
Figura 30 - Qualidade de vida: lixeira furada, orelhões e posto policial vandalizados, rato aos pés do usuário, rato morto.	115

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.
ACLUG – Associação de Cidadãos Usuários da Galeria dos Estados
APO - Avaliação Pós-Ocupação do ambiente construído
ArqPDF – Arquivo Público do Distrito Federal
CFB/88 – Constituição Federal Brasileira de 1988
CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
CMSP – Câmara Municipal de São Paulo
CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal
IBCG - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
METRÔ-DF – Companhia do Metropolitano do Distrito Federal
NBR - Norma Brasileira Registrada
NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
OTC - Observações Técnico-Construtivas, estratégias de APO
OTF - Observações Técnico-Funcionais, estratégias de APO
PDRAE - Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PGDF – Procuradoria-Geral do Distrito Federal
PSP - Passagem Subterrânea de Pedestre
RA-I –Região Administrativa I do Distrito Federal (Administração Regional de Brasília)
RPPB - Relatório do Plano Piloto de Brasília
SAS - Setor de Autarquias Sul
SBN - Setor Bancário Norte
SBS - Setor Bancário Sul
SCDF – Secretaria de Cultura do Distrito Federal
SCN - Setor comercial Norte
SCS - Setor Comercial Sul
SDS - Setor de Diversões Sul
SEDHAB – Secretaria de Estado Regularização e Desenvolvimento Urbano SMHS -
Setor Médico-Hospitalar Sul
SHS - Setor Hoteleiro Sul
SPHAN – Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STDF – Secretaria de Transportes do Distrito Federal
TCDF - Tribunal de Contas do Distrito Federal
TCU - Tribunal de Contas da União
TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

PREÂMBULO.....	14
INTRODUÇÃO	15
PARTE 1 - O ROTEIRO: ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	26
CAPÍTULO 1. Da Geografia do Manifesto às manifestações da existência: orientação metodológica da pesquisa.....	26
1.1. Um pouco sobre método	27
1.2. A geografia marxista e a dialética como método analítico.....	31
1.3. A geografia cultural: espaços do cotidiano e a perspectiva do espaço vivido. ...	36
1.4. Globalização e corpo como recursos de interpretação integrada do fenômeno urbano	39
CAPÍTULO 2. Objeto, técnicas e instrumentos: o roteiro da pesquisa.....	47
2.1. Objeto de estudo e participantes	47
2.2. Instrumentos de coleta de dados.....	51
2.3. Procedimentos de coleta e de análise de dados	55
PARTE 2 - A PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	63
CAPÍTULO 3. Brasília: totalidade, paisagem e lugar.....	63
3.1. Refletindo em torno de escalas espaciais	64
3.2. A evolução socioespacial em Brasília.....	67
3.3. Imaginários, territorialidades e patrimônios subterrâneos em Brasília	73
3.4. O espaço público e as galerias de Brasília.....	79
CAPÍTULO 4. Governança na Gestão, Territorialidades e Cidadania na Galeria dos Estados.....	83
4.1. Galeria dos Estados: espaços do capital e espaço vivido	83
4.2. Gestão e Governança na Galeria dos Estados	90
4.2.1. Governança na gestão urbana.....	91
4.2.2. Gestão da memória e da história do lugar.....	95
4.2.3. Gestão patrimonial.....	100
4.3. Territorialidades na Galeria dos Estados.....	104
4.4. Cidadania na Galeria dos Estados	110
4.4.1. O cenário.....	110
4.4.2. O Direito.....	116
4.4.2.1. Gerações de direitos fundamentais	116
4.4.2.2. Constituição Federal brasileira de 1988 e legislação decorrente.....	119
4.4.3. Os avanços da ação coletiva.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERÊNCIAS	131
ANEXOS	138

PREÂMBULO

“Sempre foi característica nossa a de sermos compostos de indivíduos de diversas procedências que possuem um denominador comum. [...] Penso que é de nossa natureza ser uma população heterozigótica.” Carl Sauer

Ao refletir sobre a educação do Geógrafo, Sauer (2000: 138) reconhece o valor da diversidade de procedências acadêmicas para o desenvolvimento do conhecimento geográfico. E alerta para a necessidade de se afastar a ambição de precocidade na formação desse profissional, cujo amadurecimento, segundo o autor, deve ser gradual, resultante da lenta acumulação “do conhecimento, da experiência, do discernimento” aos quais se subordinam “técnicas, processos formais de análise e de generalização”.

A Geografia e eu nos apresentamos em março de 2012, quando iniciei a primeira disciplina na condição de mestranda. Paixão imediata. Pouco mais de dois anos se passaram desde que li o primeiro livro da disciplina. Milhares de páginas, dezenas de volumes se seguiram, possibilitando as (parcas) reflexões aqui trazidas. Mas o que são dois anos para tanta descoberta? Quantas obras deixaram de ser vistas? As palavras de Sauer retumbaram em minha mente, gerando angústias: estaria eu pronta para a ambição de dissertar?

Trabalho minutado, percebo a enorme pressão decorrente da opção por discorrer sobre o urbano em Brasília sem referenciar (ou reverenciar) a Carta de Atenas, Le Corbusier, a Missão Cruz, o Sonho de D.Bosco, o Relatório Belcher, entre outros. Ousadia? Insanidade? Incompetência? Falta de leitura?

Num ímpeto de autodefesa, construo o argumento segundo o qual terei oportunidade de abordar outras obras, outros autores, no curso de novas investigações. Não se altera, porém, o fato de ter desejado reescrever cada versão do trabalho, tentando fazê-lo melhor (admito certa dificuldade para ajustar algumas referências mais conhecidas aos temas e obras que julguei indispensáveis às reflexões desenvolvidas neste trabalho). Consciente de minhas limitações, quero crer que fiz o máximo para dissolver as inquietações que me trouxeram até aqui.

Eis o resultado: as páginas seguintes traduzem os esforços da autora na busca de ampliar a apreensão de seu objeto de estudo, anteriormente analisado sob a ótica da Administração e do Direito; não representam o caminhar seguro de um geógrafo experiente, mas os cautelosos passos de quem inaugura aqui suas tentativas de aproximação com o potencial integrador da Geografia.

INTRODUÇÃO

"Mas o que é o lugar?

Podemos compreendê-lo por **dupla forma** de entendimento. O lugar como **ponto da rede** formada pela conjunção da horizontalidade e da verticalidade, do conceito de Milton Santos, e o lugar como **espaço vivido** e clarificado pela relação de pertencimento, do conceito de Yi-Fu Tuan." Ruy **MOREIRA**⁴

"Eu gostaria de acompanhar alguns dos procedimentos - multiformes, resistentes, astuciosos e teimosos - que escapam à disciplina sem ficarem mesmo assim fora do campo onde se exerce, e que deveriam levar a uma teoria das práticas cotidianas, do espaço vivido e de uma inquietante familiaridade da cidade." Michel de **CERTEAU**⁵

"Mas a situação mudou. **Essa reprodução das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade**, através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro." Henry **LEFEBVRE**⁶

Mais de ano após as primeiras ocorrências, o conjunto de manifestações populares desencadeado desde junho de 2013 em diversas cidades brasileiras não se extinguiu. Ao contrário, persiste, intensificando-se também nos ambientes virtuais da rede mundial de computadores, e se vem mostrando fenômeno de difícil interpretação, principalmente no que diz respeito aos motivos que lhe deram origem.

Hipóteses variadas dão margem a especulações igualmente distintas: os fatos refletiriam atitudes de cidadãos conscientes, insatisfeitos com a falta de qualidade na prestação de serviços públicos básicos, como saúde, educação, transporte e segurança? Ou seriam apenas reações de eleitores decepcionados,

⁴ MOREIRA, Ruy. *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Contexto, 2012. p.174

⁵ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*; p.175. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

⁶ LEFEBVRE, Henry. *Espaço e política*; p.47-48. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

pressionando para minimizar a corrupção nos meios políticos nunca antes tão evidenciada pela mídia nacional? Manifestantes estariam sendo inocentes úteis nas mãos de bem urdida articulação da oposição político-partidária que teria recorrido a mercenários para vandalizar patrimônios públicos e privados, numa tentativa de desestabilizar os governos de esquerda há mais de dez anos no poder? Ou, quem sabe, presencia-se unicamente o natural despertar da cidadania urbana, *processo* inevitável decorrente da urbanização, *forma* de concentração espacial que exige *estrutura* apropriada à efetivação de sua *função*?

Em favor dessa última possibilidade tem-se o fato dela se adequar ao fenômeno urbano, seja este considerado como concentração populacional espacial com dimensão e densidade características, ou como sistema cultural de uma dada sociedade - comportamentos, atitudes e valores. Além disso, tal pressuposto apresenta os elementos fundamentais para a compreensão da organização e da evolução espacial que, segundo Santos (2008a: 50) só se torna possível “mediante a acurada interpretação do *processo* dialético entre *formas*, *estrutura* e *funções* através do tempo”. Entendimento que ajuda a explicar “como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças” (SANTOS, 2008a: 53).

Nesse sentido, quaisquer que tenham sido os motivos que levaram ao início das manifestações, e onde quer que elas venham a chegar, é possível destacar no cenário pelo menos duas características de tal *processo*: ele ocorre nos centros urbanos (*forma*) e ele traz à tona insatisfações com algumas de suas *funções*, ou seja, com aspectos do dia-a-dia do cidadão que se refletem sobre a *estrutura* do espaço social atual (como preço e qualidade dos serviços públicos de transporte, saúde, educação e segurança; peso e destinação da arrecadação tributária, entre outros).

É certo que na pauta de reivindicações dos manifestantes encontram-se, entre muitos outros, alguns itens recorrentes da agenda política global, como as questões relacionadas à educação, saúde, transporte e segurança. É igualmente evidente que os problemas elencados não se restringem às cidades. Entretanto, tendo em vista a crescente complexidade dos centros urbanos, que representam os aglomerados de maior concentração humana da atualidade, pode-se, seguramente,

associar manifestações como as brasileiras de junho de 2013 a ocorrências de gestão urbana. Fatos que, aliás, não se restringem ao cenário nacional e têm sido testemunhados em diversas partes do planeta desde o século passado (México, Chile, Espanha, Portugal, Turquia, entre outros).

"Conflito na e pela cidade é saudável, e não uma patologia que intervenções estatais devam controlar e suprimir."⁷ Assim se manifestou David Harvey, em entrevista à Editora Boitempo em agosto de 2013, a propósito da explosão de movimentos urbanos contestadores em todo o mundo, inclusive no Brasil. O autor afirma que, ao reimaginar e refazer cidades, apenas os movimentos sociais, o engajamento político ativo e a disposição de lutar por seu lugar seriam capazes de minimizar o privilégio e a discriminação aos diferentes interesses ou comunidades que nelas existem.

Esse entendimento de Harvey expressa algo muito próximo do que Nunes (2005: 22) caracterizou como o “caminhar histórico” que “não é nada mais, nada menos que práticas sociais, políticas e culturais concretas, sobretudo dos diferentes grupos que conformam e vivem a cidade no seu dia a dia.” Segundo este autor, trata-se de cenário no qual é possível observar o surgimento das discussões relacionadas aos interesses de diversos segmentos sociais, em substituição às questões mais gerais. Interesses que, “traduzidos pelo desejo (e direito) de apropriação da cidade, tanto nos seus aspectos simbólicos quanto físico-espaciais”, traduzem-se em “inesgotável fonte de conflitos sociais e políticos [...]”.

O contexto permite tornar oportuna a presente pesquisa. Embora não se tenha aqui intenção de discutir o *processo* político nacional, nem os protestos de massa que eventualmente se desenvolvam, propõe-se a contribuir com os esforços de elucidação de problemas urbanos contemporâneos. Busca-se na Geografia uma interpretação para a gestão urbana capaz de relacionar transversalmente outras disciplinas das ciências sociais, aplicadas ou não, especialmente a História, a Administração e o Direito.

Entende-se aqui que gerir uma cidade é mais do que construir e divulgar obras de grande vulto. É preciso atentar para os “bastidores da beleza do meio

⁷ HARVEY, David. *O direito à cidade nas manifestações urbanas*:entrevista inédita com David Harvey. Publicada em 29/08/2013 no website da Editora Boitempo.

urbano, que revelam a dinâmica do dia-a-dia dos usuários de espaços públicos quase sempre relegados a planos secundários” (ABDALLA-SANTOS, 2011: 19).

Essa agressão diária sofrida pelos que necessitam da infraestrutura urbana é praticamente invisível para os que não a vivem. Gestores públicos parecem ignorar que equipamentos urbanos como pontos de ônibus, estações rodoviárias e metroviárias, praças, parques e faixas de pedestres traduzem bem mais do que necessidades, pois são instrumentos de garantia a direitos fundamentais constitucionalmente tutelados (vida, segurança, liberdade, igualdade e propriedade).

Reflexos, ou não, da *seletividade* que confere aos lugares a *fluidez* favorável à expansão dos mercados globalizados (SANTOS, 2000), espaços públicos urbanos, aqui entendidos como equipamentos para oferta de serviços públicos, parecem servir cada vez menos ao objetivo de mediar a relação indivíduo-meio.

Apesar de a evolução das técnicas ter revalorizado o trabalho e o capital, *requalificando territórios* e abrindo novos horizontes à humanidade (SANTOS, 2000), essa mesma humanidade revela-se frequentemente esquecida por agentes políticos responsáveis pela gestão ambiental urbana. Embora devesse destinar-se ao atendimento das necessidades de muitos, o equipamento público nas cidades contemporâneas tem sido muitas vezes tratado como “mercadoria para consumo de poucos” (SERPA, 2009: 9). Tanto, que é cada vez mais comum observar-se nas grandes cidades a apropriação privada dos espaços públicos e o crescimento de identidades territoriais conflitantes com o direito ao uso democrático do ambiente urbano. São fenômenos decorrentes da deficiência na gestão urbana, que Gomes (2012: 169-176) caracteriza como *recuo da cidadania* decorrente do *recuo do espaço público*.

Gestores públicos parecem não entender as cidades como ambientes de relações humanas, econômicas, políticas e ideológicas que precisam tomar consciência de si mesmas, como seres vivos, de forma a coordenar esforços para alcançar objetivos comuns à coletividade (MOTA, 1981). Alheiam-se ao fato de que gerir um sistema de tamanha proporção requer entendimento da relação existente entre espaço urbano, ambiente e sociedade (NASCIMENTO et al, 2003).

Dinâmica que envolve discursos quase sempre dissociados da efetiva gestão territorial, cuja complexidade traz à tona relações de poder e conflitos de interesses públicos e privados (CIDADE, 2010). E cuja compreensão demanda "um

amplo espectro de conhecimento, que vai da Arquitetura à Geografia, à Antropologia, ao Urbanismo, à Sociologia, à Ciência Política, à Economia Urbana, à História, etc." (PAVIANI, 2010: 16).

Gestão urbana, portanto, exige um conjunto de atividades em setores políticos da sociedade, somente alcançável por meio da *boa governança*⁸, que requer participação, administração de relacionamentos, eficiência, equidade, transparência, e responsabilidade em prestar contas. Além disso, como depende de ações públicas, exige também legitimidade e respeito a princípios constitucionais de legalidade e moralidade, entre outros (SLOMSKI, *et al*; 2008).

Direito do cidadão, dever do Estado, a manutenção de equipamentos públicos urbanos foi abordada por Abdalla-Santos (2011) como aspecto de gestão ambiental com consequências marcantes sobre memória, história, patrimônio e qualidade de vida das cidades. Em pesquisa que considerou a multiplicidade disciplinar relacionada aos *processos* de gestão daqueles espaços, a autora destacou aspectos jurídicos, políticos, econômico-contábeis e de comunicação pública. Como resultado, foi produzido um roteiro para diagnóstico de gestão⁹ de equipamentos públicos urbanos, com base em técnicas e instrumentos de Avaliação Pós-ocupação do ambiente construído (APO).

O tema foi desenvolvido com base na realidade da Galeria dos Estados, logradouro público de intensa utilização situado no centro da Capital Federal brasileira, no interior da poligonal tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). O *lugar* possui memória própria, que se perdeu entre desconexas idas e vindas de agentes políticos atentos prioritariamente às suas trajetórias pessoais. A Galeria, como é conhecida pela população local, é uma das muitas passagens subterrâneas de pedestres (PSP) existentes em Brasília.

⁸ A 'boa governança', segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG, 2007), decorre do cumprimento de requisitos que foram gradualmente definidos após a edição da Lei Sarbanes-Oxley (EUA, 2002). Inicialmente voltados à recuperação da confiança pública nas corporações norte-americanas, tais requisitos passaram a ser buscados por entidades de portes variados e, principalmente, governos. A Organização das Nações Unidas (ONU) tem divulgado e promovido o discurso da 'boa governança' por meio de instituições como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo de Democracia das Nações Unidas (UNDEF), a Rede Pública de Administração das Nações Unidas (UNPAN) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

⁹ O diagnóstico é um dos dois momentos de uma Análise Administrativa. Esta, por sua vez, é considerada uma das principais abordagens da Administração. Simplificadamente pode-se dizer que ela consiste em um processo de trabalho permanente e dinâmico, que tem por objetivo realizar diagnósticos situacionais sempre seguidos da busca de soluções integradas para problemas administrativos de variados portes, tanto em nível operacional, quanto tático e estratégico (Cury, 2000).

Definidas como um equipamento público de segurança viária pelo Código Nacional de Trânsito, as PSP de Brasília são rejeitadas pela população, que prefere o risco de atropelamento nas avenidas movimentadas, do que assaltos nas passagens sujas, mal iluminadas e sem policiamento. Representam, assim, antiga questão que volta e meia ressurgue entre notícias de atropelamentos e assaltos no Eixo Rodoviário da cidade (Eixão). Mesmo sendo a mais representativa dessas PSP, a Galeria dos Estados não tem tratamento diferenciado. E partilha com milhares de usuários as consequências de gestão urbana incapaz de permitir o uso democrático e sustentável da cidade, direito difuso tutelado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (CFB/88).

Possivelmente o maior corredor humano da cidade, a Galeria dos Estados liga o Setor Bancário Sul (SBS) ao Setor Comercial Sul (SCS) viabilizando a circulação diária de cerca de 100 mil pessoas e dando acesso aos setores Hoteleiro (SHS), Médico-Hospitalar (SMHS), de Diversões (SDS), de Autarquias Sul (SAS), ao Complexo Cultural da República (Biblioteca Nacional e Museu Nacional), bem como à Esplanada dos Ministérios.

Os estudos de Abdalla-Santos (2011), embora tenham tido sucesso em evidenciar e registrar as péssimas condições de conservação daquele logradouro público em confronto com suas condições de uso, com as necessidades e direitos de seus usuários, não se mostraram capazes de relatar eventuais causas que poderiam levar às consequências diagnosticadas. Em outras palavras, o trabalho realizado a partir de técnicas de análise administrativa permitiu identificar apenas como têm sido geridos os espaços públicos escolhidos e quais as consequências sobre seus usuários. Entretanto não conseguiu esclarecer porque a gestão de tais equipamentos não se volta ao atendimento das necessidades e direitos daqueles cidadãos.

Desse contexto emerge naturalmente a seguinte questão: como explicar, nas cidades, as condições de abandono tão evidentes em certos equipamentos públicos, notadamente os de intensa utilização como praças, parques, pontos de ônibus, passagens de pedestres, estações rodoviárias e metroviárias?

Em resposta, esta pesquisa teve por objetivo geral buscar explicações para o abandono e a degradação de espaços urbanos que se constituem em

equipamentos públicos de grande utilização, a partir do caso da Galeria dos Estados, em Brasília, Distrito Federal.

Tem-se por hipótese que os responsáveis pela gestão ambiental urbana não costumam considerar os interesses e direitos dos cidadãos, nem os diversos territórios de poder que se configuram em um logradouro público, o que pode gerar resistências que provocam o enfraquecimento das estruturas de *governança*.

Pressupõe-se, também, que as noções de governança e de espaço público têm sido utilizadas com carga semântica diversa na Geografia, na Administração e no Direito, dificultando o diálogo entre essas. Quadro que pode ser alterado com esforços interpretativos dos objetos de estudo da administração sob a abordagem geográfica e do direito, resultando em benefícios mútuos.

Para alcançar o objetivo geral e nortear os passos da investigação das hipóteses elencadas, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar referenciais teóricos utilizados pela Administração para elaboração de diagnósticos de gestão urbana;
- Localizar mecanismos jurídico-administrativos aplicáveis à gestão de equipamentos públicos urbanos;
- Analisar geograficamente o arcabouço teórico-conceitual inicialmente identificado, procurando alinhar dialogicamente a Administração, o Direito e a Geografia, no que concerne à governança na gestão de espaços urbanos;
- Destacar processos históricos e aspectos geopolíticos de Brasília considerados relevantes para a fase empírica da pesquisa, tendo em vista o papel da Galeria dos Estados enquanto equipamento público urbano de grande circulação de usuários na capital federal;
- Identificar partes interessadas na gestão Galeria dos Estados, relacionando os papéis, atual ou histórico, de cada grupo identificado;
- Detalhar as condições de conservação e nível de utilização, eventuais problemas, carências e demandas dos usuários, bem como iniciativas de gestão do local, analisando se estas levam em consideração as primeiras.

Os procedimentos metodológicos envolveram inicialmente pesquisa documental e bibliográfica realizada a partir de legislação, documentos públicos, livros, jornais e *websites*. Dessa forma foi possível não só construir o referencial teórico das principais disciplinas que respaldam o tema escolhido para o trabalho,

como também identificar relações entre elas. Foi igualmente com recursos documentais e bibliográficos que se procurou identificar origem e evolução da Galeria dos Estados até os dias atuais.

Num segundo momento, a fase empírico-analítica da pesquisa consistiu em: (1) entrevistas estruturadas com base em recursos de avaliação pós-ocupação do ambiente construído (APO) feitas com usuários de cada um dos três turnos de funcionamento da Galeria dos Estados; (2) observações técnico-construtivas, sobre as condições de conservação, e técnico-funcionais, quanto às condições de uso do logradouro estudado; e (3) observações comportamentais sobre usuários de difícil abordagem (moradores de rua; usuários e traficantes de drogas; profissionais em atividades de treinamento intensivo ao ar livre, como brigadistas treinando ações de salvamento, bombeiros treinando cães-guia ou cães de resgate, e policiais treinando cães farejadores).

Foram, ainda, realizadas algumas entrevistas abertas com agentes públicos e privados de alguma forma relacionados ao cenário estudado: arquiteta da Novacap responsável pelo projeto de reforma da Galeria, Secretário-adjunto de Turismo do Distrito Federal, presidente do Metrô-DF, diretores de associação de usuários cuja documentação comprovou representatividade no local, 90% dos comerciantes locais, além de alguns usuários com mais de oitenta anos de idade que frequentam a Galeria há mais de trinta anos.

Esta pesquisa se justifica por acrescentar a análise da dinâmica espacial aos diagnósticos de gestão urbana, possivelmente permitindo propostas de intervenção administrativa¹⁰ mais voltadas ao atendimento das necessidades e direitos dos cidadãos, uma vez que "a trama relacional das localizações é um dos elementos-chave na compreensão dos fenômenos" espaciais (GOMES, 2012).

Adicionalmente, a possibilidade de estreitar as relações da geografia com a administração pública, não no sentido ideológico, mas pela valorização do potencial interpretativo das categorias de análise geográfica, é também aspecto positivo a ser considerado.

¹⁰ Outro importante conceito da Administração, a 'proposta de intervenção' representa o segundo dos dois momentos de uma Análise Administrativa. Assim, *diagnóstico* situacional e *intervenções* de melhorias seguem-se continuamente, configurando um processo de trabalho permanente e dinâmico, indispensável à evolução das condições de gestão de organizações públicas e privadas (Cury, 2000).

Ao analisar estruturas de governança associadas à gestão de espaços públicos urbanos, facilitando a relação dialógica entre o Direito, a Administração e a Geografia, a pesquisa também favorece iniciativas capazes de incentivar a civilidade por meio do aumento dos equipamentos públicos compartilháveis como bem comum, “que não pode ser reduzido ao agregado de propósitos individuais” como têm sido caracterizados os chamados “espaços públicos” da maioria das cidades contemporâneas (BAUMAN, 2001: 113).

Espera-se, também, que este trabalho seja capaz de contribuir com o enriquecimento das discussões acadêmicas e institucionais relativas ao tema, além de contribuir para amenizar a assimetria informacional existente entre governos, sociedade e o meio acadêmico no que diz respeito à gestão das cidades. O trabalho pode, ainda, subsidiar o desenvolvimento de modelos de gestão pública mais aptos a responder positivamente às demandas ambientais urbanas.

A dissertação está dividida em duas partes que totalizam quatro capítulos. A primeira parte discute, em dois capítulos, os aspectos metodológicos da pesquisa. O primeiro capítulo apresenta, justificando, a escolha pela orientação metodológica. Discorre sobre o método de forma genérica, sobre a dialética marxista como instrumento de análise, e sobre a perspectiva do espaço vivido na interpretação do cotidiano urbano. Propõe o uso da globalização (enquanto universalidade) e do corpo (enquanto particularidade) como recursos de interpretação integrada do fenômeno urbano. O segundo capítulo corresponde ao roteiro da pesquisa, descrevendo objeto, participantes, técnicas, instrumentos e procedimentos adotados para coleta e análise de dados da investigação empírica.

A segunda parte da dissertação corresponde aos resultados e discussões. Aproxima a lente do objeto de pesquisa, primeiro situando-o no cenário da Capital Federal e depois investigando-o detalhadamente. Divide-se em dois capítulos. O Capítulo 3 trata de Brasília enquanto totalidade, paisagem e lugar; reflete em torno de escalas espaciais; discorre sobre a evolução socioespacial em Brasília; discute imaginários, territorialidades e a noção de *'patrimônios subterrâneos'* conforme o entendimento de Nunes (2005); e analisa outras galerias em Brasília, como espaços públicos similares à Galeria dos Estados.

Finalmente, o quarto e último capítulo apresenta e discute os resultados obtidos na análise do objeto de estudo, descrevendo e explicando geograficamente

a paisagem urbana captada, procurando identificar e analisar principalmente aspectos de governança, territorialidades e cidadania associados à gestão da Galeria dos Estados, haja vista que "a análise de uma paisagem urbana é igualmente denunciadora de sua história e de suas condições de desenvolvimento, revelando o peso do passado [...]" (DOLLFUS, 1972: 13).

PARTE 1

O ROTEIRO: ASPECTOS METODOLÓGICOS



Figura 1 - Desigualdades no tempo-espaço: à direita, Banco Central do Brasil visto da plataforma intermediária da Galeria dos Estados ao pôr do sol; à esquerda, morador de rua ao amanhecer, em frente a um restaurante da Galeria dos Estados (pisos remendados e parede grafitada); ao centro, Relógio da Galeria, quebrado e parado há mais de vinte anos.

Fotos: Gabriel Melo

PARTE 1 - O ROTEIRO: ASPECTOS METODOLÓGICOS

CAPÍTULO 1. Da Geografia do Manifesto às manifestações da existência: orientação metodológica da pesquisa.

*[...] em torno de que diabos se supõe que os trabalhadores de todo o mundo devem unir-se a não ser de algum sentido de seus direitos fundamentais como seres humanos? Ligar os sentimentos do Manifesto com os expressos na Declaração dos Direitos Humanos proporciona **uma forma de ligar discursos sobre a globalização com discursos sobre o corpo**. Espero que o resultado geral seja redefinir de modo mais sutil os termos e espaços da luta política que temos à nossa frente nessa época tão extraordinária. (HARVEY, 2012: 33, grifos nossos)*

Ciência de síntese na encruzilhada dos métodos de diversas ciências (GEORGE, 1972), a geografia se apoia em processo de pensamento próprio, que transita da descrição à explicação, embasado em três pontos principais: observação analítica, detecção das correlações e busca das relações de causalidade. Traz à tona duas atitudes mentais cuja oposição deve ser equilibrada: "a atitude estática", diretamente relacionada às técnicas usualmente utilizadas, como descrição, explicação, balancetes, mapeamentos, diagnósticos, prognósticos, entre outros "tipos individualizados por determinadas formas de combinações de fatores"; e "a atitude dinâmica", que não se conforma com a utilização e se empenha na procura de relações de forças, de equilíbrios e de desequilíbrios para culminar com a abertura de perspectivas. "(GEORGE, 1972: 7-8,)

Tentando equilibrar as atitudes mentais estática e dinâmica que conformam o pensamento geográfico proposto por George (1972), e assumindo o inconformismo que catalisa a abertura de novas perspectivas, este trabalho adota contribuições de teorias geográficas aplicadas ao estudo das cidades, ora adotando a perspectiva dialética do materialismo histórico-geográfico, ora aceitando as possibilidades da existência.

A proposta de integração de métodos aqui trazida não é ingênua. Ao contrário, ampara-se principalmente no fato de que a aceitação do intuitivo se faz

presente na evolução do pensamento tanto de geógrafos culturalistas, quanto aos quais se atribuem marcantes características racionais, como Milton Santos, David Harvey e Ruy Moreira.

Este capítulo inicial foi organizado em defesa de nossa tese integradora e tem por objetivo amenizar rejeições eventualmente suscitadas pelo ecletismo metodológico proposto. Está dividido em quatro tópicos. O primeiro apresenta breves reflexões sobre a noção de método e sua evolução: '1.1. Um pouco sobre método'. Os dois seguintes discutem, separadamente, cada uma das principais dimensões de análise adotadas no trabalho, e são assim nominados: '1.2. A geografia marxista e a dialética como método analítico'; e '1.3. Geografia cultural: espaços do cotidiano e a perspectiva do espaço vivido.'. O último tópico - '1.4. Globalização e corpo como recursos de interpretação integrada do fenômeno urbano' - , considera, de forma substanciada, algumas possibilidades de integração desses discursos "que tipicamente permanecem segregados um do outro, em detrimento dos dois" (HARVEY, 2012: 30-32).

1.1. Um pouco sobre método

Por toda parte e durante décadas, soluções presumivelmente racionais, trazidas por peritos convencidos de trabalhar para a razão e para o progresso e de não identificar mais que superstições nos costumes e nas crenças das populações, empobreceram ao enriquecer, destruíram ao criar. (MORIN, 2011: 40-41)

Método é a perspectiva adotada para analisar a realidade; é uma forma especial de ver e entender o mundo real, uma orientação filosófica adotada pelo pesquisador para interpretar o mundo; é o caminho pelo qual se chega a determinado resultado, ainda que esse caminho não tenha sido deliberado, refletido e previamente definido (Hegenberg, 1976: 115). Experimentos e observações científicas precisam ser interpretados e essas interpretações variam conforme o método adotado.

Junto com os procedimentos metodológicos, ou seja, com o roteiro percorrido e as técnicas utilizadas, o método permite evidenciar toda a estrutura teórica e prática da pesquisa. Para Sposito (2004), o método é um instrumento intelectual que possibilita ao pesquisador realizar a leitura e a interpretação de seu

objeto de estudo, bem como a investigação do cenário no qual se insere tal objeto. A escolha do método tende a estar intimamente relacionada com as características epistemológicas disciplinares.

Na mesma esteira de entendimento, Gonçalves (1995) chama atenção para o fato de que o método nunca é autônomo, mas etapas que o sujeito do conhecimento organiza e percorre para se aproximar de seu objeto de estudo. O método se vincula intimamente tanto à intencionalidade do sujeito cognoscente, quanto ao objeto-alvo dessa intenção e à relação entre sujeito e objeto (relação de mútua dependência ontológica que, portanto, vai além do próprio método).

Não obstante o trabalho árduo de construir diante das tentações do caminho mais fácil, na produção intelectual o método é ferramenta indispensável não só capaz de nortear a análise, como, ainda, podendo designar "uma regra particular, um procedimento específico, um algoritmo bem definido, um determinando *canon*, um protocolo padrão [...] regras gerais de validade ou boa formação, [...]"(STERN, 2012: xiii-xiv).

De Galileu Galilei, teórico pioneiro do método de indução experimental, aos dias atuais, passando por nomes como Descartes que inaugurou o método dedutivo em seu 'Discurso sobre o método', bem como pelo *Novum Organum* de Francis Bacon com sua crítica ao silogismo aristotélico, o método, assim como o conhecimento científico, vem evoluindo continuamente.

Na concepção atual, o método científico é a teoria da investigação (BUNGE, 1974). Lakatos e Marconi (2011: 51-52) detalham o entendimento de Bunge (1980), segundo o qual a investigação apenas alcança seus objetivos científicos quando cumpre ou se propõe a cumprir as seguintes etapas: (a) descobrimento do problema; (b) delimitação precisa do problema; (c) procura de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema; (d) tentativa de resolver o problema com ajuda dos meios identificados; (e) invenção de novas ideias (hipóteses, teorias ou técnicas) ou produção de novos dados empíricos que busquem resolver o problema; (f) obtenção de uma solução; (g) investigação das consequências da solução obtida; (h) comprovação da solução; (i) no caso de obtenção de solução incorreta, correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados.

Para as autoras, tais características conferem unidade ao método científico sem tolher a especialização da investigação, pois a aplicação do método depende,

em grande medida do assunto, o que "*explica la multiplicidad de técnicas y la relativa independencia de los diversos setores de la ciencia*" (BUNGE, 1974: 8). Independência que, embora não chegue a impedir a emergência de campos interdisciplinares, parece, em algumas situações, dificultar a efetiva integração das disciplinas relacionadas.

Dificuldade de que muito se ressentia a geografia que, constituída pela convergência ocasional de processos evolutivos específicos e diferenciados em termos de dimensão, ritmo e natureza, "tem de ser metodologicamente heterogênea", alinhando-se tanto às "ciências da terra", da mineralogia à biologia, quanto às "ciências do homem, desde a história até a sociologia, a economia, a psicologia social" (GEORGE, 1972: 8).



Figura 2 - À direita, capa de uma das seis obras que compõem o Organum, de Aristóteles (384-322 a.C.); à esquerda, capa do Novum Organum (1620), crítica de Francis Bacon (1561-1622) à lógica aristotélica e proposição de seu método indutivo.

Fonte: Composição da autora a partir de digitalizações do acervo do *website*: <<http://www.hannaharendtcenter.org/>>.

Dessa forma, a geografia encara continuamente o desafio da busca por sua unidade com base em métodos e fundamentações teóricas capazes de esclarecer os problemas expostos pela sociedade. Tem sido assim a evolução dinâmica dos métodos adotados pela geografia, desde as escolas filosóficas pré-socráticas com

os ajustes de Hecateu de Mileto (546-480 A.C.) sobre o mapa da Terra, de Anaximandro (610-547 a.C.); passando pela biogeografia de Theophrastus (371-287 a.C.), pioneiro da botânica; pela astronomia científica, a rede de paralelos e meridianos terrestres, e o sistema de localização baseada em latitudes e longitudes de Hiparco (190-126 a.C.); pela *Geographia* de Estrabão (63 a.C. - 24 d.C.), tratado de dezessete livros que descreveu povos e locais e registrou a história do mundo até então conhecido; pelas bases da geografia física lançadas a partir dos estudos de Alexander Von Humboldt em termos de botânica, climatologia, geologia, oceanografia, incluindo o Novo Mundo; até as complexidades dos dias atuais¹¹, nos quais os desafios da ciência geográfica alcança proporções cada vez maiores (CAVALCANTI e VIADANA, 2010; ALVES e PICCOLI NETO, 2010).

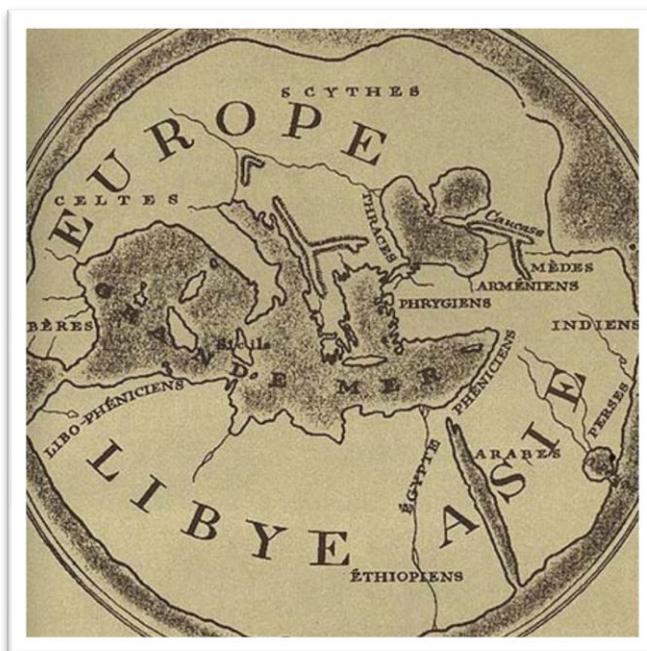


Figura 3 - Mapa do mundo elaborado pelo geógrafo, historiador e viajante grego Hecateu de Mileto (546-480 A.C.), a partir do Mapa da Terra, trabalho iniciado por Anaximandro (610-547 a.C.).

Fonte: Acervo do professor Perce Polegatto, disponível em seu *website*:
<<http://www.percepolegatto.com.br>>.

¹¹ Cabe registrar que a linha do tempo da evolução geográfica não sofreu um 'salto', um 'vazio', como à primeira vista possa eventualmente transparecer da leitura desse parágrafo. A maior evidência dada à filosofia clássica teve por objetivo marcar o caráter multi e interdisciplinar da geografia desde então. O destaque em Humboldt se explica por si só. A falta de outros expoentes nos pode ser desculpada pelas limitações de tempo e de forma do presente trabalho.

1.2. A geografia marxista e a dialética como método analítico

Qualquer coisa que se diga a respeito da dialética já deve ter sido dita pelo menos mil vezes - e contestada outras mil vezes. Por isso recomenda-se exposição breve e, se possível, não polêmica. (HEGENBERG, ARAÚJO JÚNIOR e HEGENBERG; 2012: 53)

A noção de dialética passou por diversos entendimentos ao longo da história até que chegasse ao significado surgido nas obras de Marx e Engels por inspiração em Kant e Hegel (HEGENBERG, 1976). Essa dialética marxista viria, na década de 1970, a influenciar o surgimento da chamada geografia crítica, movimento que rompeu tanto com a geografia tradicional quanto com a geografia teórico-quantitativa, então considerada em crise por alguns historiadores da ciência, além de trazer excepcionais contribuições aos estudos urbanos, sem prejuízo de outros temas (CAPEL e URTEAGA, 1984; CAPEL, 1987; CORRÊA, 2012; MOREIRA, 2009; SANTOS, 2002a;).

Utilizado na Grécia antiga inicialmente como sinônimo de diálogo, o conceito de dialética passou a ser entendido como um diálogo com específica característica argumentativa. Em Heráclito de Éfeso (540-480 a.C.) associa-se à noção de 'mudança' resultante do conflito, como equilíbrio de contrários. E acaba perdendo evidência com Parmênides, que passa a dar destaque à metafísica (LAKATOS e MARCONI, 2011).

Os princípios dialéticos viriam a ser resgatados por Aristóteles mais de um século depois. Entretanto, esse pensador discordava da existência de um ser capaz de abrigar simultaneamente atributos contrários. Por isso, admitia a existência do 'equilíbrio de contrários' apenas quando os atributos contrários não ocorressem ao mesmo tempo e sobre o mesmo objeto. Mas a dialética de Aristóteles também não se firmou e foi colocada em segundo plano pela metafísica até o final do Renascimento, reiniciando seu retorno com Montaigne e Diderot, nos séculos XVI e XVIII respectivamente, até alcançar seu auge com Kant e Hegel¹² e, posteriormente, com Marx.

¹² Tendo em vista que as questões de método representam aspectos profundamente controvertidos da filosofia hegeliana (UTZ, 2005), não se pretende discutir método em Hegel, mas, tão somente, destacar alguns aspectos relevantes de sua dialética em relação à de Marx, também apresentada brevemente nos principais pontos relevantes a seu uso na geografia. Por idênticas razões não se discute a dialética kantiana.

Segundo Lakatos e Marconi (2011), a dialética hegeliana baseia-se no entendimento de que tudo no universo é movimento e mudança, nada está isolado, tudo que existe tem relação com um todo; e a sempre existente dependência mútua encerra contradições e busca a plenitude por meio das relações entre as partes que conformam o todo orgânico. A dialética representa a lógica do conflito, do movimento, do crescimento, da vida, na qual os contrários tanto se antagonizam quanto se identificam, pois tese, antítese e síntese são faces da mesma realidade.

Para Lefebvre (1970), Hegel levou o pensamento humano a uma nova época, a um grau de desenvolvimento superior, fazendo-o entrever novas possibilidades. Ao perceber o movimento natural do pensamento na investigação e na discussão, permitiu que, a partir da dialética, "*los investigadores comparan las opiniones, los puntos de vista, los diferentes aspectos del problema, las oposiciones y contradicciones*" (LEFEBVRE, 1970: 197), possibilitando-lhes ampliar suas compreensões em relação ao tema abordado.

Uma particularidade marcante do pensamento hegeliano, que o afastaria da concepção marxista posteriormente formulada, diz respeito à origem do movimento e das mudanças. Idealista, Hegel considera que "são as mudanças do espírito que provocam as da matéria" (LAKATOS e MARCONI, 2011: 82). Para ele, é o espírito quem descobre o universo que, por sua vez, é a ideia materializada; sua dialética é a dialética do espírito, a dialética idealista.

Já em Marx e Engels, a importância maior é dada à matéria; pensamento e universo também estão em contínua mudança, mas os pensamentos fluem das nossas experiências no mundo material ao longo dos processos históricos, são as mudanças das coisas (da matéria) que provocam as modificações das ideias, e não o inverso. Eis aí a diferença essencial entre a dialética marxista (materialista) e a hegeliana (idealista).

A aproximação entre o marxismo e a geografia deu-se em dois momentos da história do pensamento geográfico. Na década de 1950, após a II Guerra Mundial, com os geógrafos franceses da geografia ativa que se contrapunham à geografia aplicada. O segundo momento ocorreu nos anos 1970, e "junta desde os ativistas do periódico Antipode da 'geografia radical' até os geógrafos brasileiros da chamada "geografia crítica"" (MOREIRA, 2004: 21).

Em artigo que discute especificamente a relação da geografia com o marxismo, Moreira (2004) define o marxismo como uma atitude crítico-superativa do capitalismo, que representa um vínculo eterno entre este e a filosofia marxista. Vínculo que deve persistir ao longo de toda a vigência histórica do capitalismo, pois decorre diretamente do fato do marxismo ser o tema do socialismo-comunismo e de ter atitude e práxis que negam o capitalismo como forma de sociedade.

Assim sendo, o marxismo relaciona-se dialeticamente com o capitalismo, ao negar a existência deste na história, por meio da unidade de contrários 'marxismo/não marxismo', conforme ilustra a Figura 4. Em outras palavras, o marxismo é a própria luta anti-capitalista e seu olhar muda e se atualiza, num movimento contínuo de reestruturação positiva, que resulta da leitura que faz das mudanças do capitalismo na história e das possibilidades de enfrentar tais mudanças.

Nesse processo, estão presentes os principais requisitos (ou leis) do método dialético: o movimento contínuo, universal e relacional (tudo se relaciona, se transforma, se desenvolve, pois nada está acabado); a unidade e interpenetração de contrários, pois a contradição é interna à coisa e não exterior a ela: 'marxismo/não marxismo', 'capitalismo/não capitalismo'; a contradição é sempre inovadora, verdadeira luta entre o velho e o novo (o marxismo antigo que se transforma em um novo marxismo capaz de enfrentar as transformações do 'não marxismo', ou seja do capitalismo); e a passagem da quantidade à qualidade (as mudanças que ocorrem em todas as coisas ao longo do processo histórico podem ocorrer diversas vezes (quantidade) até que produzam uma transformação efetiva, ou seja, uma mudança qualitativa) (LAKATOS e MARCONI, 2011); (LEFEBVRE, 1970).

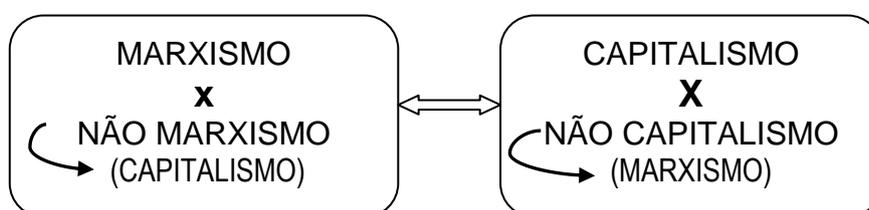


Figura 4 - Relação dialética do marxismo com o capitalismo e do capitalismo com o marxismo.
 FONTE: elaboração da autora.

Dessa forma, a leitura marxista, também chamada materialismo histórico e dialético, materialismo dialético¹³, ou simplesmente dialética marxista é um instrumento de análise da história, da natureza e das transformações sociais do capitalismo enquanto modo de organização de uma sociedade.

Como tal, é também um importante recurso para as investigações geográficas, notadamente aquelas enfocadas pela escola crítica, tendo em vista que a Geografia pode ser entendida como a ciência que estuda o espaço como o lugar do "homem-no-mundo, a partir do modo como este nele organiza sua relação com a sociedade e a natureza" (MOREIRA, 2004: 22); ou como a ciência que estuda a forma e o estado empírico da organização das sociedades (MOREIRA, 2012); ou como ciência que analisa o "espaço (espaço-tempo) absoluto, relativo e relacional [...] vantajosamente integrado dentro das metateorias sociais, literárias e culturais" (HARVEY, 2012:10-11).

Ainda, se buscarmos em Milton Santos (1996-2001), cuja produção intelectual representa umas das mais ricas contribuições contemporâneas para a integração da geografia com outras áreas do saber, a geografia seria uma "filosofia das técnicas", ciência cujo objeto é o espaço, podendo este ser considerado como instância social, econômica, cultural e política; como reunião dialética de fixos e de fluxos; como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção e relações sociais; como um sistema de objetos e um sistema de ações; e, finalmente, numa ampliação rigorosa deste último entendimento, como "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações" (SANTOS, 2012: 39)¹⁴.

Essa visão de espaço como conjunto indissociável de sistema de objetos (objetos técnicos construídos pelas intervenções do homem no mundo em que vive) e de sistemas de ações (pelas quais os homens tanto se adaptam às novas técnicas, quanto procuram superá-las com a criação de novos objetos) permite entender mais claramente a capacidade das sociedades se reproduzirem e de 'produzirem' espaço "a partir da unidade dialética homem-natureza" (CARLOS,

¹³ Hegenberg, Araújo Júnior e Hegenberg (2012) diferenciam o materialismo dialético (*Diamat*) transcrevendo entendimento de Georgi Plekhanov (1856-1918) para quem *diamat* representa uma descrição objetiva do desenvolvimento da matéria, independente do conhecimento humano. Os autores, entretanto, admitem que o termo é utilizado como sinônimo de marxismo.

¹⁴Essas são algumas das interpretações dadas ao espaço geográfico por Milton Santos em suas obras, por meio das quais a compreensão espacial evoluía continuamente, deixando cada vez mais clara sua importância para o entendimento do funcionamento das dinâmicas do mundo atual. Sua caracterização de espaço como conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, ocorre na obra 'A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção', editada pela primeira vez em 1996.

2011, p. 29); um espaço "conflitivo e dialetizado", produzido pelo homem, "onde se realiza a reprodução das relações de produção" (LEFÉBVRE, 1976: 19), e que constitui um dos pontos nucleares das análises dos geógrafos marxistas, críticos.

A aceitação de um materialismo dialético supõe que o espaço tenha um papel tão ativo quanto os outros elementos das esferas da produção e da reprodução social. A geografia radical apela, assim, para o conceito de espaço social, a fim de traduzir aí a ideia de dinâmica social inscrita em um espaço que é, ao mesmo tempo, reprodutor de desigualdades e a condição de sua superação, o reflexo de uma ordem e um dos meios possíveis para transformar essa mesma ordem; enfim, o espaço faz parte da dialética social que o funda (GOMES, 1999: 297).

Desde o seu surgimento, a geografia radical marxista tornou-se um grande aliado da análise espacial, especialmente para os estudos urbanos e os conflitos campo/cidade decorrentes da hegemonia do capital industrial, permitindo destacar problemas e relações não observados antes dela. Entretanto, quando o centro de força das economias mundiais passa a ser definido pela hegemonia do capital financeiro, uma nova dinâmica espacial se configura, com níveis de velocidade, flexibilidade e mobilidade espacial não alcançadas em plenitude pelo estatuto analítico da teoria marxista clássica.

O cenário parece, então, requerer novos caminhos investigativos, possivelmente alcançáveis pelo "desenvolvimento logicamente integrado da geografia econômica como parte do programa de geografia cultural" (SAUER, 2011: 24).

1.3. A geografia cultural: espaços do cotidiano e a perspectiva do espaço vivido.

Essa carência dos sentidos tornou-se ainda mais notável nos tempos modernos em que tanto se privilegiam as sensações do corpo e a liberdade de movimentos. Minhas investigações sobre como o espaço pode tolhê-las sinalizaram um problema que de início parecia falha profissional — em seus projetos, urbanistas e arquitetos modernos tinham de alguma maneira perdido a conexão com o corpo humano. Logo percebi que o problema tinha causas mais abrangentes e origens históricas mais profundas. (SENNET, 2003:16)¹⁵

A geografia cultural surgiu como um "significativo subcampo da geografia" na Europa do final do século XIX e das duas primeiras décadas do século XX (CORRÊA e ROSENDAHL; 2011:9). Na origem, caracterizava-se pelo interesse na cultura a partir de seu entendimento como o resultado da ação humana alterando a paisagem, que "traz a marca da atividade produtiva dos homens e de seus esforços para habitar o mundo, adaptando-o às suas necessidades [...] constituindo um documento-chave para compreender as culturas" (CLAVAL, 1999, 16).

Embora surgida na Europa, foram os trabalhos de Carl Sauer e de seus seguidores na Universidade de Berkeley nos Estados Unidos que conferiram identidade plena à geografia cultural. A Escola de Berkeley apoiava-se no historicismo e enfatizava a diversidade cultural. Fortemente influenciada pela antropologia cultural, valorizava a contingência, a compreensão, e o passado em detrimento do presente. Seus principais estudos envolviam sociedades tradicionais, privilegiando cinco temas: cultura, paisagem cultural, áreas culturais, história da cultura e ecologia cultural; e raramente enfocando as sociedades urbano-industriais (CORRÊA e ROSENDAHL; 2011:10).

A Escola de Berkeley foi fortemente criticada pelos próprios geógrafos sauerianos, que questionavam a ênfase na dimensão material da cultura e a concepção de cultura como entidade supraorgânica, exterior ao indivíduo. Sofreu também críticas daqueles vinculados à corrente teórico-quantitativa, pela ênfase no estudo das sociedades tradicionais e pelo pouco interesse em uma visão mais pragmática; assim como dos geógrafos adeptos da perspectiva do materialismo

¹⁵ SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. - Tradução de Marcos Aarão Reis; 3a.ed. - Rio de Janeiro: Record, 2003. (p.16/210).

histórico, que criticavam a falta de sensibilidade social, crítica, nos estudos das sociedades tradicionais que, a rigor, eram grupos dominados pela exploração capitalista (CORRÊA e ROSENDAHL; 2011:11).

Desde então, a geografia cultural tem evoluído, particularmente nas últimas décadas, sob a influência do humanismo nas ciências sociais, assumindo características fundamentais desse movimento, quais sejam: a subjetividade do saber; posição epistemológica holística; entendimento do homem como produtor de cultura, no sentido de atribuição de valor às coisas que nos cercam; hermenêutica como método de interpretação; valorização da relação entre arte e ciência (GOMES, 2011).

Segundo Claval (1999), as orientações diferem de um país para outro, mas, de forma geral, ao longo do tempo tal evolução parte das diversidades da paisagem e dos gêneros de vida; decai ao enfatizar apenas a difusão das técnicas, utensílios e transformações das paisagens; dinamiza-se pelos vínculos com as representações e os sentimentos de identidade; perde terreno para o cientificismo; inquieta-se pela uniformização do mundo em decorrência do progresso das técnicas e das comunicações; reinventa-se com o ecletismo da chamada pós-modernidade, resgatando as representações para a leitura de um mundo tomado pelos consumos culturais de massa.

Para o autor, o que já interessou às diversas fases da geografia cultural não perdeu interesse nos dias atuais. A evolução experimentada veio acrescentar novos focos, novos temas, novas abordagens, sem perder os terrenos conquistados. A cultura que interessa aos geógrafos constitui-se, assim, do conjunto dos artefatos, do *know-how* e dos conhecimentos, meio pelos quais os homens mediatizam sua relação com a natureza, com o meio em que vivem. Nesse sentido, cultura é também herança e é construção, pois os herdeiros reagem ao que lhe foi proposto ou imposto por herança, internalizando e rejeitando os traços conforme sua conveniência, seus sonhos, suas aspirações, que também lhes impulsionam a inventar novas maneiras de se relacionar com seu ambiente, novas maneiras de fazer (CLAVAL, 1999).

"As práticas que modelam o espaço ou que são desenvolvidas no sentido de utilizá-lo misturam estreitamente o ato, a representação e o dizer" (CLAVAL, 1999: 15). Constituída por realidades e signos que foram criados para descrevê-la,

dominá-la diferenciá-la e verbalizá-la, a cultura possui uma dimensão simbólica. Gestos podem assumir significados variáveis quando repetidos publicamente, podem se transformar em rituais e criar sentimento de partilha e de comunidade, tanto para os que praticam, quanto para os que assistem as práticas. Daí porque não só os atos, mais também palavras, discursos e valores são essenciais às análises da geografia cultural.

A geografia cultural passou por esse processo de renovação iniciado nos anos de 1970, alcançando seu auge na década de 1990, já como a geografia cultural renovada, num contexto mundial de movimentos ecológicos, fim da Guerra Fria, intensificação de fluxos migratórios dos países periféricos para os centrais, e crescente consciência da necessidade de superar o racionalismo moderno e a celebração da técnica adotando novas formas de construir e interpretar a realidade.

Esse processo de renovação da geografia cultural foi influenciado pelas filosofias do significado, notadamente pela fenomenologia; pelo materialismo cultural de Raymond Williams; pelo legado vidaliano e pela própria tradição saueriana.

Nesse novo contexto a cultura passa a ser vista como "um reflexo, uma mediação e uma condição social; não tem poder explicativo, ao contrário, necessita ser explicada". O conjunto de saberes técnicas, crenças e valores, que caracteriza a cultura, é agora entendido como parte do cotidiano e "cunhado no seio das relações sociais de uma sociedade de classes"; cultura passa a ter um sentido político (CORRÊA e ROSENDAHL; 2011:12).

A riqueza da geografia cultural confere à imaginação um papel simbólico, de capturar e transformar dados sensoriais em significados. Mapas de significados, teias de significados, magmas de significados são expressões que passam a ser utilizadas para interpretar a ação humana sobre a superfície terrestre, considerando tanto a dimensão material da cultura, quanto a não material; presente e passado; objetos e ações em escala global, regional e local; aspectos concebidos e vivenciados, planejados e espontâneos, objetivos e intersubjetivos. Todos "vistos em termos de significados e como parte integrante da espacialidade humana." (CORRÊA e ROSENDAHL; 2011:12-13).

Sob a influência da divisão de tendências que se desenvolveram no interior do humanismo, a geografia cultural incorporou diversas matrizes de análise espacial, merecendo destaque os estudos sobre os espaços vividos e a abordagem

fenomenológica. Para Gomes (2011: 325), embora a divisão entre essas tendências seja tênue, existe uma diferença fundamental que reside no fato da geografia fenomenológica evidenciar "uma vontade clara de legitimidade, que passa pelo recurso aos princípios da fenomenologia".

A perspectiva do espaço vivido toma o espaço como uma dimensão da experiência humana nos lugares, com vistas a "substituir a noção de um espaço alienador". Torna-se, então, uma categoria de análise que dedica atenção especial às "redes de valores e de significações materiais e afetivas", ciente de que o espaço é apropriado cotidianamente pelos grupos que nele vivem, que dele se utilizam, conferindo-lhes dimensões simbólicas e estéticas. Valoriza, assim, uma dimensão não abordada pela geografia racionalista, observando aspectos como sentimento de pertencimento, dinâmica identitária e imagens dos lugares. (GOMES, 2011: 317)

Assim sendo, o perfil analítico multimatricial assumido pela geografia cultural representa importante recurso para a interpretação da complexidade urbana, possibilitando integrar tanto diferentes perspectivas, quanto variadas escalas de análise espacial: global, regional, local e corporal.

1.4. Globalização e corpo¹⁷ como recursos de interpretação integrada do fenômeno urbano

Não se pode conceber o corpo como o *locus* da ação política sem uma noção daquilo que os "indivíduos" e as "pessoas" ou os movimentos sociais podem querer ou ser capazes de fazer no mundo. Conceitos como *pessoa, indivíduo, self [eu] e identidade*, ricos em pensamentos e possibilidades políticos, emergem, qual Fênix, das cinzas do reducionismo do corpo e assumem seu lugar no firmamento dos conceitos a fim de orientar a ação política. (HARVEY, 2012: 162-163)

Segundo Pierre George (1972), a geografia é uma ciência dotada de muitas vias de acesso. Estudar um objeto pela perspectiva da dialética marxista, pressupõe certos fundamentos norteadores da análise. De forma semelhante, a análise de um objeto pela dimensão da existência exige fundamentos próprios a essa "via de

¹⁷ Globalização e corpo são aqui tomadas, por empréstimo, a Harvey (2012) que, em 'Espaços de esperança' propõe uma forma dialética de compreender e relacionar essas duas noções que, segundo o autor, têm se posicionado no centro do debate de diversas disciplinas nas últimas décadas, embora quase sempre dissociadas entre si. Para efeito deste trabalho, consideram-se equivalentes as dualidades globalização/corpo, racional/intuitivo, razão/espírito, informação/estímulo, corpo/alma, fora/dentro, matéria/espírito.

acesso". Neste tópico defendemos, de forma substanciada, a possibilidade de integração desses discursos.

Conforme já dito na abertura deste capítulo, tal proposta não é ingênua. Ela se ampara no pressuposto de que a necessidade de equilíbrio entre razão e intuição tem se evidenciado na evolução epistemológica de diversas ciências. Em defesa dessa tese, foram trazidos pensamentos de geógrafos marxistas e culturais; de epistemólogos e de filósofos.

A integração metodológica que aqui defendemos e substanciamos advém principalmente de nossa crença na incapacidade de explicação do fenômeno urbano por meio de uma só linha de pensamento. Afinal, cidades são ambientes de alta complexidade que submetem seus usuários a um sem número de informações, diversa e continuamente. Além disso, a informação e os estímulos do meio não desencadeiam reações idênticas, muitas vezes nem mesmo semelhantes, em todos os seres humanos.

Correndo o risco de não suportar a heterodoxia proposta, acreditamos que valha a pena exercitar a exploração da possibilidade integradora; ultrapassar a zona de conforto e a estabilidade de bem definidos territórios epistemológicos; almejar entender a realidade urbana nos limites da racionalidade, nas "zonas de confins onde forma e estrutura podem se dissolver" (SOUZA, 1999: 3); pois "entre a técnica e o fato cultural se interpõe o sujeito, corpo e alma, imaginação sensível" (SOUZA, 1999: 4) ampliando-nos as possibilidades de enxergar a cidade.

Nada mais oportuno do que inovar nos estudos urbanos, tendo em vista que "o conhecimento sobre a cidade está em crise" (SOUZA, 1999: 5). Esta autora, (SOUZA, 1999:5-6) entende que a sociologia contemporânea discorre sobre o tema a partir de construções conceituais ultrapassadas para o mundo atual; o pensamento econômico se fragiliza ao entender a cidade como simples "elemento constituinte de uma rede utilizável", desprezando suas formas, sua complexidade e seus habitantes, estes últimos vistos apenas como consumidores; que o pensamento social não só negligencia a cidade, mas também o próprio espaço, cujo campo de intervenção é visto como limitado à distribuição da renda, ao trabalho e ao tempo; que a ciência política despreza a cidade, mantendo-se focada em fenômenos regionais e questões internacionais. "E isto vem de longe... Para MACHIAVEL, a cidade são homens a

serem governados, arsenais a serem lotados, muralhas a serem fortificadas e defendidas em relação a não importa que instrumento do poder" (Souza, 1999: 5-6).

Nesse contexto, é possível que "apartar-nos de Marx" seja "cortar nosso nariz investigativo a fim de satisfazer a face superficial da moda intelectual contemporânea" (HARVEY, 2012: 27), que aceita os termos "globalização" e "corpo" como instrumentos analíticos dominantes em investigações teóricas variadas, mas quase sempre incompatíveis entre si. Assim, essas duas formas de leitura têm sido vistas como se fossem estranhas uma à outra, quando poderiam ser utilizadas para leitura de diferentes escalas dos fenômenos sociais.

Na continuidade, Harvey (2012:30) também argumenta que é possível resolver fundamentalmente "uma das principais linhas divisórias de nossa época", embora a "integração mais estreita entre a globalização e o corpo" esteja relacionada com a "difícil questão da relação entre particularidade e universalidade". O que não significa que tenhamos que optar entre elas, pois, "no âmbito de uma dialética relacional, as duas se acham sempre internalizadas e implicadas uma na outra."

O autor critica a inesperada transformação da observação de Gramsci quanto ao "pessimismo do intelecto e otimismo da vontade" em lei virtual da natureza humana. E nos conclama a reagir, a descobrir um "otimismo do intelecto", possivelmente capaz de nos levar a entender a "conexão fundamental que se tem de estabelecer entre dois discursos que tipicamente permanecem segregados um do outro, em detrimento dos dois".

A globalização é o mais macro de todos os discursos que temos à disposição, enquanto o discurso do corpo é o mais micro do ponto de vista da compreensão do funcionamento das sociedades.[...] Esses dois regimes discursivos - a globalização e o corpo - operam em extremidades opostas do espectro da escala que podemos usar para compreender a vida política e social. **Mas são poucas, se existem, as tentativas sistemáticas de integrar o "papo do corpo" com o "papo da globalização"**. O único vínculo forte a emergir em anos recentes teve a ver com os direitos humanos e individuais[...] (HARVEY, 2012: 30-32) grifos nossos

Não longe de Harvey, Moreira (2012:95) discute o racional e o simbólico na mesma obra, evidenciando o desafio de se juntar "num só discurso o de fora e o de dentro numa unidade fora-dentro que abarque a totalidade da condição humana".

Divididos em um mundo exterior construído na lógica da razão matemática e um mundo interior edificado nos símbolos do imaginário, crescemos num todo tensionado por essa dualidade. Prisioneiros de nossa rígida formação lógica, rejeitamos indagar se somos a razão ou o símbolo, ou admitir que somos razão e símbolo. (MOREIRA, 2012: 95)

Moreira (2012) evidencia seus esforços para relacionar "o de fora e o de dentro na geografia" por meio da paisagem, "campo privilegiado" dessa fusão, uma vez que, vista como relação de fora, a paisagem "é objeto e, como relação de dentro, é signo." Objeto e signo se encontram, então, na paisagem "numa unidade de apreensão racional e simbólica ao mesmo tempo". (MOREIRA, 2012:95).

Tomando a paisagem como interface entre o de fora e o de dentro, o autor tenta dissolver "a fronteira da objetividade-subjetividade indissolúvel do velho discurso" (MOREIRA, 2012:99-100). Moreira desenvolve o raciocínio sob duas vertentes, uma dual (na qual o espaço enxerga ou os conceitos, ou os significados, nunca ambos) e outra integrada (onde o espaço, embora fale integradamente as linguagens dos conceitos e dos significados, não tem muito claro como ocorre a interação do 'de dentro' com o 'de fora'). Mais adiante, exercita esse olhar transitando entre 'globalização' e 'corpo', numa caminhada "da região à rede e ao lugar" (MOREIRA, 2012:168-186). Nesse processo, destaca o papel do *lugar*, como espaço de síntese, conduzindo o olhar desde o "espaço lento" das regiões do passado até o espaço global móvel e integrado das redes.

Moreira (2012) registra que sobre o lugar atuam tanto a contiguidade da região quanto a nodosidade das redes. Assim sendo, a onipresença do lugar se evidencia indiscutível, seja como "ponto da rede formada pela conjunção da horizontalidade e da verticalidade, do conceito de Milton Santos", seja como "espaço vivido e clarificado pela relação de pertencimento, do conceito de Yi-Fu-Tuan". Daí porque, ainda que aparentemente distantes pelo tempo-espaço ou pela perspectiva analítica, "os conceitos de Milton Santos e de Tuan não são distintos e excludentes de lugar"; a rigor, são apenas "dois ângulos diferentes de olhar sobre o mesmo espaço do homem no tempo do mundo globalizado" (MOREIRA, 2012:168-175).

Na mesma esteira de entendimento, Soja (1993: 147-167) também aproxima as noções de 'globalização' e 'corpo' enquanto se dirige "rumo a uma ontologia espacializada". No quinto capítulo de "Geografias Pós-Modernas", Soja afirma que a "materialidade e a ilusão na conceituação do espaço" decorrem do reconhecimento

de que a espacialidade concreta existe substancialmente como um conjunto de relações entre indivíduos e grupos.

Esse espaço socialmente produzido, entretanto, possui tanto natureza material quanto espaço mental e cognitivo, nenhum dos quais pode ser conceituado como seu equivalente. Motivo pelo qual, para o autor, "definir essas ligações continua a ser um dos mais impressionantes desafios da teoria social contemporânea", pois

A afirmação da espacialidade (social) despedaça o dualismo tradicional e obriga a uma grande reinterpretação da materialidade do espaço, do tempo e do ser, do nexos construtivo da teoria social. Em primeiro lugar, não apenas os espaços da natureza e da cognição estão incorporados na produção social da espacialidade, como também são significativamente transformados nesse processo. [...] Inversamente, a espacialidade não pode ser completamente separada dos espaços físicos e psicológicos. Os processos físicos e biológicos afetam a sociedade, não importa quanto sejam socialmente mediados, e a vida social nunca está inteiramente livre de choques restritivos, como o desgaste físico da distância. (SOJA, 1993: 147-167)

Para Gomes (2012) a mesma ordem espacial dos objetos e das práticas sociais que permite expressar fielmente o alcance e a importância da perspectiva espacial nos fenômenos estudados pela geografia, a mesma "trama relacional das localizações", é, simultaneamente, condição para existência das práticas e portadora de sentidos que a tornam capaz de "produzir uma interpretação original desses fenômenos" (GOMES, 2012: 7-8). No entendimento desse autor, embora alguns aspectos possam ser mais ou menos valorizados, a depender da interpretação adotada, a riqueza do diálogo interdisciplinar que pode emergir de leituras *sui generis* certamente contribui para a valorização da análise geográfica.

Ora, se o espaço é, ao mesmo tempo, agente e paciente, "elemento ativo na organização social" (GOMES, 2012: 25-26) como ampliar a visibilidade e o diálogo entre a geografia e outras ciências sociais, se nem mesmo se admitisse a integração de métodos, quando na análise geográfica se fizesse necessário estudar interações complexas entre lugares, coisas, pessoas e comportamentos?

Seria impossível admitir que nem todas as relações sociais são "dominadas pelos imperativos do desenvolvimento econômico e da produção de massa da civilização industrial" (CLAVAL, 1999: 125)? Ou que, se a análise econômica for aplicável sobre um objeto, não apenas ela seria capaz de entendê-lo? Afinal, não é

de hoje que espaços marginais são constituídos tanto em decorrência das desigualdades intrínsecas ao capitalismo, quanto a partir de filtros das atitudes culturais, dos sonhos ou de atitudes dos que deliberadamente buscam se libertar do controle social e institucionalizado.

Além do mais, o espaço vivido é uma das dimensões de análise da geografia, o que significa dizer que é admissível o estudo de um objeto geográfico pela perspectiva do espaço vivido. A dialética marxista é outra dimensão de análise geográfica sendo, de forma idêntica, admissível o estudo do mesmo objeto pela perspectiva da geografia crítica. "Esta pluralidade é considerada como necessária e complementar", pois a categoria espaço vivido, propõe "um novo foco para o objeto geográfico, uma perspectiva que acentua um outro ponto de vista, sem contudo excluir completamente a conduta racionalista da geografia" (GOMES, 2011: 317),.. Sendo assim, quais são, se existem, os impeditivos à análise de um objeto, por ambas as perspectivas em um mesmo trabalho?

Quando propõe as noções de *nomoespaço* e de *genoespaço* como dois modelos fundamentais e mutuamente exclusivos de relação entre um grupo de pessoas e o território urbano onde vivem, Gomes (2012) discorre por quase cem páginas, caracterizando as matrizes propostas. Entretanto, antes de iniciar a aplicação de tais matrizes aos casos escolhidos para análise, o autor faz uma nova e surpreendente proposição: pede que vislumbremos o *nomoespaço* e o *genoespaço* não mais como formas mutuamente exclusivas de ser-no-espaço (ou de ser do espaço); mas sim como coexistentes, no tempo histórico e na atualidade, em um mesmo grupo ou na vida de um mesmo indivíduo, na praça ou na metrópole. Isso porque, segundo Gomes (2012:122), "o recurso de separá-las serve para vê-las unidas de uma forma melhor, fora do caos das singularidades excepcionais".

Nossa proposta de utilizar a dimensão do espaço vivido em complementação e integração com a dialética do materialismo histórico, entendendo-as não como perspectivas mutuamente exclusivas, mas como discursos aplicáveis a diferentes escalas de um mesmo problema (escala do corpo, escala global), representa uma tentativa de ampliar as possibilidades de alcançar respostas para a questão de pesquisa fundada na complexidade dos espaços públicos urbanos. Não se pretende, com isso, escapar à responsabilidade analítica. Ao contrário, o que se deseja é transcender "realidades truncadas" e "verdades parciais", buscando interpretações que, embora eventualmente heterodoxas, sejam dotadas de "coerência e de operacionalidade", uma vez que

A possibilidade de transcender sem transgredir depende estritamente de sabermos, e de sabermos muito bem, qual é a superfície do real de que estamos tratando ou, em outras palavras, qual é o objeto de nossa preocupação (SANTOS, 2012: 20).

Nesse sentido Gonçalves (1995: 2-3) apresenta as noções de 'transcendência subjetiva' (capacidade humana de compreender, atribuir sentido e agir com intencionalidade no meio em que vive, tendo como um *a priori* certo horizonte); e de 'transcendência objetiva' (característica dos objetos existirem independentemente da subjetividade humana, e de possuírem determinações que transcendem nossa intencionalidade). Em seguida propõe o entendimento segundo o qual no ato do conhecimento ocorre uma relação de mútua dependência entre transcendência subjetiva e transcendência objetiva.

É como se o conhecimento pudesse ser explicado por um processo no qual a consciência humana sempre compreendesse além do que lhe foi dado pelo objeto; e, simultaneamente, como se o objeto, cuja opacidade se procura desvendar, fosse sempre capaz de receber novas determinações, novas compreensões. Dessa forma, homem e mundo, sujeito e objeto não se confundem e, em sua natureza ontológica, não podem ser explicados um pelo outro; entretanto, um não pode ser pensado sem o outro, exatamente por essa transcendência do sujeito sobre seu objeto e do objeto sobre o sujeito.

Ao apresentar e substanciar uma proposta de integração metodológica capaz de utilizar a dualidade globalização/corpo (racional/intuitivo) como recurso de interpretação para o fenômeno urbano, tivemos a intenção de defender a escolha por ferramentas de análise capazes de ampliar nossos esforços interpretativos, cientes de que 'transcender sem transgredir' é muito do que se necessita quando se trabalha de maneira interdisciplinar.

Ainda na tentativa de alcançar nosso objetivo, elaboramos um mapa cognitivo²² para auxiliar na visualização do entendimento aqui proposto. Na Figura 5, o círculo externo representa algumas das principais disciplinas que interagem com a geografia, aí inseridas suas ferramentas e categorias de análises. O círculo intermediário representa as perspectivas de análise geográficas que utilizamos: **PG1** (dialética marxista, como a perspectiva racional) e **PG2** (espaço vivido, como a

²² Segundo Seemann (2003), não há separação nítida entre mapas cognitivos e mapas mentais. Mapas cognitivos podem ser vistos como representações mentais que servem para encontrar o caminho e se orientar; também codificam aspectos cognitivos e simbólicos do ambiente. Mapas mentais podem ser entendidos como produtos de mapeamentos cognitivos expressos em formatos variados, como desenhos, esboços de mapas, gráficos ou listas mentais. Já para TUAN (1975) mapas mentais tanto podem ser representações cartográficas de ambientes avaliados por pessoas diferentes, quanto mapas desenhados à mão ou esboços de ruas urbanas e continentes.

perspectiva intuitiva). Para efeito deste trabalho, concebemos que, juntas, as duas perspectivas representam todas as perspectivas geográficas (**PGT**), ou seja: $(PG1 + PG2) = PGT$.

Entre o círculo externo e o das perspectivas, existe a **Faixa K**, que faz a interface entre as contribuições das diversas disciplinas e a perspectiva geográfica adotada. A **Faixa K** é livre de subdivisões, livre de impedimentos; ela representa o potencial de construção do conhecimento geográfico em livre integração com outras áreas do saber. Pensando dessa maneira, a divisão entre as perspectivas PG1 e PG2 parece perder o sentido, pois, se ambas as perspectivas relacionam-se livremente com as disciplinas parcelares, porque não o fariam entre si? Nossa proposta, então, é visualizada no cerne da questão: PG3, a perspectiva geográfica que adotamos, não representa a soma de PG1 e PG2; ela resulta da integração de ambas, como recurso de interpretação dos complexos e dinâmicos fenômenos urbanos.

Conforme anunciado no início do presente capítulo, este trabalho se desenvolveu adotando contribuições de teorias geográficas aplicadas ao estudo das cidades, ora adotando a perspectiva dialética do materialismo histórico-geográfico, ora aceitando as possibilidades da existência. Esperamos ter conseguido explicar o motivo de nossa escolha.

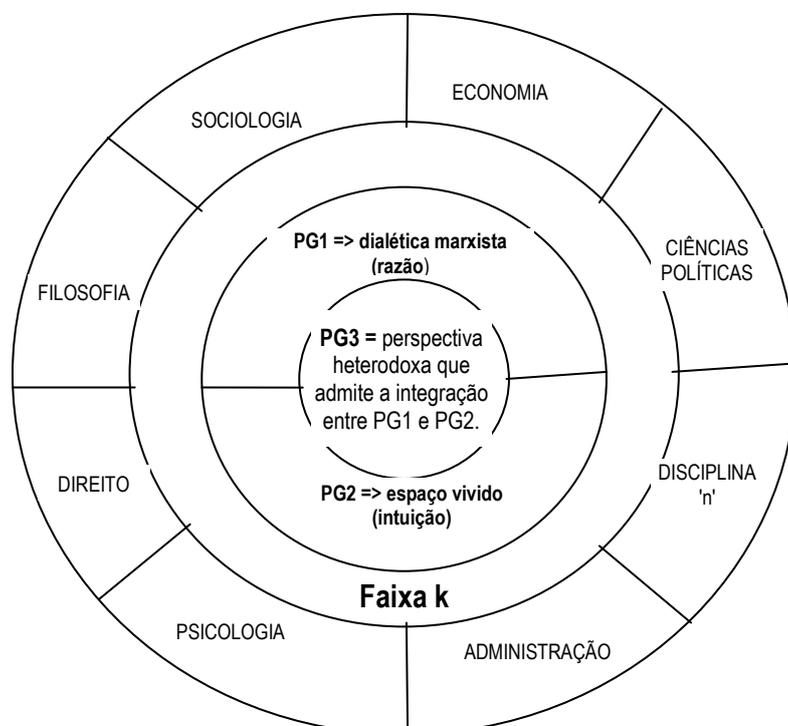


Figura 5 - Visualização da construção do conhecimento por meio da integração da perspectiva dialética marxista com a dimensão do espaço vivido. FONTE: elaboração da autora, adaptada a partir de estudo de Tribe (2006).

CAPÍTULO 2. Objeto, técnicas e instrumentos: o roteiro da pesquisa.

"Impõe-se, ao mesmo tempo, a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar seus novos significados. Uma possibilidade nos é dada pela consideração do cotidiano (A. Buttimer, 1976; A. García Ballesteros; 1992; A. Damiani, 1994). Essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando neste livro: os objetos, as ações, a técnica, o tempo." (SANTOS, 2012: 315)

De acordo com o explicitado na Introdução, este trabalho tem como objetivo geral buscar explicações para o abandono e a degradação de espaços urbanos que se constituem equipamentos públicos de grande utilização, a partir da análise, sob a dimensão geográfica, do caso da Galeria dos Estados, em Brasília, Distrito Federal.

Este capítulo apresenta o roteiro percorrido pela pesquisa e está dividido em três tópicos, quais sejam: '2.1. Objeto de estudo e participantes'; '2.2. Instrumentos de pesquisa e de coleta de dados'; e '2.3. Procedimentos de coleta e de análise de dados'.

2.1. Objeto de estudo e participantes



Figura 6 - Plataforma Superior da Galeria dos Estados, no Setor Comercial Sul (SCS), às 9h de uma manhã de domingo. Acesso à Estação Metroviária Galeria, ao Setor Bancário Sul (SBS) e ao Setor de Autarquias Sul (SAS). Escadarias no SBS permitem acesso direto ao Complexo Cultural da República (Biblioteca Nacional e Museu Nacional), bem como à Esplanada dos Ministérios. Ao fundo, vista do Banco Central do Brasil. Foto: Gabriel Melo.

A Galeria dos Estados é uma passagem subterrânea de pedestres (PSP) situada na região central de Brasília (Figura 6), Capital Federal do Brasil, e inserida na área poligonal tombada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Trata-se de caminho de grande importância estratégica, por onde circulam diariamente cerca de cem mil pessoas, que se dirigem principalmente aos setores Bancário, Comercial, Hoteleiro, Hospitalar, de Diversões e de Autarquias Sul. É também onde fica a segunda maior estação metroviária de Brasília e se destaca por suas dimensões: um corredor com cerca de trezentos metros de comprimento por dez metros de largura, acrescido de plataformas intermediárias e nas extremidades.



Figura 7 - Área descoberta da Galeria dos Estados entre os Eixos L, W (eixinhos) e Rodoviário (eixão) Sul, às 06:30 horas da manhã de um dia útil: início do movimento de pedestres em direção aos setores Bancário e de Autarquias Sul (SBS e SAS). Travessia sob o eixão e eixinhos L, W Sul. Ao fundo, vista parcial do Edifício Sede I do Banco do Brasil.

Foto: Gabriel Melo.

Pelo fato de ser uma passagem subterrânea de pedestres (Figura 7), a Galeria é um equipamento público de segurança viária, cuja função, segundo o Código Nacional de Trânsito (Lei Nº 9.503/1997), é de garantir a segurança de

seus usuários, constituindo-se a utilização da passagem tanto como um direito quanto como um dever dos cidadãos:

Para efeito deste Código adotam-se as seguintes definições:

[...]

PASSAGEM SUBTERRÂNEA - obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível subterrâneo, e ao uso de pedestres ou veículos.

Art. 254. É proibido ao pedestre:

[...]

V - andar fora da faixa própria, passarela, passagem aérea ou subterrânea;

[...] (BRASIL, 1997)

Gerido pela Companhia Imobiliária de Brasília – Terracap, desde sua criação, o logradouro passou a ser de responsabilidade da Administração Regional de Brasília (RA-I) a partir da publicação do Decreto Distrital Número 17.928 de 20 de dezembro de 1996. Tal dispositivo legal, entretanto, dispõe essencialmente “sobre a ocupação, organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados” (DISTRITO FEDERAL, 1996), sem qualquer referência ou atenção ao fato do logradouro ser um equipamento para prestação de serviços públicos.

O estudo foi realizado sobre a Galeria dos Estados e seus usuários, adotando levantamentos de arquivo e de campo. Na definição de critérios para seleção dos participantes do estudo, observou-se, inicialmente, que os usuários da Galeria dos Estados poderiam ser classificados de muitas formas diferentes. Isso porque pelo local circulam diariamente milhares de pessoas de variadas origens geográficas²³, profissionais, com destinos e motivações diversas já que o local, assim como Estação Rodoviária de Brasília, é um dos principais concentradores e distribuidores de trânsito de pedestres da cidade.

Assim sendo, mesmo uma rápida observação de seu intenso fluxo de pedestres sugere que altos executivos, moradores de rua, turistas, ‘skatistas’, trabalhadores de empresas públicas e privadas, simples passantes, buscam aquele espaço, por motivos variados, em direção aos setores bancário, comercial, hoteleiro, médico-hospitalar, de autarquias, de diversão, ou mesmo em direção à Catedral, ao Conjunto Cultural da República e à Esplanada dos Ministérios que abriga alguns dos principais prédios e monumentos do centro de poder da capital brasileira.

²³ Ver Tabela 1 e Tabela 2: consolidação de dados dos associados da ACLUG (cerca de três mil usuários) e de clientes de um ciber café na Galeria (cerca de dois mil clientes).

Procurou-se, então, separar alguns usuários e categorias que seriam entrevistadas ou observadas separadamente, como foi o caso de agentes públicos: arquiteta da Novacap, responsável pelo projeto arquitetônico de reforma da Galeria; Chefe de Gabinete do Administrador de Brasília; dos comerciantes estabelecidos na Galeria há mais de vinte anos; das tribos de 'skatistas'; dos moradores de rua; dos frequentadores da Galeria exclusivamente nos finais de semana; e dos artesãos integrantes da Rota do Artesanato Candango, programa de Governo que realiza exposições mensais na Galeria.

No caso de entidades representativas, antes de incluí-las no estudo, procuramos checar sua legitimidade e representatividade obtendo informações diretamente nos cartórios de distribuição de títulos e documentos (atas de assembleias, prestações de contas, estatuto social).

Para elaboração do diagnóstico da análise administrativa de gestão urbana e de sua influência sobre memória, história, patrimônio e qualidade de vida das cidades, frequentadores foram observados ou entrevistados conforme detalhado nos procedimentos de coleta e análise de dados.

Nesse sentido levou-se em consideração que os usuários da Galeria dos Estados se relacionam com o local sob dois papéis principais mutuamente excludentes: lojistas e não lojistas. Conforme se evidenciou no desdobramento da pesquisa, a exclusão mútua se restringe aos papéis exercidos na relação com o poder público local, não representando qualquer oposição de interesses ou direitos. De fato, os usuários da Galeria, lojistas ou não, partilham igualmente uma série de problemas e necessidades comuns, a maioria independente das subcategorias identificáveis.

Além de necessidades idênticas às dos demais usuários, os lojistas somente necessitam de trato diferenciado sob certos aspectos de sua relação com o governo do Distrito Federal. Isso porque são permissionários de uso de bens públicos imóveis (os boxes ou lojas nas quais exercem atividades comerciais), relação norteada por complexo regramento jurídico. Observou-se, ainda, que os lojistas são os usuários que passam maior tempo no local, pois, embora a maioria das lojas funcione entre 8 e 18h, alguns comerciantes abrem seus comércios às 6h da manhã e fecham apenas às 19 ou 20h.

Para os levantamentos de arquivo foram procurados agentes públicos e privados detentores de autoridade sobre bancos de dados disponíveis junto a diversos órgãos e entidades.

2.2. Instrumentos de coleta de dados

A geografia abandonou o projeto de construir, por intermédio direto do marxismo, uma ciência total. Hoje, os geógrafos que invocam o marxismo o fazem a partir de uma perspectiva muito mais limitada, como uma filiação ideológica ou como uma inspiração de ordem geral. De qualquer forma, não existe mais a crença em uma via metodológica única, que será aquela da "verdadeira" geografia, e se reconhece a importância e a riqueza de outras condutas possíveis para a geografia. (GOMES, 2011 p. 303)

A seguir procura-se esclarecer como esta pesquisa se organiza em termos de instrumentos e procedimentos de coleta e de análise de dados, tanto das disciplinas parcelares quanto de suas interconexões, tendo em vista seu o desafio de estabelecer o diálogo interdisciplinar entre a Geografia, a Administração e o Direito.

No que diz respeito à geografia, aceitamos a orientação de George (1972) de observar analiticamente, detectar as correlações e as relações de causalidade, o que corresponde ao pensamento quase consensual de que as ciências sociais e humanas suportam-se na dupla perspectiva de descrever e explicar; ou, sob a perspectiva cultural, de descrever e interpretar.

Como nosso objeto de estudo é um equipamento público urbano, optamos, nesses processos de explicação e de interpretação, por fazer uso da *paisagem*, como categoria analítica interna do espaço geográfico, aqui entendido como conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2012).

Ainda pelo fato de estudarmos um equipamento público urbano, utilizamos o *lugar*, como recorte espacial na escala local. Conforme nossa proposta de integração metodológica, paisagem e lugar não são utilizados exclusivamente para uma leitura racional do espaço enquanto conceito histórico atual e fruto dos processos de globalização. Afinal, "o conteúdo geográfico do cotidiano também se inclui entre esses conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local"

(SANTOS, 2012: 13). Nesse cenário, em que momento se encontram a Geografia, a Administração e o Direito?

Propomos que esse encontro ocorra desde a partida. Para tanto, a descrição do objeto é feita inicialmente pelas perspectivas da administração e do direito; reservando à geografia as prerrogativas de um olhar explicativo ou interpretativo, com ou sem auxílio de outras áreas de conhecimento. Dessa forma, é importante perceber que o estudo dinâmico das categorias internas ao espaço geográfico requer o reconhecimento de processos básicos externos a ele, como a técnica, a ação, a idealização e a objetivação, a norma e os eventos (SANTOS, 2012), que acabam por reaproximar as três disciplinas.

Conforme proposto, descrevemos a seguir instrumentos e procedimentos adotados para coleta dos dados que subsidiaram a elaboração do diagnóstico de gestão que alimentou a análise geográfica. Dados da pesquisa inicial (ABDALLA-SANTOS, 2011), cuja defasagem pudesse distorcer resultados, foram devidamente atualizados. Além disso, novas coletas foram realizadas especificamente para o estudo atual. Dessa forma, o que se detalha a seguir é como foram coletados os dados e como foi realizada a pesquisa de cunho jurídico-administrativa cujos resultados foram submetidos ao olhar geográfico.

Como ciência social aplicada, a administração costuma adotar processos objetivos, em sua maioria voltados a produzir intervenções, muitas delas urgentes, de cujos resultados dependem a sobrevivência de uma organização. A análise administrativa é um processo de trabalho que tem por objetivo realizar diagnósticos situacionais das causas e estudar soluções integradas para resolução dos problemas administrativos identificados (CURY, 2006: 281-310).

A essência de uma análise administrativa pode ser resumida em dois momentos distintos: um diagnóstico seguido de um prognóstico. Abstraindo-se das complexidades que variam conforme o porte da organização, dos problemas investigados e dos métodos e técnicas utilizadas para tal investigação, é possível dizer que, numa análise administrativa, os problemas identificados (*output*) na fase do diagnóstico tornam-se parte do objeto de estudo (*input*) e da fase de prognóstico cujo principal objetivo é planejar intervenções administrativas capazes de gerenciar, minimizar ou eliminar as causas dos problemas inicialmente elencados.

A etapa jurídico-administrativa da pesquisa foi desenvolvida por meio de um Estudo de Caso, estratégia de pesquisa que requer avaliação qualitativa, uma vez que objetiva a análise profunda de uma unidade social, caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos (MARTINS, 2008). Essa fase corresponde a uma investigação empírica, pesquisa naturalística de fenômenos dentro do real contexto onde ocorrem, sem que o pesquisador tenha controle sobre eventos e variáveis:

Mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objetivo delimitado – problema de pesquisa -, o Estudo de Caso possibilita a penetração na realidade social, não conseguida plenamente pela avaliação quantitativa (MARTINS e THEÓPHILO, 2009, p.62).

Para a coleta dos principais dados foram adotadas técnicas e instrumentos de Avaliação Pós-Ocupação do ambiente construído (APO), que admite múltiplas estratégias quantitativas e qualitativas de coleta e análise de dados, adotadas de forma integrada, com vistas a tornar a pesquisa mais confiável (MARTINS, 2008).

APO é uma estratégia de avaliação de desempenho de ambientes construídos que busca promover o controle e a melhoria da qualidade de vida no local estudado, priorizando o ponto de vista de seus usuários. Considerada uma das áreas de conhecimento da Psicologia Ambiental, suas técnicas vêm sendo crescentemente utilizadas em arquitetura, urbanismo e engenharia. Por meio delas, é possível avaliar o desempenho de ambientes ou conjuntos de ambientes construídos de variadas escalas e complexidades, inclusive o espaço público coberto ou descoberto e a infraestrutura urbana (ORNSTEIN, 1992).

Dessa forma a escolha do ferramental de APO mostra-se adequado para avaliar um espaço público que se encontra na segunda etapa de seu ciclo vital, ou seja, ambiente construído em 'fase de uso', de longa duração, na qual deve exercer papel social pleno cuja eficiência é medida pela satisfação dos usuários (ORNSTEIN, 1992). Neste estudo, as observações de APO sobre o objeto fornecem a descrição da *paisagem* cuja análise é feita pela geografia à proporção que se vai desvendando.

Com tal objetivo foram utilizados três instrumentos de avaliações: avaliação técnico-construtiva (própria para identificar as condições de conservação e manutenção do ambiente avaliado); avaliação técnico-funcional (que analisa se o

ambiente construído cumpre suas funções sociais); e avaliação comportamental (focada na observação das relações do usuário com o ambiente utilizado). Tais instrumentos de APO foram aplicados tanto por meio de entrevistas e questionários, quanto por planilhas de observações realizadas pela pesquisadora.

Ornstein (1992) considera os principais níveis de APO propostos por Preiser (1989) e destaca o nível mais apropriado para identificar aspectos positivos e negativos do objeto estudado por meio de rápidas visitas exploratórias e entrevistas realizadas com usuários-chave. Trata-se da APO *indicativa ou de curto prazo*, escolhida para este trabalho, tendo em vista mostrar-se mais adequada à finalidade, prazos e recursos disponíveis para esta pesquisa.

ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONTEÚDO DESENVOLVIDO
<ul style="list-style-type: none"> • Definir aspectos metodológicos da pesquisa. 	<p style="text-align: center;">PARTE 1 - ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS</p> <p>CAPÍTULO 1. Da Geografia do Manifesto às manifestações da existência: orientação metodológica da pesquisa.</p> <p>CAPÍTULO 2. Objeto, técnicas e instrumentos: o roteiro da pesquisa.</p>
	<p style="text-align: center;">PARTE 2 - A PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÕES</p> <p>CAPÍTULO 3. Brasília: totalidade, paisagem e lugar.</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Destacar processos históricos e aspectos geopolíticos de Brasília considerados relevantes para a fase empírica da pesquisa, tendo em vista o papel da Galeria dos Estados enquanto equipamento público urbano de grande circulação de usuários na capital federal. • • • Identificar referenciais teóricos utilizados pela Administração para elaboração de diagnósticos de gestão urbana; • Elencar mecanismos jurídico-administrativos aplicáveis à gestão de equipamentos públicos urbanos; • Analisar geograficamente o arcabouço teórico-conceitual inicialmente identificado, procurando alinhar dialogicamente a Administração, o Direito e a Geografia, no que concerne à governança na gestão de espaços urbanos; • Identificar partes interessadas na gestão Galeria dos Estados, relacionando os papéis, atual ou histórico, de cada grupo identificado; • Detalhar as condições de conservação e nível de utilização, eventuais problemas, carências e demandas dos usuários, bem como iniciativas de gestão do local, analisando se estas levam em consideração as primeiras. 	<p>CAPÍTULO 4. Governança na gestão, territorialidades e cidadania na Galeria dos Estados.</p>
<p>Observação: o olhar geográfico procura percorrer todas as fases do trabalho, independente dos objetivos específicos.</p>	

Figura 8 - Quadro-resumo da estrutura da Dissertação: permite rápida visualização do desdobramento dos objetivos específicos nos correspondentes capítulos da dissertação. FONTE: Elaboração da autora.

A Figura 8 apresenta um resumo da pesquisa, permitindo visualizar rapidamente a estrutura da dissertação, bem como a correspondência existente entre objetivos específicos e o conteúdo desenvolvido nas etapas do trabalho, por meio de sua associação dos capítulos correspondentes.

2.3. Procedimentos de coleta e de análise de dados

Na análise de todos os dados obtidos foi priorizada a perspectiva geográfica, sendo que as categorias de análise aplicáveis a cada caso foram elucidadas à medida de seu surgimento.

A revisão bibliográfica e documental junto a órgãos oficiais, a coleta de dados, se deu por meio de pesquisa direta em *websites*, em bibliotecas físicas, visita aos setores potencialmente detentores de informações (após prévia análise do organograma da entidade). Foram coletadas informações históricas e legislação relacionada ao objeto de estudo. Na pesquisa em *websites* utilizou-se o modo de pesquisa avançado da ferramenta Google, inclusive para coleta de informações veiculadas na imprensa.

A obtenção de dados nos órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal (GDF) já havia sido feita na pesquisa realizada ao longo do primeiro e segundo semestres do ano de 2010 (ABDALLA-SANTOS, 2011) e foi refeita na pesquisa atual, realizada no segundo semestre de 2012. Os resultados não apresentaram diferenças significativas: a falta de dados nos bancos de dados distritais foi igualmente grande.

Quando da primeira pesquisa, o Distrito Federal (DF) vivia um cenário que ficou conhecido como “Operação Caixa de Pandora”, deflagrada pela Polícia Federal no final de 2009, que desestruturou a rotina administrativa e política local, culminando com a prisão e renúncia do governador José Roberto Arruda, o afastamento de diversos deputados distritais, e um pedido de intervenção federal no DF pelo Ministério Público da União.

Naquele momento foi praticamente impossível obter informações junto a órgãos públicos distritais. Os sítios de internet do GDF, por sua vez, embora dinâmicos e artísticos mostraram-se muito mais instrumentos de marketing do que

repositório de dados relevantes: *links* de informações e serviços disponíveis ao cidadão encontravam-se continuamente interrompidos ou inoperantes.

Novas tentativas foram feitas, já em 2012, para obtenção de documentos que pudessem descrever a origem e a evolução histórica da Galeria dos Estados. Pessoalmente ou pela internet, foram consultados os seguintes órgãos e entidades governamentais: Arquivo Público (ArPDF), Companhia Imobiliária de Brasília (TERRACAP), Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (SEDUMA), Administração Regional de Brasília (RA-I), Companhia de Planejamento do DF (Codeplan), Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), Metrô-DF, Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), e Secretaria de Cultura do DF (SCDF).

Para obtenção do ponto de vista dos usuários quanto à priorização dos problemas da Galeria, foram utilizados resultados de enquete disponibilizada no *website* da Associação de Cidadãos da Galeria dos Estados (ACLUG).

As entrevistas não estruturadas com usuários idosos (lojistas ou não) foram depoimentos livres, mais centradas na vontade e postura do entrevistado, na tentativa de obter relatos para reconstrução da memória local.

Por meio de mapas comportamentais, foram observados o comportamento de moradores de rua, de grupos de usuários de droga, 'guardadores de carro', comerciantes informais (camelôs) e focos de prostituição. Para tanto houve necessidade de acompanhamento nas primeiras horas do dia, ou durante a madrugada, horários nos quais nos fizemos acompanhar por policiais militares cujo auxílio foi verbal e previamente combinado. No caso dos usuários de droga foi necessária a companhia de policiais civis, que se misturam discretamente à população, pois, segundo os próprios policiais militares que nos auxiliaram, traficantes de droga não se evidenciam na proximidade da Polícia Militar (PM).

As ferramentas de APO, como avaliação comportamental, avaliação técnico-construtiva, e avaliação-funcional, foram norteadas por critérios de normas técnicas e da legislação urbana aplicável ao logradouro, e apoiadas por modelo obtido em Rheingantz et al (2009). Ainda para suporte à APO foram utilizados registros fotográficos das evidências.

A principal técnica utilizada para entrevistas dos usuários durante os dias úteis foi a chamada *walkthrough-evaluation*, tendo em vista que a Galeria dos Estados durante a semana funciona principalmente como uma passagem de grande circulação de pessoas que se dirigem, normalmente com muita pressa, para o

trabalho, faculdade, hospitais, shoppings e órgãos públicos, em busca de solução para seus afazeres diários.

Walkthrough-evaluation, ou simplesmente *walkthrough*, é um instrumento de análise que combina observação e entrevista feitas simultaneamente no momento da coleta dos dados, possibilitando ainda nova observação na fase em que o pesquisador transcreve os dados para análise (PREISER ET AL, 2009: 23-25). Traduzindo a palavra inglesa, *walkthrough*, tem-se um passeio ou uma entrevista acompanhada, que é exatamente em que consiste o procedimento, que permite identificar aspectos positivos e negativos dos ambientes analisados. Essa técnica se torna mais rica quando complementada por registros fotográficos e gravações de áudio, recursos que também foram utilizados na pesquisa.

Na coleta de dados por meio do *walkthrough*, fizemos uma combinação com uma simplificação do *wishpoem* ou *poema dos desejos*. *Wishpoem* é uma ferramenta que se propõe, entre outros objetivos, a captar declarações mais espontâneas dos entrevistados, permitindo uma maior integração com o ambiente. Para combinar os instrumentos de pesquisa foi inserida uma questão aberta na conclusão das questões relativas a cada parte do logradouro, conforme detalhamento a seguir.

Cento e cinquenta pessoas foram entrevistadas ao longo de cinco meses, com base no formulário de combinação das técnicas *walkthrough* e *wishpoem*. O formulário da Figura 9, foi elaborado com discriminação de cada um dos trechos de destaque da Galeria dos Estados: áreas cobertas sob os eixos 'L' e 'W', área descoberta sob o 'eixão', a 'ponta do picolé' como é conhecida a praça voltada para o Setor Comercial Sul (SCS), a chamada praça da Galeria (nível intermediário entre a área coberta W e o picolé), e estacionamentos.

O propósito de tais levantamentos não foi de promover conclusões quantitativas quanto a perfis de usuários, mas a de obter dos próprios usuários, confirmações de um quadro geral que já se fazia evidente pelos registros fotográficos obtidos na avaliação técnico-construtiva do local.

Com intenção de acompanhar a dinâmica dos horários de grande fluxo de usuários, as entrevistas *walkthrough*, embora feitas com base no formulário, foram gravadas e depois transcritas. Para aplicação das entrevistas foram escolhidos os horários e sentidos de maior fluxo de pedestres: entre 7h e 9h da manhã, sentidos Metrô-SBS e Metrô-SCS; entre 11:30h e 14:30h, sentido SBS-SCS e SCS-SBS; entre 17h e 19h, sentidos SBS-Metrô e SCS-Metrô.

As entrevistas foram gravadas pelo telefone celular que ficava no bolso da camisa, de forma a tornar o diálogo mais descontraído. Carteira da Universidade de Brasília em mãos, aproximávamos de uma pessoa aleatoriamente, apresentávamos-nos como pesquisadora acadêmica, pedíamos licença para gravar a conversa e informávamos que não os(as) identificaríamos e nem atrasaríamos, pois faríamos as perguntas ao longo de seus percurso. Estabelecido o diálogo, conduzíamos as perguntas conforme planejado no formulário.

A Figura 9 retrata o formulário que embasou a maior parte das entrevistas. Conforme já descrito, a Galeria foi Estados foi setorizada em sete de seus principais trechos. Para cada trecho foram considerados os mesmos itens de avaliação: sinalização, segurança, limpeza, manutenção e aparência; ao final das informações objetivas de cada trecho, solicitávamos que o entrevistado expressasse livremente algo que gostaria muito de ver realizado em relação ao local (o que transcrevíamos na linha 'meu sonho').

Dessa forma, as respostas objetivas foram computadas conforme convenção estabelecida no formulário de coleta de dados (Figura 9) e a linha 'meu sonho' abriu a possibilidade de explicitação de necessidades fundamentais e de valores dos entrevistados, concretizando a integração das ferramentas de pesquisa *walkthrough* e *wishpoem*.

Zeisel (1981) registra que a primeira *walkthrough* foi feita por Kevin Lynch, em 1960, quando Lynch fez um passeio-entrevista pelo centro de Boston com um grupo de respondentes voluntários. O entrevistador portava um gravador e acompanhava o entrevistado, que deveria responder por que escolheu tal caminho, o que viu ao longo do trajeto e em quais lugares se sentia seguro ou perdido.

A partir de então, algumas experiências acadêmicas foram timidamente relatadas até que, no final da década de 1960 e início de 1970, com a emergência da Psicologia Ambiental, a *walkthrough* se mostrou excelente instrumento para identificar as principais qualidades e defeitos de ambientes construídos, passando a ser muito utilizada em APOs, principalmente em espaços abertos.

FORMULÁRIO DE PESQUISA AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO DA GALERIA DOS ESTADOS				FICHA DE OBSERVAÇÃO WALKTHROUGH																			
LOCAL / PERÍODO OBSERVADO	ATRIBUTOS	158	1611																				
1.ÁREA COBERTA L	SINALIZAÇÃO	G	G																				
	SEGURANÇA	E	G																				
	LIMPEZA	F	E																				
	MANUTENÇÃO	F	F																				
	ILUMINAÇÃO	F	G																				
	APARÊNCIA	E	E																				
MEU SONHO																							
2.ÁREA COBERTA w	SINALIZAÇÃO																						
	SEGURANÇA																						
	LIMPEZA																						
	MANUTENÇÃO																						
	ILUMINAÇÃO																						
	APARÊNCIA																						
MEU SONHO																							
3.ÁREA DESCOBERTA SOB EIXÃO	SINALIZAÇÃO																						
	SEGURANÇA																						
	LIMPEZA																						
	MANUTENÇÃO																						
	ILUMINAÇÃO																						
	APARÊNCIA																						
MEU SONHO																							
4.PICOLÉ (SCS)	SINALIZAÇÃO																						
	SEGURANÇA																						
	LIMPEZA																						
	MANUTENÇÃO																						
	ILUMINAÇÃO																						
	APARÊNCIA																						
MEU SONHO																							
5.PRAÇA DA GALERIA	SINALIZAÇÃO																						
	SEGURANÇA																						
	LIMPEZA																						
	MANUTENÇÃO																						
	ILUMINAÇÃO																						
	APARÊNCIA																						
MEU SONHO																							
6.PONTOS DE ÔNIBUS	SINALIZAÇÃO																						
	SEGURANÇA																						
	LIMPEZA																						
	MANUTENÇÃO																						
	ILUMINAÇÃO																						
	APARÊNCIA																						
MEU SONHO																							
7.ESTACIONAMENTOS	SINALIZAÇÃO																						
	SEGURANÇA																						
	LIMPEZA																						
	MANUTENÇÃO																						
	ILUMINAÇÃO																						
	APARÊNCIA																						
MEU SONHO																							

CONVENÇÃO: A = ÓTIMO; B = MUITO BOM; C = BOM; D = REGULAR; E = RUIM; F = MUITO RUIM; G = PÉSSIMO
 USUÁRIOS ENTREVISTADOS: 1(DIAS ÚTEIS); 2(FDS); 3(AMBOS); 4(EVENTUAL); 5(DIURNO); 6(NOTURNO)
 7(SERVIDOR PÚBLICO); 8(EMPRESÁRIO); 9(CLT); 10(AUTÔNOMO); 11(NM); 12(NS); 13(NF)

Figura 9 - Ficha de avaliação funcional para análise *walkthrough*, procedimento de Avaliação Pós-Ocupação de ambientes construídos. FONTE: Elaboração da autora por adaptação de modelos de Rheingantz et al (2009).

Com esses procedimentos, além de coletar dados objetivos que indicaram como cada indivíduo percebe o lugar com o qual se relaciona, foi possível também confirmar alguns perfis de usuários no local conforme as seguintes categorias: profissão (servidor público, empresário, empregado celetista, trabalhador autônomo); dias e horários de uso do logradouro (sempre dias úteis, sempre nos finais de semana, ambos, eventualmente, só à noite, só durante o dia); grau de instrução (níveis médio, fundamental ou superior).

Utilizando a convenção pré-estabelecida, as gravações foram transcritas para o formulário, a fim de facilitar as análises posteriores. Dessa forma tem-se, por exemplo, que o número 1812 representa um empresário, com nível superior, que frequenta o logradouro apenas nos dias úteis; e 31011 corresponde a um trabalhador autônomo, com nível médio, que utiliza a Galeria diariamente, inclusive aos fins de semana.

PARTE 2

A PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÕES



Figura 12 - Diversidades de usos no tempo-espaço: ao centro, plataforma intermediária da Galeria dos Estados quase deserta num domingo, contrastando com os dias úteis quando recebe cerca de cem mil usuários por dia, tendo ao fundo vista do Banco Central do Brasil; à direita, feirinha de artesãos participantes de programa de governo em parceria com associação de cidadãos usuários da Galeria dos Estados; à esquerda, grupos de brigadistas em treinamento contra incêndio. Fotos: Gabriel Melo

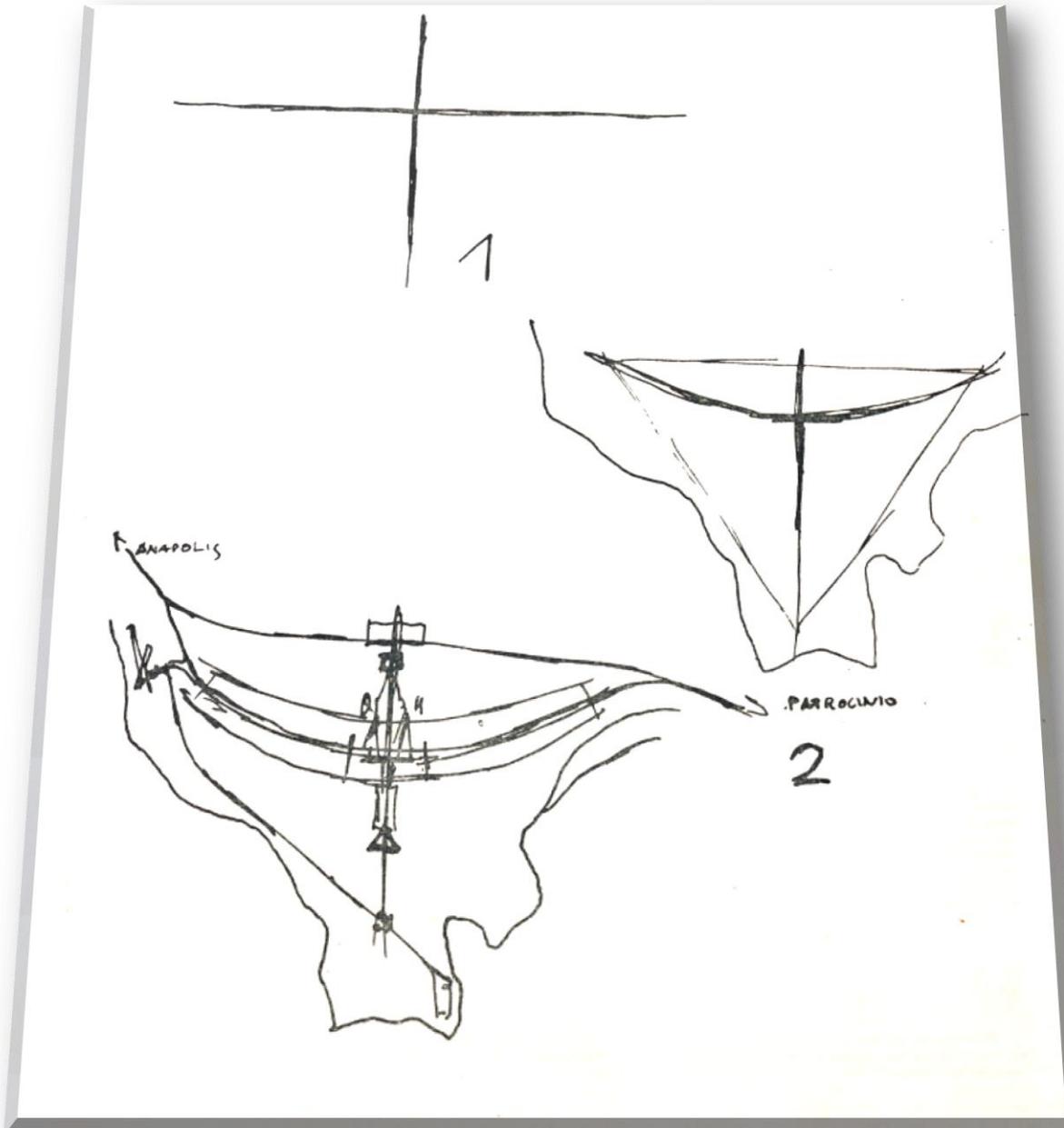


Figura 13 - Projeto nº 22, vencedor do Concurso do Plano Piloto de Brasília. Apresenta os dois primeiros traços da solução proposta por Lucio Costa para Brasília. Integra o projeto vencedor do concurso e tem sido uma das imagens mais reproduzidas nos trabalhos acadêmicos e artísticos sobre a capital brasileira.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

PARTE 2 - A PESQUISA: RESULTADOS E DISCUSSÕES

CAPÍTULO 3. Brasília: totalidade, paisagem e lugar

Há um século, o Dr. Luís Cruls, ao considerar para fins de localização da nova capital do país o que seria o planalto brasileiro, deparou a bem dizer com um país inteiro planaltino, todo ele ondulado em sucessivas vagas de altitude, formando de tanto em tanto patamares alongados e planos. [...] Da imensa forma com que o oceano Atlântico se aprofunda entre a América do Sul e a África, o Planalto brasileiro sobe do litoral até Brasília, dali descendo ao pé da cordilheira andina. BERTRAN³²

Este capítulo trata da capital do Brasil, lugar cujas singularidades envolvem, entre outras, a particularidade de sua criação e de seu estatuto jurídico-federativo com prerrogativas especiais de município e de estado em uma só Unidade Federativa. Brasília acolhe nosso objeto de estudo: a Galeria dos Estados.

Nos próximos tópicos são discutidos alguns aspectos de Brasília relevantes para o estudo. Inicialmente defende-se a possibilidade de considerar Brasília como totalidade em relação à Galeria dos Estados (3.1. Refletindo em torno de escalas espaciais); em seguida, procura-se visualizar a evolução socioespecial em Brasília (3.2.); o tópico 3.3. aponta imaginários, abordando casos de territorialidades em relação ao uso dos espaços públicos, e apresenta a noção de *patrimônios subterrâneos* em Brasília conforme o entendimento de Nunes (2005); e, finalmente, o item 3.4. descreve o papel das diversas 'galerias de Brasília' enquanto espaços públicos, ou equipamentos para prestação de serviços públicos urbanos.

Tendo em vista a característica transdisciplinar do estudo, procurou-se favorecer o diálogo interdisciplinar com a incorporação de conceitos familiares a algumas das principais áreas de conhecimento envolvidas com o tema (administração, direito, sociologia, história). Ao longo do texto, a leitura geográfica é incorporada natural e gradualmente, seja em nível teórico, seja nos resultados empíricos alcançados. Ressalte-se, finalmente, que o escopo deste capítulo não inclui detalhada dissertação sobre Brasília, mas tão somente o destaque de

³² BERTRAN, Paulo. História da Terra e do Homem no planalto central: eco-história do Distrito Federal. Brasília: Ed.UnB, 2011.

aspectos capazes de contribuir pontualmente com a análise de nosso objeto de estudo, a Galeria dos Estados.

3.1. Refletindo em torno de escalas espaciais

Os seres humanos costumam produzir uma hierarquia acomodada de escalas espaciais para organizar suas atividades e compreender seu mundo. Lares, comunidades e nações são exemplos óbvios de formas organizacionais contemporâneas existentes em diversas escalas. Intuímos de imediato no mundo de hoje que o caráter das coisas se afigura distinto quando analisado nas escalas global, continental, nacional, regional, local ou do lar/pessoal." David Harvey³³

A ideia principal deste tópico é propor que a Capital Federal do Brasil, enquanto cidade, lócus material das contradições inerentes aos processos de reprodução capitalista do espaço urbano, possa também ser entendida como uma totalidade, a partir do raciocínio que segue.

Os esforços realizados para apreensão da cidade e do urbano, dimensão abstrata da primeira, parecem nem passar perto de conferir segurança à temática. Longe disso. Há muito que Maria Adélia Aparecida de Souza (1999) alertou para o fato de que uma das principais causas da crise urbana pode estar exatamente na insegurança do nosso conhecimento sobre a cidade. Desde então, o cenário não sofreu grandes mudanças. Tanto que ainda é tão difícil teorizar sobre a produção do espaço urbano quanto analisar empiricamente um objeto que faça parte da vida diária da população de uma cidade, independente de seu porte.

Com efeito, analisado pela perspectiva existencial, é certo que um equipamento público urbano, como um lugar de nosso cotidiano, permita leituras quanto às relações fundamentais entre o espaço e seus usuários a partir do chão, do céu, das horas do dia e da noite, da chuva ou do sol, da natureza em geral quer seja construída ou não. Entretanto, o estudo do mesmo *lugar* pela dialética do materialismo histórico não se pode limitar à atualidade (LEFÉBVRE, 2005), requer que o coloquemos, assim como a cidade que o contém, no movimento do mundo.

³³HARVEY, David. *Espaços de esperança*. - 5a. ed. - Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p.107-108.

Mas como fazê-lo, se a cidade, tão *lugar* quanto seus lugares, é apenas subcategoria de análise geográfica?

Souza (1999) afirma que, embora pareça solucionar a questão, o conceito de cidade global, de cidade mundial, que a rigor é o Estado ou os que dirigem a livre circulação, o trabalho, o mercado, não se sustenta diante da totalidade, diante do espaço banal que, na cidade, “é acintosamente aviltado”.

Aí surge um paradoxo interessante de ser estudado: lugar da coexistência e da liberdade, a cidade é ao mesmo tempo, pelo fato técnico, o lugar da vigilância (as máquinas fotográficas do trânsito), da identificação, das redes (a telemática e as redes de fibras óticas e o controle do território, que estudam meus alunos Ricardo Castilho e Rubens de Toledo Junior), da exclusão, da disciplina (os panópticos eletrônicos, que estuda meu aluno Renato Balbin Nunes e das normas e do direito à cidade, que estuda meu aluno Ricardo Mendes). (SOUZA, 1999: 4)

Ocorre que os lugares redefinem as técnicas de tal modo que "cada objeto ou ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto" (SANTOS, 2012: 59). O que torna possível, por meio da descrição de certas características, captar aspectos locais (de Brasília) relevantes para entender o valor da Galeria dos Estados, recorte espacial da pesquisa. Tarefa cuja justificativa materialista requer que façamos rápida reflexão teórica em torno das escalas espaciais.

Quando afirmou que "o capital descobriu o espaço geográfico" Ruy Moreira (1982: 34-37) não estava registrando um fato novo, o que se percebe na análise que seguiu aquela declaração. O autor dá conta de que o espaço geográfico funde-se com as instâncias (econômica, jurídico, política, ideológica) que compõem a estrutura da formação econômico-social, evidenciando que os objetos espaciais situam-se no espaço segundo uma lógica de arranjo espacial que reproduz a lógica do modo de produção a que pertencem.

Tal entendimento possivelmente tenha tomado como apoio diversas reflexões anteriores, principalmente de Santos (1977, 2002, 2005, 2007, 2008a, 2008b, 2008c, 2009, 2012), a propósito da relação entre os conceitos de formação econômico-social e formação espacial. Relação a partir da qual é possível concluir, entre outras contribuições, que as interações entre uma fração da humanidade e uma parcela de seu ambiente respeitam leis fundamentais cuja escala ultrapassa a dimensão do *lugar*.

Ora, se a situação dos objetos espaciais reproduz a lógica do modo de produção a que pertencem, e se as interações entre uma fração da humanidade e uma parcela de seu ambiente respeitam leis cuja escala pode ultrapassar a dimensão do *lugar*, tem-se que a análise de um objeto não é passível de ser feita de forma independente.

Segundo Harvey (2012: 108), "é por uma interação dinâmica com aquilo que poderíamos chamar de planos escalares de processos naturais que os seres humanos produzem e concretizam suas próprias escalas" por meio das quais é possível buscar a realização de suas metas, além de permitir organizar comportamentos coletivos. Para o autor, em termos de compreensão analítica é tão incorreto desprezar a importância das diferenciações, interações e relações interescares e intraescares, quanto prender-se a uma dada escala de pensamento, como, por exemplo, defender que tudo seja determinado pela escala global.

O entendimento de Santos (2012) não é diferente. Ele especifica que a questão dos recortes espaciais (região, lugar, redes, escalas particulares³⁴) pode ser levantada a partir do entendimento de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, e do reconhecimento de suas categorias analíticas internas (paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, rugosidades e formas -conteúdo). Tais recursos analíticos devem ser utilizados para a leitura dinâmica da realidade, que nos impõe diversos conteúdos decorrentes da complementaridade entre a *tecnoesfera* e a *psicoesfera*, sendo que o conteúdo do cotidiano é também parte desses "conceitos constitutivos e operacionais, próprios à realidade do espaço geográfico, junto à questão de uma ordem mundial e de uma ordem local" (SANTOS, 2012: 23).

A leitura proposta por Santos (2012) requer, ainda, a identificação de processos básicos externos ao espaço, como a técnica, a ação, os objetos, a norma e os eventos, a universalidade e a particularidade, a totalidade e totalização, a temporalização e a temporalidade, a idealização e a objetivação, os símbolos e a ideologia. Pois é exatamente a escolha adequada dos elementos analíticos, capazes de representar o objeto estudado, que concederá maior ou menor coerência interna à construção teórica elaborada.

³⁴ Aqui consideradas as escalas nas quais se enquadram os recortes de pesquisa, os objetos de estudo de cada pesquisador.

Nesse sentido, a categoria totalidade é indispensável para entender o movimento de produção e reprodução do espaço urbano como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Pode, porém, ser tratada de forma objetiva, sem que seja necessário lançar mão do "fastidioso discurso filosófico" inspirado pela ideia de totalidade-mundo, desde que saibamos "bem circunscrever o nosso objeto de trabalho" (SANTOS, 2012:114).

Com tal intenção, propomos que nosso objeto de estudo seja circunscrito e explicitado por meio das relações (intraescalares) da Galeria dos Estados com Brasília, sem extrapolar os limites desta última. Isso porque, sendo Brasília centro de Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (RIDE) e capital do Brasil, Estado soberano de modo capitalista, as relações interescalares Brasil-mundo e Brasília-Brasil já não se põem à prova.

Passamos, a seguir, a estudar alguns aspectos relevantes ao nosso objeto, a partir da realidade de Brasília, onde se efetiva, assim como no Brasil e no mundo, um movimento ininterrupto decorrente de contínuos processos de totalização, que consistem em fragmentar, individualar e unificar, constituindo nova totalidade perfeita (representada pela paisagem) e incompleta (significada pelo espaço, sempre em transformação).

3.2. A evolução socioespacial em Brasília.

"Seria fácil começar este relatório com uma discussão negativa e estéril. Tais foram as controvérsias que cercaram, em seu início, a formação da companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a abertura do Concurso Nacional do Plano Piloto, que seria possível deixar-se levar pelos aspectos mais superficiais desses debates e chegar a encarar com pessimismo e azedume um grande empreendimento - a construção de uma nova capital para o país."
(MINDLIN; PALANTI, 1957)³⁵

Brasília já nasceu marcada por controvérsias. Uma leitura rápida do relatório elaborado para justificar a criação da companhia Urbanizadora da Nova Capital do

³⁵ MINDLIN, Henrique E.; PALANTI, Giancarlo; et al. **Brasília - Plano Piloto**: relatório justificativo. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília: ArqPDF, 1957.

Brasil e a abertura do Concurso Nacional do Plano Piloto da nova Capital Federal do Brasil, permite perceber, da primeira à última página, inconsistências de cunho formal e material. Quase todas descartadas por argumentos sustentados em frases de impacto do tipo "cumprе salientar que se trata de um grande sonho a caminho da realidade - um dos grandes sonhos da nossa história de povo independente - não cabe, portanto, opor-lhe obstáculos, insistindo em debates de ordem secundária" (Figura 14).

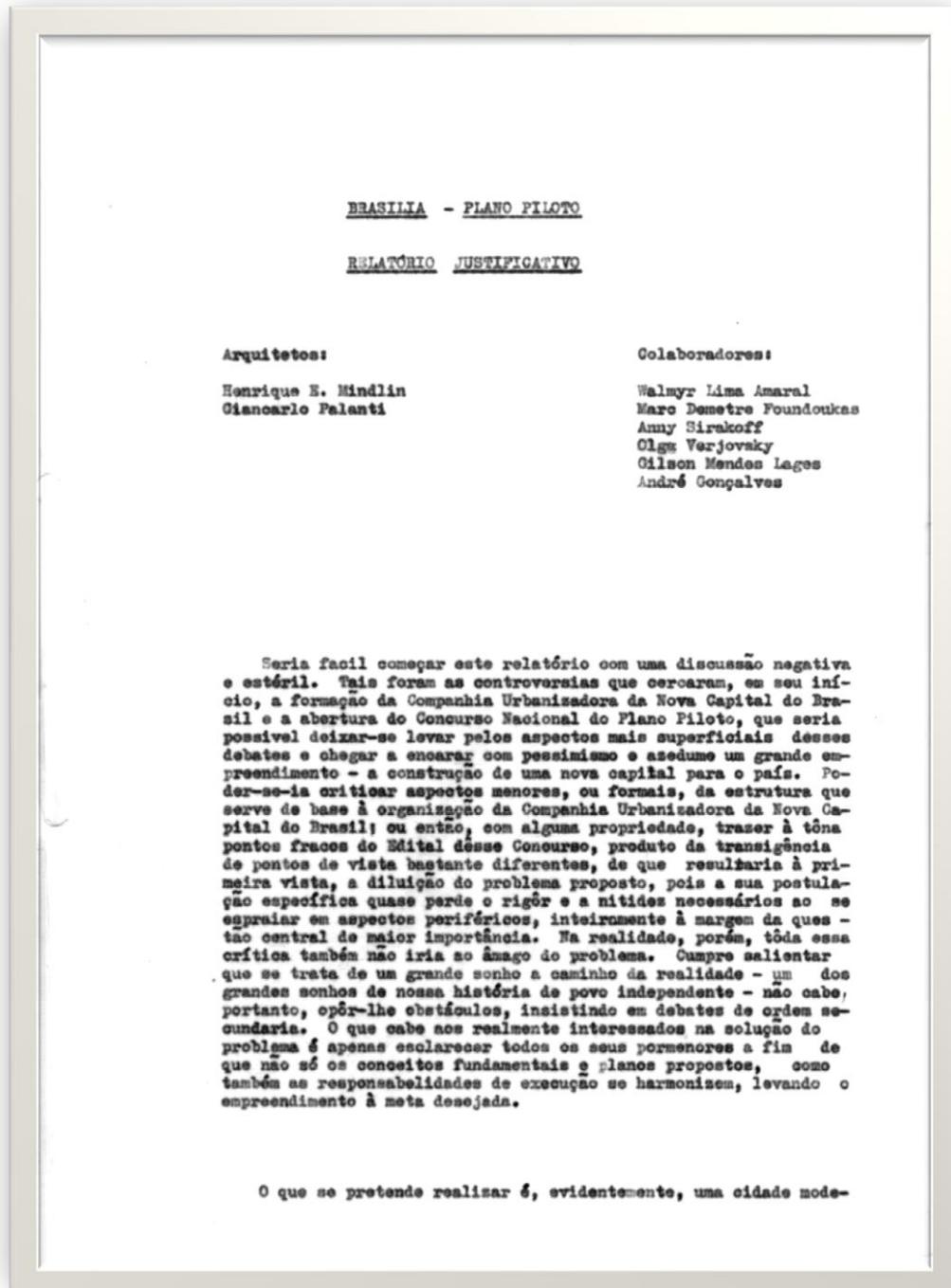


Figura 14 - Relatório Brasília Plano Piloto. Pág. 1/12. Nessa primeira página já é possível perceber controvérsias.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal.

Criada com a *função* de capital do país, Brasília já nasceu como polo de desenvolvimento regional e nacional, pois essa era uma das principais metas de sua criação. Entretanto, sua evolução socioespacial evidencia que, entre as justificativas para sua criação, encontram-se alguns dos maiores problemas que Brasília enfrenta hoje: planejar uma cidade percorrendo "com honestidade, paciência e imaginação, todas as fases do trabalho sugeridas pela boa técnica"; livrar-nos dos "efeitos de uma especulação imobiliária desordenada"; facultar aos órgãos responsáveis pela sua execução, a possibilidade de "proteger o empreendimento do jogo de interesses imediatistas".

Projetada para comportar quinhentos mil habitantes, admitindo-se "razoável possibilidade de expansão" (MINDLIN, PALANTINI ET AL; 1958: 4) ao longo de cem anos, Brasília ultrapassou a conta de dois milhões e quinhentos mil habitantes com apenas cinquenta anos de existência (IBGE, 2013). Ainda uma jovem senhora, a cidade idealizada que, entretanto, desde seu planejamento já sugeria a segregação socioespacial, ver Figura 15 e Figura 17, convive atualmente com problemas tão graves quanto aqueles das metrópoles seculares ou milenares.

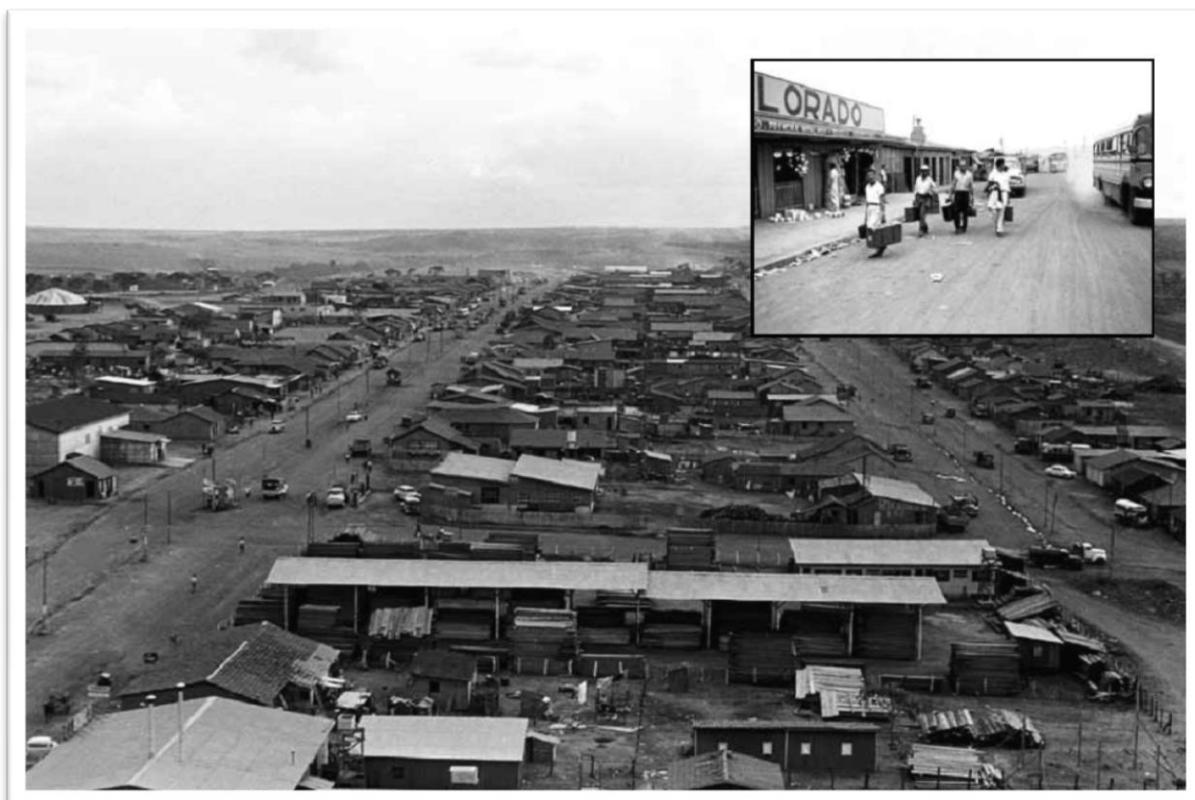


Figura 15 - Espaço do proletariado. A Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, foi inaugurada em 18 de dezembro de 1956 e construída para abrigar os trabalhadores oriundos de outras regiões do país, que deveriam retornar a seus locais de origem após a construção de Brasília. FONTE: Série Cartões Postais do Arquivo Público do Distrito Federal (2010).

A história da Capital brasileira é rica de interpretações. Diversos autores documentaram sua própria versão da linha do tempo de Brasília. Parece-nos

bastante consistente com a realidade atual, o entendimento de Peluso (2003:1-3), para quem a construção de Brasília "funda-se num passado gestado em três momentos históricos [...]" que fazem dela "uma cidade nova e antiga a um só tempo". Para a autora, o primeiro desses momentos, corresponderia ao surgimento da arquitetura modernista, opção urbanística e arquitetônica em torno da qual a construção de Brasília foi delineada; o segundo, seria o momento que mitifica aquela arquitetura associando-a ao desenvolvimento e ao progresso do país; e o terceiro, aquele que se evidencia no confronto entre a modernização e a realidade.

De fato. A Capital modernista mitificada, prenhe de glória e poder, de beleza e riqueza, de progresso e igualdade: a Brasília dos discursos, pode até existir. Mas apenas para reduzida parcela de seus habitantes. Talvez nem mesmo os quinhentos mil moradores, previstos no plano original como densidade máxima da Capital, conheçam a tão cantada "cidade diferente, digna do nosso tempo e do futuro que desejamos construir." (MINDLIN, PALANTINI ET AL; 1958: 2). E embora ela possa existir para uns poucos, a realidade que confronta o sonho se traduz efetivamente no dia-a-dia do brasiliense, tenha ele nascido em Brasília ou não.

Com ares de metrópole, embora ainda não se tenha oficialmente configurada como tal, a Brasília que ganhou forma no julgamento do Concurso Nacional do Plano-Piloto da Nova Capital do Brasil é hoje vivenciada cotidianamente não por quinhentos mil, mas por quase três milhões de habitantes, tendo conferido ao Distrito Federal a maior densidade demográfica do país desde o ano 2000 (IBGE, 2012), Figura 16.

UNID. FEDERATIVA	Densidade demográfica ³⁶ (hab./km ²)						
	01.07.1950 ⁽¹⁾	01.09.1960 ⁽²⁾	01.09.1970 ⁽³⁾	01.09.1980 ⁽²⁾	01.09.1991 ⁽³⁾	01.08.2000 ⁽³⁾	01.08.2010 ⁽³⁾
RIO DE JANEIRO	106,73	153,20	208,01	262,34	291,88	328,03	365,23
SÃO PAULO	36,81	52,28	72,36	102,25	127,11	148,96	166,25
DISTRITO FEDERAL	...	24,43	94,11	207,40	275,50	352,16	444,07

Figura 16 - Densidade demográfica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 1950/2010. ⁽¹⁾População presente. ⁽²⁾População recenseada. ⁽³⁾População residente. FONTE: elaboração da autora a partir de indicadores demográficos do Anuário Estatístico do Brasil 2012 (IBGE, 2013).

Da evolução de sua densidade populacional, Figura 16, é possível perceber que Brasília vive, desde sua criação, o segundo momento de que trata Peluso (2003), quando "ocorre o confronto entre as ressignificações míticas do passado nacional, sua projeção para a construção de Brasília e a realidade do crescimento

³⁶ Observe-se que desde sua criação, o atual Distrito Federal tem apenas um município, que é Brasília e que alcançou a densidade demográfica de 444,07 hab/km². No mesmo período (1950-2010), o Rio de Janeiro evoluiu de 57 para 92 municípios e de 106,73 para 365,23 hab/km²; enquanto São Paulo passou de 369 a 645 municípios com variação de densidade demográfica de 36,81 para 166,25 hab/km².

populacional continuado". Vive, também, ato contínuo, o "terceiro momento das práticas espaciais" no qual a continuidade das representações sociais do território originárias do período colonial "se verifica no processo de apropriação das terras no Distrito Federal" (PELUSO, 2003: 1-4).

Retrato da "lógica do Estado" em sua origem, e da "lógica do mercado" capitalista global na sequência imediata de sua criação, da Brasília 'real' emerge rapidamente o que Abramo (2002) considera como a terceira lógica que domina a dinâmica urbana: a "lógica da necessidade", que se efetiva nos processos de apropriação de terras urbanas. Para o autor, nos processos sociais de acesso e definição de uso do solo urbano, a lógica da necessidade decorre naturalmente da estrutura sócio-espacial das grandes cidades brasileiras, dominada pela lógica moderna de coordenação das ações sociais e econômicas.

As cidades latino-americanas revelam em sua estrutura intra-urbana e cartografia sócio-espacial o funcionamento das três lógicas de coordenação social que identificamos acima. Essas três lógicas coexistem nas grandes cidades brasileiras a partir das particularidades e universalidades dos regimes urbanos e formas de regulação de cada uma dessas cidades. Podemos dizer que as similitudes e diferenças na estrutura intra-urbana das grandes cidades brasileiras são reveladoras das formas de manifestação dessas lógicas, dos projetos de cidade que estabelece uma certa hierarquia entre elas e dos conflitos que promovem e se alimentam para produzir e reproduzir o processo de configuração dos usos urbanos do solo. (ABRAMO, 2002: 4)

A desigualdade socioespacial foi, então, construída em Brasília pela lógica do Estado, quando da distribuição de terras e imóveis urbanos decorrente do planejamento da Capital; catalisada pela lógica do mercado, na intensa especulação imobiliária que acudiu parte dos milhares de migrantes que continuam a buscar as oportunidades em empregos públicos e geração de negócios no Distrito Federal; e mantida pela lógica da necessidade daqueles que, à margem das opções formais, "devido ora à ausência, ora à omissão ou debilidade de uma política habitacional voltada para os grupos populares" (NUNES, 2005: 37), ocuparam e ocupam intensivamente o cinturão verde de Brasília e as cidades³⁷ que compõem a paisagem e a configuração territorial suburbana da Capital.

³⁷ As diversas regiões administrativas de Brasília são chamadas de 'cidades', porque originariamente a expressão 'cidade satélite' foi utilizada para identificar os aglomerados suburbanos não pertencentes ao Plano-Piloto de Brasília. A rigor, correspondem a bairros de um único município.

A essa altura, é oportuno responder ao apelo de Santos (2012: 1030) e esclarecer que "*configuração territorial* é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área"; que a *paisagem* é a porção da configuração territorial que conseguimos visualizar num certo momento, "é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações entre o homem e a natureza"; e que "o espaço são essas formas, mais a vida que as anima." De tal forma que,

Os movimentos da sociedade, atribuindo novas funções às formas geográficas, transformam a organização do espaço, criam novas situações de equilíbrio e ao mesmo tempo novos pontos de partida para um novo movimento. Por adquirirem uma vida, sempre renovada pelo movimento social, as formas tornadas assim formas - conteúdo - podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço. (SANTOS, 2012: 106)

Pode-se dizer, resumidamente, que assim ocorreu e vem ocorrendo a evolução socioespacial da nova Capital brasileira. Retrato da manifestação de desiguais vontades políticas e de graus diversos de amadurecimento das forças sociais. Um cenário construído – em diferentes escalas – pela competição, ou complementaridade administrativa, entre níveis de governo, por meio de alianças políticas da situação e da oposição. Nesse contexto, o aparelho público reflete, de forma mais ou menos mediatizada, a pressão exercida pelos interesses privados na definição das políticas setoriais. Enquanto a qualidade de vida da população torna-se reflexo das práticas espaciais oficiais (que resultam das ações decorrentes da lógica do Estado e do mercado), bem como das práticas espaciais marginais (acionadas pela lógica da necessidade). Além de profundamente dependente da capacidade de mobilização da própria sociedade.



Figura 17 - Espaço do capital. Brasília *Palace Hotel*. Inaugurado em 1958 e inicialmente chamado de hotel de Turismo, foi o primeiro hotel de grande porte construído na Capital. Projetado por Oscar Niemeyer em terreno de 13 mil m², obedece conceitos do movimento modernista da arquitetura, com fachadas e pilotis livres, formas leves e suaves e painéis artísticos assinados por Athos Bulcão. FONTE: Série Cartões Postais do Arquivo Público do Distrito Federal (2010).

3.3. Imaginários, territorialidades e patrimônios subterrâneos em Brasília

O presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, é a personagem central, em primeiro ou primeiríssimo plano fílmico, está sempre acompanhado por um cortejo [...]. Assim, de um modo geral, ao olhar essas imagens, tem-se a impressão de que o objetivo era o de mostrar o cotidiano sim, mas dos representantes do Estado, sugerindo que seu trabalho era incansável e monumental, o que os elevava à condição de grandes personagens de uma história em construção, enfim, de uma epopeia. NUNES³⁸

Se é possível construir alguma unanimidade em relação a Brasília, talvez ela esteja no quão controversa é a imagem da Capital brasileira. Segundo Oliveira (2005: 154), "o plano piloto de Lucio Costa apoderou-se de mitos para se adaptar às

³⁸ NUNES, José Walter. *Patrimônios subterrâneos em Brasília*. - 2a. ed. - São Paulo: Annablume, 2005.

necessidades temporais e governamentais: construir a capital de uma nova nação. [...] elaborar um projeto capaz de influenciar os destinos nacionais".

Centro de interminável debate entre os que a 'amam' ou 'odeiam', o imaginário social brasileiro tem associado Brasília à cidade "profética", "espiritualizada", "da saudade", "dos carros", "sem história", "da corrupção". E mais: cidade "sem povo", "sem esquina", "medieval", "do carro", "autoritária", "da solidão", "sem esquina", "sem lazer", "ilha da fantasia", "moderna", "da integração nacional", "de oposição", "da liberdade individual", "do ecletismo religioso", "multicultural", etc. (NUNES, 2005: 22)

Entretanto, nada do que possa ter surgido naturalmente no imaginário social depois da criação de Brasília, pode ser comparado com a bem elaborada mitificação que se desdobrou ao longo da concepção, planejamento e construção da nova Capital, "a capital da esperança", "da beleza" e "dos homens felizes". Ribeiro (2008: 43) refere-se aos insistentes esforços de vincular Brasília à ideia de interiorização e integração nacionais, com analogias ao Bandeirantismo: "chega a ser monótona a repetição de alusões e analogias feitas entre o processo histórico das Bandeiras, segundo - sempre - o relato histórico oficial, e o período do governo JK marcadamente, claro, no que se refere a Brasília". O autor exemplifica com diversos trechos de discursos presidenciais à imprensa da época:

Perdoai-me a imodéstia, mas não há que ocultar a realidade: o papel que o meu governo está representando com o prosseguimento da viagem da nacionalidade até Brasília, o que se está realizando, o que tenho a honra de influir para que seja executado nessa hora, [...] é estender o Brasil, com o poder da técnica do mundo de hoje, até onde o conduziu o vosso Anhanguera. [...] ergo-me para anunciar convosco que recomeçou a Era das Bandeiras (DIÁRIO DE BRASÍLIA, 1956/1956, p.200, citado por RIBEIRO, 2008: 43)

Ocorre que tais imagens, por mais fortes que se tenham feito, não são garantidamente perenes. O caminhar histórico que, conforme referenciado na introdução, corresponde às "práticas sociais, políticas e culturais concretas, sobretudo dos diferentes grupos que conformam e vivem a cidade no seu dia a dia" (NUNES, 2005: 22), influencia tanto a manutenção e permanência, quanto a construção e fixação de novos imaginários.

Dessa forma, o movimento histórico tem o condão de impregnar a paisagem geográfica dos fragmentos materiais de sucessivos passados (SANTOS, 2012: 107),

muitas vezes construídos nos lugares pelo realce de "suas virtudes por meios dos seus símbolos, herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como um imã" (SANTOS, 2012: 269). Isso ocorre porque os *elementos* do *espaço* são exatamente os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas; todos intercambiáveis e redutíveis entre si; elementos (variáveis) dotados de historicidade; e que interagem de forma interdependente (SANTOS, 2008a: 5-9).

Eis porque, apesar da presença monumental que reflete os esforços estatais e das elites que constituíram e constituem a imagem do poder dominante de Brasília, a Capital brasileira também se faz, na prática, da imagem registrada e vivida pelos que a experimentam cotidianamente. Dos que alimentam "o desejo (e direito) de apropriação da cidade, tanto nos seus aspectos simbólicos quanto físico-espaciais" (NUNES, 2005: 22). Fato que se caracteriza como fonte inesgotável de disputas territoriais. O que nos leva a uma rápida discussão sobre a noção de território.

"Como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território." (CORRÊA, 2012: ?)

Na geografia, o desencadear do conceito de *território* é, não raras vezes, atribuído a Ratzel, que utilizou o termo em conjunto com a expressão *espaço vital* para traduzir a importância do espaço como base indispensável para a vida humana justificando, assim, a disputa pela apropriação espacial (território) entendida como necessidade mínima de uma sociedade segundo seu grau de desenvolvimento tecnológico (MORAES, 1990). A antropogeografia de Ratzel viria, assim, a dar suporte e legitimação às disputas territoriais marcantes no cenário geopolítico internacional até o período que englobou a segunda grande guerra mundial. Pouco depois, com o surgimento da geografia teórico-quantitativa na década de 1950, a ideia de *território* perderia a importância.

Entendido como um dos elementos constituintes do Estado soberano, amplamente utilizado no âmbito do direito e das ciências políticas; e quase sempre associado às noções de poder, autoridade, violência legítima e dominação, o conceito de *território* somente retomaria sua importância geográfica a partir da

década de 1970 nas reflexões da geografia crítica. Desde então, passou a ser visto pela ótica de diversas vertentes interpretativas.

De território como espaço concreto, apropriado (ocupado por um grupo social), conforme visto pela geografia política, até as variadas interpretações decorrentes da complexidade do meio e das sociedades atuais, consolidou-se um legado histórico-geográfico do qual emerge o entendimento de *territorialidades dinâmicas* que se configuram principalmente a partir da *diferença* tão característica nos contextos urbanos da atualidade.

Mas as diferenças geográficas são bem mais do que legados histórico-geográficos. Elas estão sendo perpetuamente produzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos político-econômicos e sociológicos que ocorrem no momento presente. (HARVEY, 2012: 111)

Tão veloz quanto vorazmente, a criatividade capitalista se manifesta configurando as diferenciações geográficas da produção e do (des)emprego por meio dos fluxos de capitais, da ação de especuladores do capital financeiro e imobiliário internacional, do turismo monumentalizado, dos estilos de vida diferenciados, das comunidades e 'culturas' de gêneros, das ondas de desindustrialização e realocação de atividades produtivas, das mudanças culturais estimuladas por sistemas transnacionais de comunicação, entre outras iniciativas.

A velocidade com que as estratégias do capital adotam as práticas espaciais (seletividade, fragmentação-remembramento, antecipação, marginalização espacial e reprodução da região produtora) representa um, mas não o único, dos motivos de existência das *territorialidades* dinâmicas que se formam e desfazem continuamente. Estas decorrem também das reações à desigualdade produzida pelo capital.

Essa dupla condição de existência das territorialidades pode ser explicada em Haesbert (2008:20-21), que entende que o território se desdobra continuamente entre as relações de dominação político-econômica e as relações de apropriação, sendo estas mais subjetivas, culturais e simbólicas, enquanto as primeiras são mais concretas e funcionais. Conseqüentemente, todo território é, simultaneamente e em diferentes combinações, funcional e simbólico.

Os meios prioritariamente utilizados para se apossar do espaço (dominação ou apropriação), ou, em outras palavras, os processos de territorialização, acabam por caracterizar tanto o 'território funcional' quanto o 'território simbólico'. A

velocidade e a frequência com que se constituem e desconstituem os territórios (sejam dominados ou apropriados) representam as territorialidades dinâmicas.

A visão das dinâmicas territoriais como resultados de contínuas disputas entre relações de dominação político-econômica e relações de apropriação, parece bastante adequada para interpretação da tensão que se vem desdobrando no Distrito Federal desde a construção de Brasília. A propósito desse tema, Nunes (2005: 23) trabalha com aspectos recentes decorrentes da *imagem* de Brasília como Patrimônio Cultural da Humanidade, marco internacional, e como Patrimônio Histórico, marco nacional. Imagens que têm gerado intenso debate local entre as elites cultural, política e econômica relativamente a questões que envolvem a necessidade de utilização da cidade em confronto com sua preservação.

A utilização da cidade, a rigor sua apropriação, traz à tona aspectos controvertidos que envolvem, entre outros quesitos, edificações comerciais sobre calçadas, impedindo o livre trânsito de pedestres; privatização ilegal das áreas verdes na orla norte e sul do Lago Paranoá, com cercas e até muros levantados pelos proprietários dos terrenos contíguos a essas áreas teoricamente públicas; avanços construídos em varandas e coberturas de edifícios residenciais e comerciais.

Apresentada a temática, Nunes (2005) desenvolve raciocínio em direção a "outros patrimônios que se encontram fora dos marcos consagrados." Patrimônios que, desde a concepção do projeto da Capital, "confrontam a lógica do 'ideário modernista' que Brasília expressa".

Patrimônios que não interessam às elites; que são construídos por 'pessoas comuns' cujas histórias e bens culturais não fazem parte da história, da historiografia e da cinematografia oficiais; que se dispersam sob a forma de "casas, igrejas, alojamentos operários, hotel, escola - e antigas áreas onde viveram, ou outros espaços de sociabilidade como bica d'água, campo de futebol, ruas mercado, entre outros".

Patrimônios cuja defesa é complexa e permeada por fortes tensões em decorrência da heterogeneidade dos grupos que o constroem; e cuja qualificação como patrimônio histórico e/ou cultural é difícil de se concretizar pois a institucionalização é normalmente feita a partir das elites, que insistem em considerar como patrimônio apenas a obra monumental restrita ao Plano Piloto de Brasília (NUNES, 2005: 24-28).

O autor propõe, então, a noção de *patrimônios subterrâneos*, assim entendidos aqueles que, embora efetivos, parecem sequer existirem. Patrimônios que, por estarem associados "à memória popular, os quais, devido à sua pouca visibilidade no universo da dominação econômica, social e político-cultural, podem ser denominados de *subterrâneos*"; e, ainda, porque tais patrimônios estão vinculados a memórias coletivas subterrâneas de grupos sociais específicos não compreendidos pela memória coletiva organizada que, a rigor, reflete a imagem das elites estatais, econômicas e culturais.

A ideia de *patrimônios subterrâneos* (NUNES, 2005) convida à reflexão e à identificação de novos exemplos empíricos. O que tentaremos exercitar em relação à Galeria dos Estados, nosso objeto de estudo. Remete-nos, ainda, à noção de territorialidade proposta por Gomes (2012), a seguir resumida.

Recusando-se a aceitar um sentido único para a noção de território, Gomes (2012) entende que *territorializar* são as ações de um agente titular em busca de presidir a lógica da distribuição de objetos sobre certa superfície e, ao mesmo tempo, "controlar as dinâmicas que afetam as práticas sociais que aí terão lugar" (GOMES, 2012: 12). Nesse contexto *território* seria parte de uma extensão espacial material, uma parcela de um terreno ou área, usada como expressão de poder, de controle sobre terceiros aos quais se impõem normas de acesso, circulação, usos, atitudes e comportamentos. E *territorialidade* é vista "como o conjunto de estratégias, de ações, utilizadas para estabelecer este poder, mantê-lo e reforçá-lo".

Ao apresentar sua visão, Gomes faz questão de esclarecer que não aceita "que a noção de território se confunda com qualquer dimensão emotiva ou de identidade, pois estas já seriam parte de uma estratégia de tomada de controle" (GOMES, 2012: 12). Diferentemente de Haesbert (2008), Gomes não associa a ideia de território à de apropriação, subjetivas, culturais e simbólicas. Para este, *território* traduz, ao mesmo tempo,

uma classificação que exclui e inclui; um exercício de gestão que é objeto de mecanismos de controle e de subversão; e uma qualificação do espaço que cria valores diferenciais, redefinindo uma morfologia de cunho socioespacial. Estes pares - exclusão/inclusão, submissão/subversão, e valorização/desvalorização - criam tensões e resultam em lutas territoriais que almejam modificar seus limites, sua dinâmica, suas regras ou seus valores. Por isso, chamamos esse fenômeno de geopolítica, ou seja, lutas que têm como objeto de disputa a busca pela afirmação de um poder que é também a luta por um território. (GOMES, 2012: 12-13)

Imaginários sociais, territorialidades e *patrimônios subterrâneos* em Brasília parecem trazer à tona disputas territoriais, mal disfarçadas pelas relações de poder entre os que são evidenciados num cotidiano (definindo e fazendo parte da cultura institucionalizada) e os que anonimamente constroem essa realidade diária, mas são ignorados na história, perdendo suas memórias em favor da hegemonia cultural das elites. Essa realidade é mais que presente em Brasília. Na Brasília modernista, mítica, tanto quanto na Brasília 'real', onde espaços públicos são ilegalmente apropriados para uso privativo ou dominados pela marginalidade que impõe o medo aos cidadãos que detém o direito (legal) de utilizar tais espaços.

3.4. O espaço público e as galerias de Brasília.

O conceito de *espaço público* que aqui se utiliza diz respeito aos *equipamentos públicos urbanos*, entendimento utilizado no direito urbanístico, na engenharia e arquitetura, conforme norma brasileira NBR 9284 (ABNT, 1986). São assim chamados os bens de utilidade pública necessários ao funcionamento da cidade, como praças, parques, ruas, estações ferroviárias e metroviárias, e pontos de ônibus, entre outros. Passarelas e galerias são, ambas, equipamentos públicos de segurança viária, tecnicamente identificadas como obras de arte destinadas à travessia segura de pedestres entre vias, sendo que as passarelas são passagens aéreas, enquanto que as galerias são passagens subterrâneas de pedestres.

Assim entendido, o *espaço público* traduz a preocupação da pesquisa inicial (ABDALLA-SANTOS, 2011) concebida no âmbito da administração pública em busca de soluções de gestão do patrimônio público em favor das necessidades e direitos de seus usuários. Dessa forma, *espaços públicos* urbanos aqui referidos são também elementos de relação do ser humano com seu cotidiano. E como tais, podem ser expressos geograficamente pela categoria *lugar*, uma vez que

os lugares, desse ponto de vista, podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo, lembra-nos Z. Mlinar (1990, p.57), para quem a lógica do desenvolvimento dos sistemas sociais se manifesta pela unidade das tendências opostas à individualidade e à globalidade (SANTOS, 2012: 314)

O lugar é onde tudo acontece. Mesmo sujeito à irrenunciável influência global, tudo ocorre no lugar. É onde se pode observar a acessibilidade, não só quanto à

instrumentalização de trânsito (sinalização, escadas, rampas, elevadores, calçadas) quanto às articulações e processos de apropriações espaciais por indivíduos e grupos que efetivamente 'consomem' o espaço público (SERPA, 2009).

As galerias de Brasília são efetivos exemplos desse 'consumo' de espaço público. Não nos referimos a galerias de arte, mas às galerias comerciais em edificações particulares e aos equipamentos urbanos de segurança viária, voltados para a passagem subterrânea de pedestres entre vias. A Galeria dos Estados é o maior, e possivelmente o mais conhecido, desses equipamentos urbanos. Tanto que é muito comum pessoas que tentam localizar endereços em galerias localizadas na área central de Brasília dirigirem-se à Galeria dos Estados quando na verdade queriam ir a outro lugar (Galeria Nova Ouvidor, Galeria do Hotel Nacional, Galeria Amazonas, Galeria do Cine-Centro São Francisco, Galeria do Trabalhador, Galeria do Cidadão, etc.).

Como já dito no Capítulo 2, a Galeria dos Estados é uma PSP, passagem subterrânea de pedestres que interliga o Setor Comercial Sul (SCS) com o Setor Bancário Sul (SBS), dando acesso ainda a diversos setores importantes na trama urbana central de Brasília. Outras galerias que merecem destaque são as demais PSP, dezesseis ao todo, sob os eixos rodoviários (eixão e eixinhos L e W). Todas completamente abandonadas, sujas, representando, ao contrário do que deveriam ser, um risco aos cidadãos que a utilizam.

Desde 2001, com a ativação gradual das estações metroviárias da Asa Sul, tem-se ainda as galerias que igualmente se localizam sob os eixos rodoviários sul, permitindo o trânsito de pedestres para entrada e saída das estações 102, 108, 112 e 114 Sul, além das estações 104, 106 e 110 em construção, que totalizam outras sete galerias. Tais equipamentos são mais conhecidos como 'galerias das estações'. Qual o nível de complexidade desses objetos técnicos? Como é feita a gestão dessas galerias? Qual a função e quais as condições de conservação deles?

Segundo a caracterização de Santos (2012: 144)³⁹, existe uma relação entre objetos e necessidades, uma "dialética de pedidos e respostas" capaz de tornar os objetos técnicos cada vez mais eficazes. A complexidade das necessidades permite transformar o desenho e a construção de um objeto em verdadeiro preparo de uma disponibilidade, um produto que ficará à disposição, podendo "ficar em repouso dias, semanas, meses ou anos, até que a energia social venha incluí-lo no movimento da vida."

³⁹ Raciocínio desenvolvido a partir dos entendimentos de Moles (1971: 86) e Simondon (1958, 1959:247).

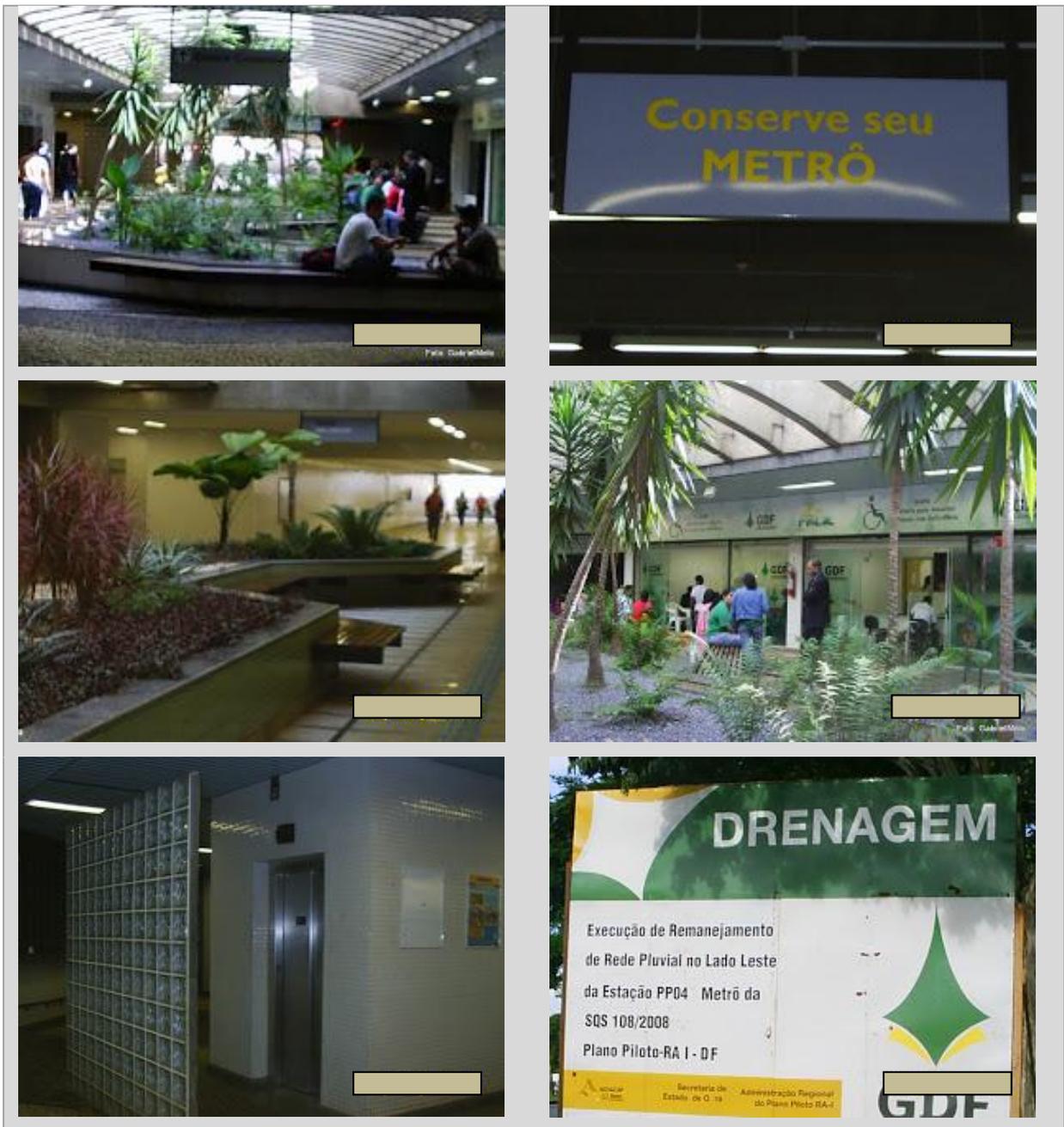


Figura 18 - Fotos de estações metroviárias situadas ao longo dos eixos rodoviários sul: limpeza, segurança, soluções de acessibilidade, comunicação visual, sistema de drenagem de águas pluviais.

Quanto às necessidades evidenciadas, às suas funções e às próprias estruturas, as galerias públicas de Brasília são objetos técnicos de variada complexidade funcional e estrutural e têm gestão igualmente diversificada. A maior de todas elas, a Galeria dos Estados, de tão abandonada, sequer parece que tem a localização e o nível de utilização que efetivamente apresenta. As demais PSP apenas são lembradas quando ocorre algum fato que as destaque na mídia: é quando os agentes políticos aparecem com variadas e, não raras, absurdas soluções.

As estações do metrô localizadas ao longo dos eixos rodoviários sul são seis. Todas possuem galerias de acesso às quadras residenciais e comerciais situadas tanto no Eixo L quanto no Eixo W. Significa dizer que as estações metroviárias possuem suas próprias passagens subterrâneas de pedestres. Passagens bem conservadas, limpas e policiadas, inseridas no patrimônio do Metrô-DF, empresa pública responsável pela operação e manutenção de todo o sistema metroviário do Distrito Federal.

Quanto às demais PSP, são constantemente objeto de notícias na mídia impressa, falada, televisionada e na Internet. Promessas costumeiras nunca são cumpridas, atitudes são eventualmente adotadas por poucos dias, até que os fatos noticiados caiam no esquecimento geral. O estado de coisa, então, se restabelece, até se transformar novamente em uma catástrofe que o reinsira na agenda pública emergencial.

VEÍCULO / DATA	MANCHETES / DESTAQUES
Jornal de Brasília - Caderno Cidades: 18/02/2014	Eixão: População exposta ao risco todos os dias. Mulher de 65 anos é a primeira vítima de acidente fatal na rodovia neste ano. Em 2013, foram 13 mortes.
Agência Brasília 20/01/2012	Passagens do Eixão revitalizadas. Limpeza diária e presença de policiais nas passagens subterrâneas do Eixo Rodoviário Norte-Sul completam cinco dias e agradam pedestres. Melhorias também preveem nova iluminação
G1DF e DFTV 11/01/2012	Passarelas do Eixão recebem nova iluminação ainda neste mês, diz GDF. GDF vai lançar campanha para estimular uso de passagens subterrâneas. Administração está realizando mutirão de limpeza nos 19 pontos de travessia.
Correio Braziliense 09/01/2012	Governador em exercício fala sobre medidas de segurança para EPTG e Eixão. O governador em exercício do Distrito Federal, Tadeu Filipelli, falou na manhã de ontem (8/01) sobre medidas de segurança para as duas vias que estão preocupando os moradores do Distrito Federal, em razão da segurança falha e elevado número de acidentes. Filipelli comentou sobre a DF-002, mais conhecida como Eixão, e sobre a Estrada Parque Taguatinga (EPTG), durante a primeira cerimônia de troca da bandeira de 2012, realizada na Praça dos Três Poderes.
G1DF e BOM DIA DF 04/01/2012	Concurso vai revitalizar as passagens subterrâneas no DF. Sujeira e insegurança são os principais problemas das 19 passarelas. Administração de Brasília está realizando mutirão de limpeza e iluminação.
Correio Braziliense Caderno Cidades 27/12/2011	Quantidade de acidentes no Eixão nos últimos meses força novas medidas De acordo com especialistas ouvidos pelo Correio, o aumento no número de acidentes e agentes, a instalação de câmeras e a revitalização das passagens subterrâneas são medidas muito positivas para o incremento da segurança na via.
Correio Braziliense Caderno Cidades 27/12/2011	Número de mortes no Eixão nos últimos 10 anos: 2002=14; 2003=13; 2004=9; 2005=12; 2006=14; 2007=14; 2008=7; 2009=5; 2010=9; 2011=8
SAEP/DF 26/02/2009	PATRIMÔNIO Vandalismo e mau cheiro nas passarelas do Eixão Construídas para evitar os riscos da travessia do Eixão, passarelas são usadas como banheiros, sofrem com a depredação da iluminação e dos azulejos e são pontos de assaltos. Burocracia atrasa recuperação

Figura 19 - Exemplo de notícias que envolvem consequências dos problemas nas PSP sob os eixos rodoviários de Brasília (Eixão e Eixinhos). FONTE: compilação e elaboração da autora a partir de dados coletados na Internet.

CAPÍTULO 4. Governança na Gestão, Territorialidades e Cidadania na Galeria dos Estados.

Espaço e lugar são termos familiares que indicam experiências comuns. Vivemos no espaço. Não há lugar para outro edifício no lote. As Grandes Planícies dão a sensação de espaciosidade. O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou a pátria. Os geógrafos estudam os lugares. TUAN⁴⁰

Neste capítulo aproximamos a lente do nosso objeto de estudo procurando trazer à tona reflexões mais específicas. O tópico 4.1. Galeria dos Estados: espaços do capital e espaço vivido discorre panoramicamente sobre o *lugar* eleito, em termos de *forma, função, estrutura e processo*. Na sequência são discutidos, com base nos dados coletados e no referencial teórico apresentado, aspectos relacionados à governança na gestão daquele equipamento público (4.2); às territorialidades identificadas (4.3.) e à cidadania praticada, respeitada, ou não (4.4), na Galeria dos Estados.

4.1. Galeria dos Estados: espaços do capital e espaço vivido

Neste item são descritas características mais detalhadas do objeto de estudo. A questão que se coloca é: o que é a Galeria dos Estados? A resposta é apresentada não só em termos de localização, como já foi trazida na Parte 1 deste trabalho, mas também em termos de *forma, função, estrutura e processo*, conceitos de Santos (2008a). Busca-se, assim, permitir maior apreensão do objeto estudado, ao evidenciar as dimensões de análise presentes no *lugar*.

O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos *processos* (tempo e mudança) e especifica as noções de *forma, função e estrutura*, elementos

⁴⁰ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. - Tradução de Livia de Oliveira. - São Paulo: DIFEL, 1983.

fundamentais para nossa compreensão da produção de espaço.
(SANTOS, 2008a: 49)

Em relação à caracterização e classificação de objetos geográficos propostas e consolidadas por Santos (2012: 612-87), pode-se afirmar que a Galeria dos Estados é um objeto de alta complexidade, seja funcional ou estrutural, haja vista a pluralidade de usos a que se presta e à variedade de seus componentes. O autor destaca que, segundo Moles (1971), para identificar a complexidade funcional de um objeto, é preciso observar: seu conjunto de funções, o que podemos fazer com ele, e de que forma podemos usá-lo. Já a sua complexidade estrutural está relacionada a seus componentes, seus elementos constitutivos, suas informações.

Sob a *forma* de um equipamento público urbano de segurança viária, a principal *função* da Galeria dos Estados é certamente a de caminho. Como tal, ela até poderia recair no conceito de 'não lugares' previsto na antropologia da supermodernidade de Augé (1994: 36-9)⁴¹. Entretanto, o nível de complexidade da Galeria dos Estados é tamanho que mesmo essa única *função* pode ser subdividida em diversas outras levando-se em conta a pluralidade de interligações (origem/destino) que ela proporciona por meio de uma grande variedade de componentes de acesso ou de informações disponibilizáveis.

De fato, a depender da origem, do destino e do componente estrutural utilizado para entrar ou sair dela, a Galeria dos Estados pode desempenhar o papel de caminho entre a residência e o trabalho ou a escola; ou a uma série de lugares que prestam serviços públicos ou de interesse público, como hospitais (de Base e o Sarah Kubitschek), bancos públicos e comerciais, autarquias públicas, Esplanada dos Ministérios, Biblioteca Nacional, Museu Cultural da República, e Catedral de Brasília. Mas a Galeria tem também muitas outras *funções* no cotidiano de seus usuários.

Ao longo da semana, além de caminho e a depender do horário, a Galeria dos Estados é *lugar* do comer, intensamente utilizada em suas diversas opções para café da manhã, almoço, lanche; do confraternizar, nas comemorações frequentes que se evidenciam, independente de horário, no barzinho ou nas lanchonetes; do embelezar: engraxar os sapatos, cortar/colorir/arrumar os cabelos, 'fazer' as unhas

⁴¹ AUGÉ, Marc. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994 (Coleção Travessia do Século). Para o autor, não-lugares são instalações necessárias à circulação das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos).

ou a maquiagem em um dos cinco salões de beleza do lugar. É o *lugar* do consumo, no comércio regularmente estabelecido ou nas bancas de vendedores ambulantes (roupas, sapatos, joias, bijouterias, papelerias, livros, serviços de internet e escritórios virtuais); da 'sorte', arriscada formal (na loteria) ou informalmente com os muitos 'apontadores' de jogo do bicho (o lugar da contravenção).

Ao longo de todo o dia, a Galeria dos Estados é também o *lugar* do encontro, seja de estudantes, empresários, empregados, moradores de rua, turistas ou residentes na Capital; é, o *lugar* do estar ('fazendo hora' enquanto se espera passar o intervalo laboral do almoço); *lugar* do abrigo, quando chove ou faz sol em demasia; da cultura e do lazer, do tempo passado nas livrarias e bancas de revistas ou 'dando uma paradinha' para observar o trabalho dos artistas de rua, cuja diversidade permite que o cidadão aprecie diariamente variado repertório de clássicos, *rock*, música popular brasileira, ou sons de raízes nordestinos (coco, xaxado, forró), interpretados em voz e instrumentos ou simplesmente sob o som de sax, violino, contrabaixo, violão ou da guitarra com acompanhamento de teclado, além das menos comuns, mas não raras, performances teatrais de cunho político, cívico, dramático ou cômico.

A Galeria é o *lugar* onde o extremo da insegurança e do abandono convive com o cuidado presente nas frequentes 'batidas' de cães policiais farejadores de drogas, que circulam entre transeuntes e entram nas lojas, desempenhando sua tarefa exemplar; ou, ainda, as igualmente comuns campanhas públicas de conscientização para doação de sangue ou de leite materno.

Ao cair da noite, qualquer que seja ela (de dias úteis ou não, primavera a inverno), a configuração espacial se reorganiza e é possível perceber discretas alterações na paisagem do lugar, conforme o ângulo a que se dirija o olhar. E quem disse que não é possível a coexistência de funções? No trecho conhecido como a 'floresta da Galeria' formam-se pequenos focos de prostituição e de 'boca de fumo' que coexistem na mesma área em que outras tantas atividades se desdobram ao longo do dia. São, assim, novos espaços que se configuram, fazendo dali também o *lugar* da contravenção e do crime.

Ainda como evidência de sua complexidade funcional, nos finais de semana a Galeria dos Estados volta a ser *lugar* do encontro, mas de um encontro diferente daqueles que ocorrem nos dias úteis. O encontro dos finais de semanas e feriados

acontecem sem pressa, permeados por muita descontração que se evidencia nas roupas, na postura 'descansada', e no percurso dos grupos, de cujo destino principal já não fazem parte os setores bancário e comercial.

O logradouro torna-se, então, caminho de acesso à feirinha de artesanato da Torre de TV, ao Parque da Cidade, ao Eixão do Lazer⁴², à Catedral, aos eventos cívicos, políticos e culturais na Esplanada dos Ministérios; à pista de *skate* que toma toda a 'praça da Galeria' em frente ao SBS, bem como a 'ponta do picolé', extremidade mais alta da estrutura da Galeria dos Estados no acesso ao SCS. Parece muito? Não é. Nada é pouco, nem comum na Galeria.

Ainda nos dias não úteis, o lugar é parte dos percursos de *parkour*⁴³ em Brasília, além de ser *lugar* de empoderamento de grandes segmentos alternativos. É o caso, por exemplo, quando o Espaço Floresta, restaurante que se transforma em centro de eventos a cada fim de semana, sedia entre outros grandes encontros, a festa *Capital Pride*, preparatória para a Parada Gay de Brasília; e o grandioso e internacional Makossa Baile *Black*, com doze anos de existência, que comemora a Semana da Consciência Negra e encerra o Circuito Makossa de Dança de Rua, com disputas individuais entre os ganhadores das diversas etapas do ano anterior e a escolha pelo público do Rei ou da Rainha Makossa para o ano corrente.

Uma *função* adicional merece registro. Nas grandes festas comemorativas da cidade, é a Galeria dos Estados, em conjunto com a Estação Central (na Rodoviária), que fornece o grande suporte de transporte de massa para concentração e distribuição de pessoas para Parque da Cidade, Esplanada dos Ministérios, Torre de TV, Eixão do Lazer, etc. Nesses dias o Metrô costuma disciplinar o fluxo de pessoas fazendo com que a estação Galeria apenas desembarque passageiros, enquanto a estação Central apenas os embarque.

Grandes passeatas políticas, carnaval, eleições, dia da criança, 7 de setembro e Natal podem ser alguns exemplos. Mas os destaques ficam por conta do Dia do Trabalhador, do Réveillon e do Aniversário de Brasília, quando o sistema metroviário já chegou a transportar até 600 mil pessoas em um único dia (STDF, 2008).

⁴² Aos domingos e feriados o Eixão é fechado para tráfego de veículos automotores, sendo disponibilizado exclusivamente para o lazer da população (caminhadas, corridas, ciclismo, prática de atividades físicas). O Eixão do Lazer ocorre nas sete pistas que se desdobram ao longo de 14 km de comprimento entre as extremidades norte e sul do Plano Piloto de Brasília.

⁴³ *Parkour* - Atividade, ou esporte, que consiste em se deslocar de um ponto a outro da maneira mais rápida e eficiente possível, contornando, saltando, escalando etc. [Em português, 'arte do deslocamento'. Abrevia-se tb. PK.]. Fonte: iDicionário Aulete

Em termos de complexidade estrutural - que, a rigor, representa sua própria informação, pois é a forma como o objeto serve a seus usuários (pessoas, empresas e instituições) e se comunica com suas partes ou com outros objetos (SANTOS, 2012) -, a Galeria dos Estados é também objeto técnico de alta complexidade.

O equipamento público é composto (estruturado) por: dois pontos de ônibus de intensa utilização ao longo de toda a semana, situados paralelamente, apoiando circulação em sentidos opostos (no Eixo L o trânsito tem sentido sul-norte, enquanto no Eixo W o sentido é norte-sul); escadarias diversas que proporcionam acessos a variados pontos da região Central e da Asa Sul, como ao Setor Médico-Hospitalar Sul (Hospital de Base e Sarah Kubitschek), aos setores Bancário, de Diversões, de Autarquias, Comercial Sul, além dos já citados pontos de ônibus que viabilizam o transporte ao eixo norte-sul-norte.

Dois grandes vãos intermediários, sob o viaduto do 'Eixão' e cerca de setenta pequenos boxes sediam o comércio formal que, em regra, funciona de segunda a sexta-feira. Complementando os principais itens estruturais, há os estacionamentos na interligação dos acessos ao SCS e SBS; dois jardins centrais, conhecidos como 'Floresta da Galeria' situados entre os eixos rodoviários L-Eixão-W⁴⁴; elevador para pessoas com necessidades especiais (só no acesso ao SCS); rampas para acesso aos estacionamentos sob o Eixão; além da segunda maior estação metroviária do Metrô-DF, a Estação Galeria, ela própria detentora de acentuada complexidade funcional e estrutural.

A evidente complexidade funcional e estrutural do logradouro não lhe garante a grandiosidade projetada por Lucio Costa, que a viu como parte de um complexo urbano comparável a grandes referências internacionais, como se verá na sequência. Entretanto, essa mesma complexidade faz da Galeria dos Estados espaço público indispensável para os que a conhecem e utilizam cotidianamente.

Curiosamente, no entanto, a Galeria se aproxima de Brasília no que diz respeito à imagem controvertida que detém o logradouro. Na melhor versão "ame-a ou deixe-a", há quem considere o *lugar* como "um antro", "uma trincheira", "um pardieiro", "prostíbulo a céu aberto", "uma cracolândia"; há mesmo pessoas que

⁴⁴ Embora hoje muita gente ache que a 'Floresta da Galeria' tem esse nome por causa do restaurante instalado no local, os depoimentos colhidos nesta pesquisa indicam que o apelido 'floresta da Galeria' dado a seu jardim central remonta à época da criação da Galeria dos Estados, tendo posteriormente inspirado também o nome do Restaurante Floresta, há mais trinta anos no lugar.

moram na Capital há décadas, sem sequer saberem da existência da Galeria dos Estados.

Por outro lado, a Galeria dos Estados faz parte do cotidiano de dezenas de milhares de pessoas, cuja grande maioria, ainda que reconheça as muitas limitações estruturais daquele equipamento urbano, não abre mão das funcionalidades que ele oferece e, mais ainda, dispõe-se a 'brigar' em defesa de sua existência, melhorada ou não, tamanha a ligação que estabelecem com o lugar. Como se verá adiante, essa foi a surpreendente conclusão decorrente da aplicação dos questionários de APO. Algo que certamente impede a qualificação da Galeria como "não lugar" no sentido de Augé.

A partir da descrição e explicação de suas múltiplas funções (complexidade funcional) e de seus diversos componentes e informações (complexidade estrutural) emerge a constatação de que a Galeria dos Estados pode ser entendida como um espaço do capital, ou, nas palavras de Santos (2012: 244), como um "espaço nacional da economia internacional". Afinal, a Galeria é caminho trabalho-casa-comer-lazer para milhares de usuários que trabalham ou se utilizam do poderoso e multimilionário centro bancário, financeiro, comercial e autárquico da Capital federal brasileira.

Nesse cenário, *forma, função e estruturas* de alta complexidade permitem integradamente que a Galeria dos Estados favoreça o desencadear de variados *processos* igualmente complexos, a maioria dos quais associados às relações simbióticas que se desdobram a partir de negócios que "governam mais que os governos" e de Estados que "aparecem como servos das corporações multinacionais" (SANTOS, 2012: 244, citando E.Lazlo, 1992 e R.Petrella, 1989).

Ainda a partir da mesma descrição e explicação, é possível perceber a dimensão de espaço vivido presente na Galeria. Lugar do cotidiano que se configura como parte das práticas políticas e culturais de muitos indivíduos que, integrados ou segregados, constituem seus territórios muitas vezes dinamicamente. Este é o caso dos moradores de rua, dos usuários de droga, e da prostituição homo e hetero sexual, que, à tardinha, à noite e ao amanhecer assumem o domínio dos mesmos lugares que, ao longo do dia, parece não comportá-los.

Assim, espaços marginais se constroem por meio de relações marginais entre um mesmo lugar (espaço diurno) e parcelas da sociedade (dele excluída ao

longo do dia). Essa apropriação espacial que se estende do início da noite até o amanhecer, altera a paisagem da Galeria dos Estados não só ao longo da noite, mas também durante o dia, pelos vestígios que deixa no *lugar* cuja *função* é radicalmente alterada numa contínua sucessão de eventos. Estes, a rigor, são repetidos *processos* dia/noite que subordinam o objeto, alterando sua *forma* segundo a *função* que lhe é imposta. Nesse contexto, fica evidente que a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente (SANTOS, 2008a: 50), bem como a noção de forma-conteúdo a que se refere Santos (2012: 66):

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Tais objetos "não têm por si mesmos uma história, nem uma geografia". Se tomados isoladamente em sua realidade corpórea, são, na realidade, "portadores de diversas histórias individuais", entre as quais a própria história de sua produção intelectual, que resulta da "imaginação científica do laboratório ou da imaginação intuitiva da experiência" (SANTOS, 2012: 66).

Entretanto, como esse espaço multifacetado, multiapropriado, multiterritorializado, é o mesmo *lugar* do cotidiano de cada um dos usuários da Galeria dos Estados. Um *lugar* que é espaço de coexistência e de relações compartilhadas pela singularidade humana; que se manifesta e se constrói na história e nas relações sociais ao mesmo tempo em que ajuda a construir a própria história do lugar, das individualidades e dos grupos sociais que têm ali seu espaço vivido (espaço externo, interno e mental).

Nesse sentido, a Galeria dos Estados é, para seus usuários, um *lugar* no sentido de Tuan (1983), ou seja, um *espaço* que se torna *lugar* a partir de um cotidiano que permite construir uma relação de conhecimento e de construção de valor. "Lugar é uma pausa no movimento" e "se pensarmos o espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar" (TUAN, 1983, p.6).

Para as senhoras e jovens que trocam rapidamente a 'rasteirinha' pelos *scarpin* de saltos altos ao desembarcarem do ônibus ou do metrô, transformando a figura descontraída em profissional executiva, a Galeria é um *lugar*, uma pausa no

movimento. Para todos aqueles cujo dia-a-dia se encaixa nas funções descritas nos parágrafos anteriores, a Galeria tanto pode ser uma pausa no movimento, quanto parecer um movimento sem pausa.

Isso porque a relação dialética construída entre um lugar com alta complexidade funcional e estrutural, como a Galeria dos Estados, e seus usuários pode até partir da análise da paisagem, mas suas especificidades em termos de visibilidade e de ambiguidades faz com que sua definição ultrapasse o campo visual e passe a ser interpretada pela mente, tornando-se aspecto de nosso espaço vivido (GUIMARÃES, 2007: 20-22).

À margem de suas fragilidades e carências, e da diversidade de perfis de seus usuários, a Galeria dos Estados pode, ainda, ser o lugar da proteção de que trata Bachelard (1957), para quem a noção de “casa” tem a ver com qualquer “espaço realmente habitado”, pois esse, invariavelmente, “traz a essência da noção de casa” (BACHELARD, 2000: 25).

4.2. Gestão e Governança na Galeria dos Estados

*"O tal Burgomestre novo não me cheira.
A nomeação fê-lo soberbo co'o povo: vara na mão do vilão.
Que bem tem feito à cidade?
O que eu vejo cada dia
é crescerem sem piedade vexames e tirania."
(GOETHE, 2003, 77)*



Figura 20 - Relógio e letreiro luminoso da Galeria dos Estados, vandalizado e parado há décadas: história não registrada; memória recuperável? Fotos: Gabriel Melo

4.2.1. Governança na gestão urbana

O entendimento aqui adotado para governança é importado dos estudos de administração pública e consiste na gestão urbana participativa que leve em consideração as diversas partes interessadas em determinado logradouro público, podendo envolver administradores públicos, agentes políticos, transeuntes eventuais, usuários rotineiros, organizações públicas e privadas, associações diversas. Neste caso, a gestão participativa pode ter iniciativa estatal ou não. Trata-se de entendimento que tem previsão constitucional e infraconstitucional, requerendo, entretanto que iniciativas sejam tomadas tanto de parte da população quanto do poder público.

Nos trabalhos da geografia, assim como em discussões da arquitetura e do urbanismo, utiliza-se com frequência a expressão *governança urbana*. Às vezes

grafada no plural, *governanças urbanas*, ou como sinônimo de *governança metropolitana*, a noção nem sempre tem seu sentido explicitado.

A naturalidade com que se faz uso da expressão chega a transmitir a falsa ideia de que se trata de entendimento consolidado, pacificado, que é de domínio público. Na revisão de literatura inicialmente feita para elaboração desta pesquisa observou-se que expressivo número de autores, embora não declare abertamente, deixa subentender que o uso do termo faz referência às iniciativas de governos locais, que podem, ou não, incluir a participação de outros atores sociais. Trata-se de visão restritiva que entende a governança urbana apenas como conjunto de formulações, planos e estratégias de intervenção de iniciativa estatal.

Desejo insistir aqui que “governança” urbana significa muito mais do que “governo” urbano. É desastroso que grande parte da literatura (na Grã-Bretanha, especialmente), se concentre tanto na questão do “governo” urbano, quando o poder real de reorganização da vida urbana muitas vezes está em outra parte, ou pelo menos, numa coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador e coordenador (HARVEY, 2005: 171).

O trecho transcrito evidencia que o uso indiscriminado, e indeterminado, do termo não se restringe ao cenário brasileiro. Quando Harvey (2005: 171) descreveu o que chamou de sintomática “reorientação das posturas das governanças urbanas adotadas nas últimas duas décadas nos países capitalistas avançados”, o autor reforçou que o poder de mobilizar o espaço decorre da articulação de um conjunto complexo de forças por parte de diversos agentes, e deixou clara sua insatisfação quanto ao uso descuidado do termo *governança urbana* no âmbito da geografia.

A noção de *governança urbana* pode ser, muitas vezes, próxima, mas nem sempre é intercambiável com a de *governança pública*; esta, por sua vez, alcança melhor entendimento a partir da ideia de *governança corporativa*, embora ambas tenham diferentes objetos, objetivos e partes interessadas.

Governança corporativa pode ser entendida como um sistema de decisões e práticas voltadas para a determinação e o controle do desempenho e da direção estratégica das corporações; estabelecendo, entre gestores, proprietários e demais partes interessadas (*stakeholders*), relações voltadas para a melhoria da gestão

organizacional e para o aumento de sua riqueza (SLOMSKI, 2008: 129)⁴⁵. Sempre em busca da chamada *boa governança*. Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBCG, 2007), as linhas mestras da *boa governança* são: transparência, prestação de contas e equidade.

Integrante do discurso neoliberal, a expressão *governança pública* toma por empréstimo as razões de ser da *governança* corporativa, com vistas a fortalecer os argumentos apresentados à população em contrapartida ao forte processo de privatização associado ao modelo de Estado mínimo. A analogia é facilmente construída. Se nas sociedades democráticas o poder pertence ao povo é possível considerar uma relação Agente-Principal na qual o Agente é o político eleito para agir em nome do povo (Principal) que lhe delegou responsabilidade e poder transitórios por meio do voto⁴⁶.

Nesse cenário, *governança pública* pode, então, ser entendida como uma estratégia de gestão pública participativa voltada a diminuir os riscos de que o Agente Público atue priorizando seus próprios interesses em detrimento das necessidades da coletividade (Principal). A noção de *governança pública* está associada à ideia de aquisição e distribuição de poder junto à coletividade (*empowerment*); à eficiência e efetividade da função de governo no que diz respeito à produção e distribuição de bens e serviços (governabilidade); à garantia de direitos individuais e coletivos; à responsabilização e ao dever de prestar contas

⁴⁵ Trata-se de estratégia de gestão participativa aplicável a organizações de certo porte, na maioria das vezes constituídas juridicamente sob a forma de sociedades anônimas (SA). Decorre da necessidade de controlar custos e riscos do chamado *conflito de agência*, conceito estudado na Teoria do Agente (ou da Agência) e na Teoria da Firma, amplamente utilizadas em ciências sociais aplicadas, especialmente em Economia, Administração, Engenharia de Produção, e Contabilidade Societária.

Ambas as teorias prestam-se a análises de organizações nas quais uma das partes (chamada de Principal) contrata outra parte (o Agente) para realizar funções ou tarefas que requerem a delegação de autoridade do Principal para o Agente. Trata-se do caso típico de administradores de uma empresa (Agente) e seus acionistas (Principal); ou da relação entre advogado (Agente) e cliente (Principal). Segundo Posner (2000), a essência de uma relação Principal-Agente está no fato de que um indivíduo é beneficiado (o Principal) quando o outro (o Agente) se empenha na realização da atribuição recebida.

Ocorre que o risco de conflito de interesses entre o Agente e o Principal é inerente desse tipo de relação, pois podem ocorrer situações em que o Agente decida agir em seu próprio interesse tomando decisões que não sejam as melhores para o Principal. Nesses casos, podem ocorrer o denominado "risco moral" (quando o Principal não consegue acompanhar as ações do Agente) ou a "seleção adversa" (quando existe uma assimetria de informações entre as partes, de tal forma que o Agente detém muito mais informações sobre a natureza do negócio do que o Principal, não sendo possível que este entenda ou analise as decisões tomadas por aquele). (ALMEIDA et al, 2006; BORGES e SERRÃO, 2005)

Da Teoria do Agente e das duas situações de *conflito de agência* brevemente apresentadas acima (*risco moral* e *seleção adversa*) desdobram-se diversos planos, modelos, procedimentos e mesmo teorias voltados a minimizar os chamados *riscos de agência*. Tais riscos também influenciam as análises desenvolvidas no âmbito da Teoria da Firma, da Teoria do Contrato e da Teoria dos Custos de Transação.

⁴⁶ A noção de *governança na gestão pública* surgiu com o paradigma do Estado Empreendedor entre o final da década de 1970 e início dos anos 1980 na Inglaterra, tendo Margaret Thatcher como Primeira Ministra, e nos Estados Unidos da América, na gestão Ronald Reagan, sendo seguidos. A crise fiscal, política e de gestão que deu fim ao *Welfare State* nas duas potências não tardou a se constituir em recetário econômico internacional que distribuiu o neoliberalismo pelo mundo ocidental ao longo das décadas de 80 e 90 do século XX.

(*accountability*); à legalidade e legitimidade das relações governo-sociedade; e aos arranjos institucionais capazes de viabilizar as decisões governamentais (ABRÚCIO, 2005), (BRESSER-PEREIRA, 2007), (MATIAS-PEREIRA, 2007), (NASCIMENTO et al, 2012), e (RUA, 1997).

A semelhança não se restringe a conceitos. Na origem, ela favorecia os esforços geopolíticos de expansão da cartilha neoliberal pelo mundo ocidental negociando o não intervencionismo estatal pelo discurso da autonomia, da liberdade individual, do livre-comércio, do livre-mercado e das virtudes da privatização (HARVEY, 2011: 16). Estratégia que viria a se chocar frontalmente com um dos princípios básicos surgidos em meio a crise da década de 1980 segundo o qual o Estado deve estender seu manto protetor sobre as instituições financeiras. Mas o capitalismo tem a virtude de se reinventar diante de cada crise e, no entendimento de Harvey (2011: 18), "as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo".

Pouco depois, em 1992, o Banco Mundial lançou o documento *Governance and Development* que parece ter se tornado, em parte, responsável pela popularização do termo *governança* em todo o mundo capitalista ocidental. Desde então o conceito sofreu incontáveis variações e foi incorporado a discursos de diversas áreas do saber. Naquele documento, a noção de *governança* estava relacionada ao "exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo" e à "capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções" (WORLD BANK, 1992).

As definições apresentadas pelo *World Bank* deixavam clara a ideia de superioridade estatal. Sua declarada intenção de favorecer o desenvolvimento sustentável parecia mais inclinada a promover crescimento econômico sustentável. Apesar disso, o termo *governança* já estava associado à noção de *accountability*, à eficiência na gestão de recursos e na entrega de serviços públicos. Foi nesse sentido que o conceito evoluiu, adaptando-se numa espécie de modismo, mas sempre envolvendo aspectos relacionados à maneira de se tomar decisões articuladas, passíveis de controle, e em cooperação com terceiros interessados.

Para avaliar as condições de governança na gestão da Galeria dos Estados, tentou-se identificar as condições de gestão do logradouro, identificando-se duas dimensões principais: a gestão da história e da memória do lugar; e a gestão do patrimônio material.

Como parte das investigações de gestão e governança foram, inicialmente, buscadas informações relativas à origem da Galeria dos Estados, como forma de entender a importância dada à gestão da história daquele patrimônio público.

4.2.2. Gestão da memória e da história do lugar

Quanto à origem da Galeria dos Estados, obtivemos apenas informações divergentes entre si, nenhuma das quais foi possível confirmar, sendo que parte delas apoiou-se em relatos pessoais de antigos usuários do lugar. No ArPDF conseguimos cópia digitalizada do Relatório do Plano Piloto de Brasília (RPPB), proposta de Lucio Costa vencedora do concurso que desencadearia o projeto da nova capital brasileira. O documento não faz referência explícita à Galeria dos Estados, assim como não a faz aos demais equipamentos e monumentos urbanos que viriam a ser projetados e construídos posteriormente, e que deveriam seguir a concepção de Lucio Costa para Brasília.

Entretanto, fica claro que a *função* destinada à Galeria dos Estados, como elemento fundamental às "tramas autônomas para o trânsito local de pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão" (COSTA, 1957: 4), foi devidamente prevista no RPPB, evidenciando-se na descrição dos setores comercial, bancário e de diversões. Mais do que isso, fica evidente que a função projetada é monumentalmente superior à realidade vivenciada nos anos que se seguiram:

10 - Nesta plataforma onde, como se viu anteriormente, o tráfego é apenas local, situou-se então o centro de diversões da cidade (mistura em termos adequados de *Piccadilly Circus*⁴⁷, *Times Square*⁴⁸ e *Champs Elisées*⁴⁹) [...] Nestas praças, o piso das pistas de rolamento, sempre de sentido único, foi ligeiramente sobrelevado em larga extensão, para o livre cruzamento de pedestres num e noutro sentido, o que permitirá acesso franco e direito, tanto aos

⁴⁷ Famosa praça de Londres, rodeada de diversas atrações turísticas, bares, teatros e comércio intenso, sendo uma das zonas mais movimentadas da capital britânica. Durante os anos de 1960 era um dos centros da Londres moderna e hoje é uma das imagens mais retratadas em filmes sobre aquela cidade, em decorrência da chamativa esquina com outdoors luminosos da TDK, Sanyo, Mc Donalds, Coca Cola, Samsung, entre outros.

⁴⁸ Considerado o cruzamento mais reconhecido e movimentado no mundo, a *Times Square* é um trecho de diversas quadras ricamente iluminadas e movimentadas na área central de *Manhattan, New York*, onde se cruzam a *Broadway* e a *Sétima Avenida*. Reiteradamente reproduzido em filmes e reportagens, a *Times Square* é internacionalmente associada ao escritório central do *New York Times*, às celebrações de Ano Novo e à *NASDAQ* (National Association of Securities Dealers Automated Quotations), uma das principais bolsas de valores mundiais, que reúne empresas de alta tecnologia.

⁴⁹ A mais bela avenida do mundo segundo os franceses, a *Champs Elisées* é um dos principais destinos turísticos de Paris e estende-se da Praça da Concórdia até o Arco do Triunfo, sediando cinemas, cafés, restaurantes e luxuosas boutiques.

setores do varejo comercial quanto ao setor dos bancos e escritórios. (COSTA, 1957: 4-8)

O trecho destacado na Figura 21 e combinado com outros do RPPB deixa claro que a Galeria dos Estados é parte integrante da proposta de Costa (1957) para ter em Brasília uma "cidade viva e aprazível, própria ao devaneio e à especulação intelectual, capaz de tornar-se, com o tempo, além de centro de governo e administração, num foco de cultura dos mais lúcidos e sensíveis do país" (COSTA, 1957: 2). Esse entendimento pode ser confirmado no parecer de Lucio Costa manifestado no livro Brasília 57-85: plano-piloto ao Plano Piloto, elaborado pela Terracap (DISTRITO FEDERAL, 1985), no qual o urbanista observa que a atenção ao pedestre é uma questão ainda pendente de solução (Figura 22).

Fica igualmente claro que, na Galeria, como em Brasília, a realidade se impôs ao símbolo. A grandiosidade projetada para aquela parte central de Brasília parecia intimamente ligada ao que se pensou para a nova Capital, em termos de elemento de desenvolvimento e de integração nacional. Contrariamente ao previsto, entretanto, o *lugar* perdeu importância real e simbólica. Ainda que o fluxo de pedestres da escala gregária eventualmente lhe permitisse desempenhar papel semelhante aos *Piccadilly Circus*, *Times Square* e *Champs Elisées*, a carência de gestão urbana tolheu ao *lugar* e a seus usuários esse direito.

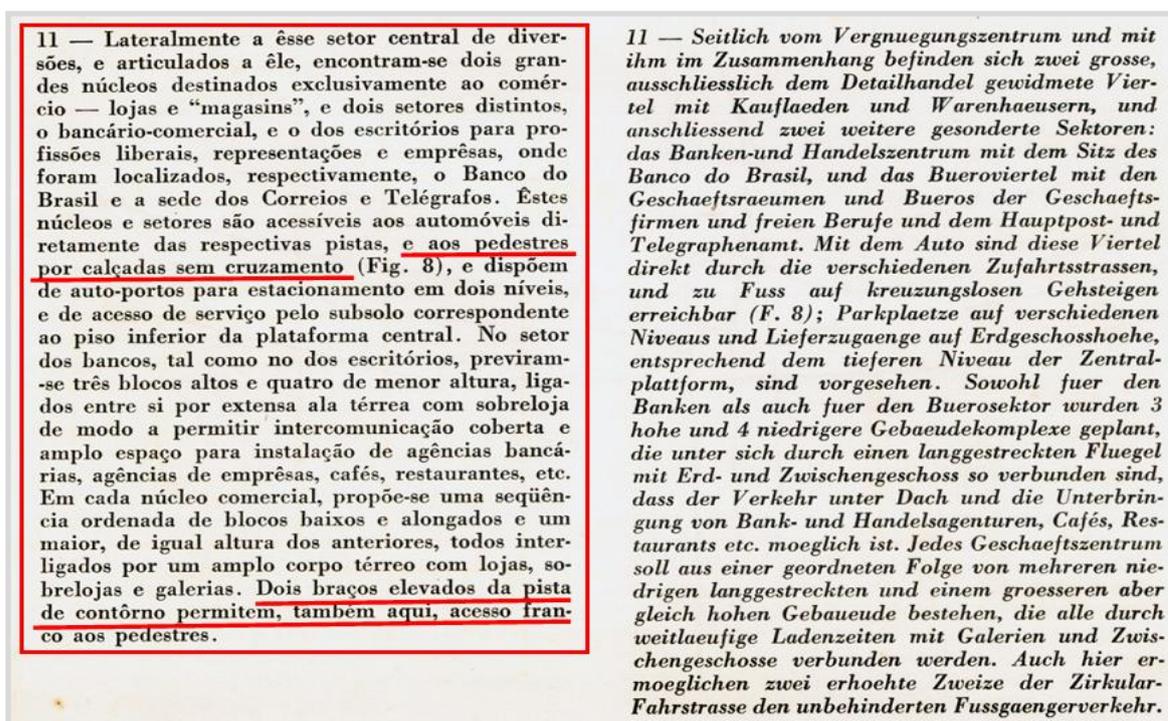


Figura 21 - Trecho do Relatório do Plano Piloto de Brasília, proposta, do urbanista Lúcio Costa, vencedora do concurso para concepção da nova capital brasileira (grifos e destaques da autora). FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

O que não quer dizer que não seja possível construir novas teias de significados para o lugar. No *website* da SEDHAB obtivemos o documento *‘Brasília 1960-2010 Passado, presente e futuro’*, edição histórica comemorativa dos cinquenta anos da capital federal. Nele foi possível reforçar o importante papel de convívio reservado ao perfil urbanístico da Galeria dos Estados como passagem de pedestre estrategicamente situada na escala gregária, zona central de Brasília, pelo seu idealizador.

Papel que se confirma nas palavras de Lucio Costa no relatório *‘Brasília Revisitada, 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana’*:

A concepção urbana de Brasília se traduz em quatro escalas distintas: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica. [...] A escala gregária prevista para o centro da cidade – até hoje ainda em grande parte desocupado – teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro. [...] além da Rodoviária e dos dois Setores de Diversões – prevendo percursos contínuos e animados para pedestres

Palavras reforçadas pelo Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987:

Art. 7º. A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.

Bem como pela Portaria nº314, de 08 de outubro de 1992, do IPHAN:

Art. 2º A manutenção do Plano Piloto de Brasília será assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica.

Art. 6º A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte.

Em resumo, embora não tenham sido encontradas junto aos órgãos públicos do Distrito Federal quaisquer informações ou documentos que atestem a origem ou que relatem a evolução histórica da Galeria dos Estados, ficou evidente nos demais documentos encontrados que a concepção urbana da Capital, tanto no projeto

original quanto nas revisões posteriores, reservou para a Galeria dos Estados, como parte da nuclear escala gregária (Figura 13), um importante papel. Um papel de centro urbano, de ponto de encontro, de convívio, de trabalho, de circulação, de segurança, de estar, capaz de humanizar a área central da cidade, que transborda e floresce a partir da Plataforma Rodoviária para os setores vizinhos (HOLANDA, 2010).

Na área entre os Setores Comerciais e Bancários ficou localizado o trevo central de distribuição, porque a largura do Eixo Rodoviário não comportou o trevo indicado no plano (fig. 3), o qual assegurava, inclusive, a travessia direta leste oeste, esquecida até a construção do trevo hoje existente do lado sul.

Estas alterações necessárias, se por um lado vantajosas, eliminaram a continuidade do "chão" que ligava os quarteirões centrais inicialmente propostos. A travessia de pedestres entre os Setores Comercial e Bancário Sul se faz hoje pela Galeria dos Estados, e do lado norte aguarda solução.

Figura 22 - Trecho retirado da página 64 do livro Brasília 57-85, no qual Lucio Costa comenta ajustes que foram feitos ao projeto urbanístico original do RPPB e suas consequências. (grifos e destaques da autora).

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF).

Esse papel identificado pela análise documental foi também captado na prática quando buscamos reconstruir vestígios da memória local, realizando entrevistas com usuários mais idosos ou que frequentassem o local há muito tempo. Essa estratégia foi positiva e gerou alguns depoimentos interessantes, embora insuficientes em termos de consistência histórica. Houve, inclusive, casos de manifestações surgidas voluntariamente por parte de transeuntes que 'ouviram a conversa' e resolveram se manifestar porque o tema lhes trouxe grandes recordações.

Dessa forma, razão e emoção se misturam nos depoimentos colhidos nas entrevistas abertas. Como no caso do entrevistado que se recordou de quando seus pais vieram para Brasília, transferidos no interesse do serviço, como servidores públicos que eram. Lembrou que há 30 anos a Galeria dos Estados era um dos poucos vínculos que mantinham com a terra natal. Seus pais procuravam a Loja de seu estado para comprar produtos típicos e 'matar a saudade' (porque na Galeria dos Estados cada loja pertencia a um governo estadual que vendia apenas produtos típicos regionais); ele, então com 12 anos, aproveitava para correr e brincar com os irmãos por longas horas, porque os pais, com saudades 'de casa' passavam muito tempo com os conhecidos alimentando laços de amizade construídos com base na recordação de seus locais de origem.

Afinal, somente na Galeria dos Estados era possível comprar tanto a famosa farinha em flocos grossos vinda do Amazonas e do Pará, quanto a finíssima farinha de Nazaré das Farinhas na Bahia; ali tinha a melhor erva-mate do Rio Grande do Sul para garantir os intervalos do chimarrão; não faltava a sequíssima carne de charque dos diversos estados nordestinos; nem as redes e bordados finos do Ceará e do Rio Grande do Norte; além de todo o tipo de produtos típicos capazes de serem conservados ao longo do difícil traslado para a nova capital do país.

Fatos confirmados por diversos entrevistados e detalhado por um deles, uma lojista do local há cerca de trinta anos, que inclusive faleceu ao longo de 2012, meses depois de termos conversado. Segundo aquela senhora, o nome Galeria dos Estados decorre exatamente do fato das lojas (a maioria pequenos boxes com cerca de 20m²) terem sido inicialmente disponibilizadas para as secretarias de turismo dos diversos estados brasileiros, a fim de que fossem fornecidos produtos típicos de suas regiões. Relatou que aquele plano "não vingou" pois os governos estaduais tinham muita dificuldade em gerir aquelas lojas:

"minha filha, hoje em dia, com computador, internet, avião pra cima e pra baixo, estrada boa, telefone celular e tudo o mais, os governos não dão conta de cuidar do que está perto deles, juntinho de suas sedes... imagine então naquele tempo! Brasília era fim de mundo mulher! Não era fácil chegar aqui, não. E nem que fosse fácil. Tinha era muita gente, muito político mesmo, que apostava que isso aqui não ia vingar, não. Como é que governador e secretário de outros estados iam querer saber de cuidar de lojinha largada cá no fim do mundo? Como que eles iam contratar e controlar gente pra fazer isso?"

Conversamos com quase todos os lojistas antigos e alguns usuários não lojistas que frequentam a Galeria dos Estados há mais de vinte e cinco anos. Todos confirmaram que as lojas foram sendo abandonadas pelos governos estaduais e o local foi virando abrigo de moradores de rua, de usuários e traficantes de drogas. Uma das entrevistadas, servidora pública há anos aposentada pelo Governo do Distrito Federal assim se manifestou:

"um dia o Aparecido⁵⁰ me chamou e disse: arranja um jeito de botar gente naquele local pra ver se aquilo não vira favela. Aquele vão

⁵⁰ Segundo a entrevistada, "ele era senador, prefeito ou governador da capital na época do ocorrido". José Aparecido de Oliveira (1929-2007), político mineiro por longos anos influente na região do planalto central. Jornalista por formação acadêmica, foi seu destaque na profissão que lhe rendeu acesso à vida pública, como um dos líderes do movimento que levou Jânio Quadros à Presidência da República (1960). Desde então, José Aparecido foi secretário particular de Quadros (1962); eleito deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN) em Minas Gerais; cassado pelos militares (1964); reeleito deputado federal por Minas (1982) foi secretário de Cultura do

debaixo do eixão, aff! Dava medo até. Aí a gente falou com um e com outro e saímos arranjando gente pra botar um comérciuzinho por aqui. Quando ninguém queria isso, foi assim. Agora, fica todo mundo de olho grande em cima do pessoal que já amargou muito, querendo botar o povo pra fora, falando em licitação e tudo o mais. Menina! Lei de licitação nem existia naquela época! Quem chegou depois da lei já participou de licitação. Então não tem que tirar ninguém de lá não. Isso tem cara e cheiro de que os 'donos da cidade' já estão de olho por lá. Brasília agora é outra, né? Não tá fácil de arranjar lugar pra construir e ganhar dinheiro fácil. Essas coisas de lei não vale pros donos não... porque eles mesmos que fazem as leis... os donos cê sabe quem é, né? Se não sabe é só prestar atenção nas placas de tudo que é obra na cidade e rapidinho dá pra descobrir... Na Galeria passa gente demais, dá pra fazer um shopping e vender fácil, depois é só dizer que é público e que o governo tem que manter. Porque esses cara não quer saber do povo, da lei, da cidade, nem do governo, não. Eles acham que tudo e todos parece que tá no mundo pra ajudar eles enricá"...

4.2.3. Gestão patrimonial

Para análise das condições de gestão material foi elaborado levantamento técnico-construtivo-funcional considerando aspectos relativos a estabilidade, segurança, higiene, salubridade e conforto ambiental, térmico e acústico, dimensionamento e conservação aparente de mobiliário, materiais e elementos construtivos.

Como parâmetros referenciais para a avaliação foram utilizados os exigidos pela Lei nº 2.105/98 de 08 de outubro de 1998 que dispõe sobre o Código de Edificações do Distrito Federal.

Também foram levadas em conta as categorias de pesquisa ou fatores especificados Ornstein (1992), a partir de Rabinowitz in Snyder&Catanese (1984),

governador Tancredo Neves; ministro da Cultura do presidente Tancredo Neves (1985); governador do Distrito Federal de 1985 a 1988, a convite do presidente José Sarney. A partir de então, José Aparecido retomou o projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer da construção de Brasília; lutou pela conquista do título de Patrimônio Cultural da Humanidade (UNESCO); iniciou a despoluição do Lago Paranoá e os estudos para a construção do metrô; construiu os bairros de Samambaia e Jardim Botânico, bem como alguns importantes monumentos públicos da Capital, como o Panteão da Pátria, Pira da Pátria, Museu de Arte de Brasília, Memorial dos Povos Indígenas e dos espaços Oscar Niemeyer e Lúcio Costa. Retornando à esfera federal, em 1988, José Aparecido ainda assumiu diversos outros cargos eletivos e nomeados, chegando a ser embaixador do Brasil em Portugal quando apresentou a proposta de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), concretizada em junho de 1996.

para processos de avaliação física de ambientes construídos, quais sejam: fatores físicos, funcionais e comportamentais. Fatores que, segundo os autores, atuam em três escalas do ambiente físico: nível espacial-macro (que analisa o ambiente construído como um todo); nível espacial-micro (que analisa os espaços individualmente); e nível dos equipamentos (que analisa mobiliários fixos, móveis e a ergonomia).

Em todos os casos a escolha dos itens a serem analisados foi adaptada à realidade do objeto de estudo. Não foram considerados detalhes técnicos afeitos à engenharia e arquitetura, mas apenas aspectos flagrantemente irregulares sob o ponto de vista de gestão do uso do ambiente analisado. Aqui foi realizado um levantamento técnico-construtivo que levou em consideração as condições de conservação de itens como fundações, pisos, alvenarias, forros, revestimentos, impermeabilizações, pintura, vidros, instalações hidráulicas e elétricas, telefonia, equipamentos especiais, instalações para segurança contra fogo, paisagismo, estética, etc.

Cada item foi avaliado segundo seu estado físico evidente, seu desempenho, e eventuais causas perceptíveis para os problemas detectados. Para facilitar a interpretação dos fatos cabe uma observação prévia sobre as chamadas subdivisões da Galeria.

Embora possa ser dividido em diversas outras subáreas, o lugar tem pelo menos três elementos estruturais principais: o trecho do Setor Bancário Sul (SBS), o do Setor Comercial Sul (SCS) contíguo ao Metrô, e a área Central descoberta sob o Eixo Rodoviário (Eixão). A 'Estação Galeria', do Metrô de Brasília, embora contígua e inseparável do trecho SBS da Galeria dos Estados, foi utilizada como parâmetro referencial nas análises referentes ao impacto causado sobre o trânsito de pedestres na Galeria dos Estados.

O trecho do SCS tem piso em granito seguindo o padrão da estação do Metrô, enquanto o trecho do SBS mantém piso antigo em pastilhas vermelhas enceradas, já bastante 'remendadas'. Na área Central o piso de cimento está quebrado na maioria dos trechos; os casos de quedas de transeuntes são frequentes; cadeirantes e pessoas com outras dificuldades motoras muitas vezes não conseguem transitar pelo local; as condições precárias do calçamento costumam impedir o encaixe das grelhas de ferro situadas nas laterais e nos acessos ao SBS e SCS.



Figura 23 – Grelhas expostas e calçadas quebradas na área Central sob o Eixão. Fotos Gabriel Melo.

A precariedade das instalações elétricas na Galeria dos Estados, Figura 24, gera riscos constantes a seus usuários. A infraestrutura de iluminação é antiga e não recebe manutenção; luminárias estão literalmente despencando, gambiarras improvisadas não raras vezes são encontradas com fios desencapados à altura das mãos dos usuários; sobrecargas elétricas frequentemente forçam o desligamento dos disjuntores gerais.

O logradouro não possui instalações de segurança contra incêndios; não há soluções de acessibilidade que permitam a travessia do SBS para o SCS, nem acesso aos pontos de ônibus dos eixinhos W e L (o único elevador permite apenas que os usuários da estação metroviária saiam em direção ao SCS); vigas sob o Eixão possuem trechos com ferragem exposta e até mesmo com samambaias se desenvolvendo entre a ferragem e o concreto; os jardins ora servem de sanitários, ora de suporte para festas particulares; forros e revestimentos estão caindo em vários locais, deixando à mostra possíveis problemas estruturais.

No levantamento de conforto ambiental e funcional foram avaliados, entre outros itens: densidade populacional; intensidade dos fluxos de circulação; circulação vertical e horizontal (macroescala); adequação do ambiente a deficientes físicos; orientação visual, iluminação natural e artificial, ventilação, temperatura, acústica, consumo energético.

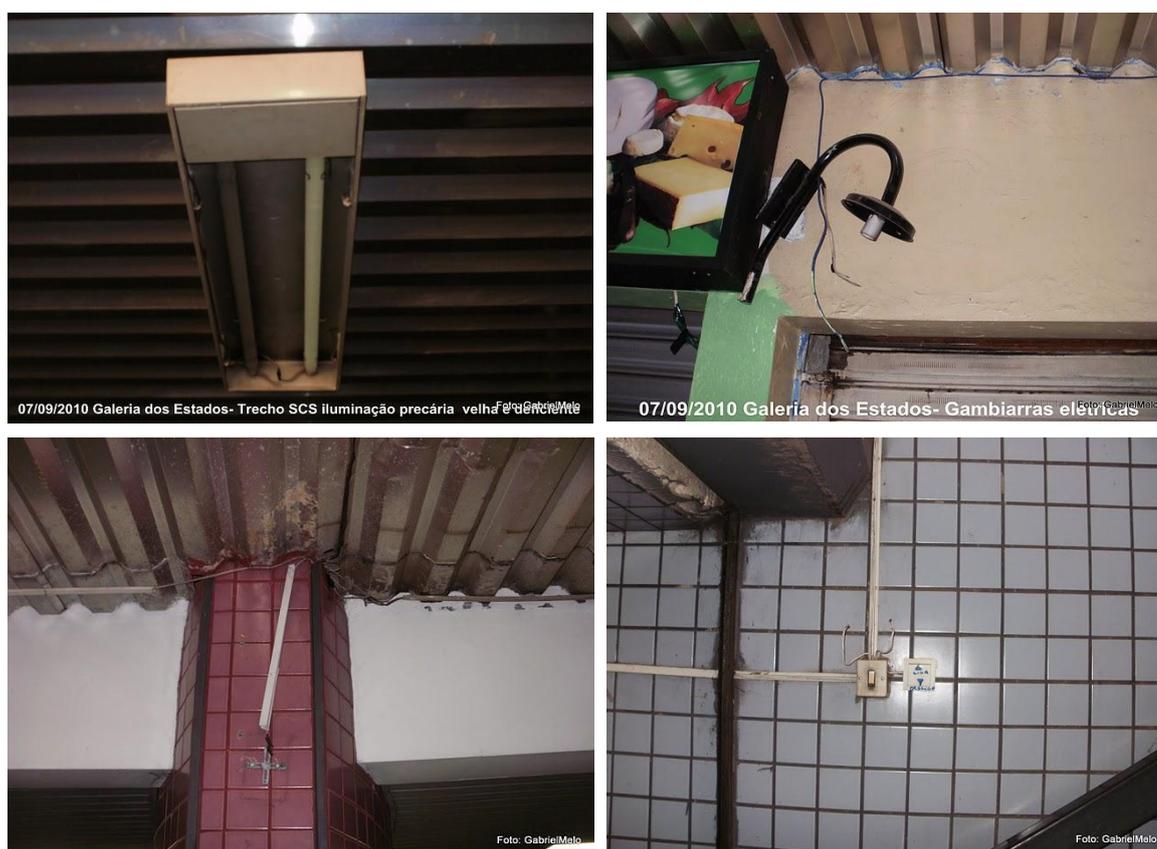


Figura 24 - Situação das instalações elétricas na Galeria dos Estados

Além da má conservação das calçadas e grelhas (Figura 24), registrou-se a falta de rampas e de elevadores. Limitação que impede que pessoas com necessidades especiais possam exercer o direito constitucional de ir e vir. O único elevador existente está instalado no trecho SCS e faz parte da estrutura da Estação Galeria. No acesso ao SBS e aos pontos de ônibus dos eixinhos (L e W) não há elevadores nem rampas, o que impossibilita o trânsito de cadeira de rodas e dificulta a circulação de pessoas com muletas, bengalas, pés engessados, e outras limitações físicas.

Mesmo sendo um ponto concentrador e distribuidor de transeuntes com alto fluxo de circulação de pessoas, a Galeria dos Estados é extremamente deficiente em termos de orientação visual. O lugar não possui placas indicativas de acessos a locais ou serviços de interesse público, à exceção das fachadas dos pontos de ônibus sobre os eixos L e W e do que sobrou do antigo Relógio, ambos retratando apenas o nome Galeria dos Estados.

A partir da saída da estação metroviária, a Galeria dos Estados permite acessar, por exemplo, os seguintes Setores: de Diversões Sul e Norte, Comercial, Bancário, de Autarquias, Hoteleiro, e Médico-Hospitalar Sul (Hospital de Base e

Sarah Kubitschek). As saídas para os pontos de ônibus nos eixos L e W também não são indicadas. Como passagem subterrânea, o local não possui iluminação natural, exceto na parte central, descoberta, entre os eixos rodoviários. A iluminação artificial é precária e resulta de instalações antigas e sem manutenção (Figura 25).

O cenário apurado pelo diagnóstico trouxe à tona um equipamento público urbano carente de gestão sob diversos aspectos. Sintoma possivelmente decorrente da ausência da efetiva governança na gestão urbana.

4.3. Territorialidades na Galeria dos Estados

A Cultura é indispensável ao indivíduo no plano de sua existência material. Ela permite sua inserção no tecido social. Dá uma significação à sua existência e à dos seres que o circundam, e forma a sociedade da qual se sente membro. Ela não desempenha o mesmo papel nos diversos momentos da vida. Paul Claval⁵¹

Conforme descrito no item 3.2 (participantes do estudo), o local é frequentado por executivos, empresários, moradores de rua, turistas, 'skatistas', trabalhadores de empresas públicas e privadas, entre outros. A maior parte desse público está em trânsito para os setores bancário, comercial, hoteleiro, médico-hospitalar, de autarquias, de diversão, ou mesmo em direção à Esplanada dos Ministérios que abriga alguns dos principais prédios e monumentos do centro de poder da capital brasileira. Uma parcela bem menor em termos numéricos é representada pelos usuários lojistas.

Apesar de constituírem um pequeno subgrupo de usuários, os lojistas (comerciantes) parecem ter importância estratégica para a gestão ambiental da Galeria dos Estados, pois são os que passam maior tempo no local. De fato, enquanto a grande maioria dos demais usuários apenas transita pela Galeria, os lojistas (empresários, familiares e funcionários) passam cerca de dez horas por dia no local.

⁵¹ CLAVAL, Paul. Uma geografia do próprio homem. In: *A geografia cultural*. Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

Dessa forma, embora todos experimentem em maior ou menor grau as consequências da gestão do local, são os lojistas que os sofrem de forma contínua. São também eles que observam e às vezes registram as ocorrências que se repetem, as demandas dos transeuntes com maior ou menor nível de utilização, e que, portanto, melhor se habilitam a intermediar os interesses e necessidades coletivas junto à administração pública.

Realidade que levou os lojistas a se integrarem com os demais usuários, formalizarem uma associação representativa dos cidadãos usuários da Galeria dos Estados, que hoje congrega cerca de dois mil associados, dos quais fazem parte mais de 90% dos lojistas.

Outras três entidades estão constituídas no local, traduzindo tensões territoriais constantes. Tratam-se de uma associação de lojistas com quatro associados, e de dois condomínios, um constituídos para o trecho do SBS outro para o do SCS. Estes últimos existentes por força do artigo 13 do Decreto 17.928 de 1996 que repassa (sem licitação) os serviços públicos de limpeza, manutenção e segurança da Galeria para os lojistas, determinando que os mesmos se organizem em condomínio sobre aquela área pública.

Essa multiplicidade de entidades tende a impactar negativamente as relações entre usuários e Poder Público, prejudicando a governança na gestão do logradouro. Por outro lado, nos estudos científicos em gestão ambiental nem sempre é possível analisar uma das ênfases de um dado recorte sem considerar as demais, uma vez que os problemas podem se relacionar e se entrelaçar, ainda que o recorte da pesquisa esteja claramente definido (ROMÉRO, PHILIPPI Jr., 2004).

Dessa forma, optou-se por esclarecer minimamente a questão da legitimidade de representação. Para tanto, foram examinados documentos públicos de ambas as entidades associativas ALGE (associação de lojistas) e ACLUG (associação de cidadãos) obtidos junto ao Cartório do 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos.

Os papéis analisados apresentaram diversos indícios de irregularidade na documentação da ALGE, como atas adulteradas, sem deliberação, sem assinatura dos pretensos participantes, alguns dos quais declararam expressamente não pertencerem a referida associação. Foram também obtidas declarações coletivas e individuais de mais de 90% dos lojistas desautorizando aquela entidade a falar em

seus nomes. Diante desse cenário optou-se por admitir a legitimidade apenas da ACLUG cujos documentos públicos não indicaram problemas.

Mesmo tendo identificado a regularidade de apenas uma das quatro entidades formalmente constituídas na Galeria dos Estados, é preciso reconhecer que cada uma delas representa força que se mantém em choque com as demais, na disputa territorial pela priorização de seus interesses. Essa dinâmica territorial constitui exatamente as territorialidades, que são as relações que se processam nos territórios envolvendo o cotidiano da população; as relações entre o Estado, a sociedade civil organizada e cidadãos, que com interações políticas, econômicas, sociais e simbólico-culturais transformam o território em um ente vivo (SANTOS, 2012). Está, portanto, intrinsecamente relacionado aos processos de governança, impactando-os também.

Conforme já visto, no Capítulo 3, além dos lojistas, milhares de usuários utilizam a Galeria dos Estados diariamente. Além daqueles que, marginalizados, constroem seus espaços na penumbra da noite e na sombra das marquises, como os moradores de rua, os usuários de droga, e os que se prostituem naquele lugar. Tem-se aí nova configuração territorial, permeadas por tensões advindas das territorialidades dinâmicas que, igualmente impactam os processos de governança na gestão dos espaços públicos urbanos.

Nesse cenário, qualquer iniciativa de estímulo à governança social voltada à gestão de logradouros funcional e estruturalmente complexos exige a priorização das questões territoriais. Já para identificar as questões prioritárias é necessário o entendimento mínimo das origens e perfis dos usuários do logradouro. Procurou-se priorizar os interesses dos usuários lojistas por meio de entrevistas abertas (não estruturadas) com vinte e cinco lojistas (51% das lojas em funcionamento). Todos os entrevistados apresentaram a falta de regularização da situação de ocupação das lojas como o principal problema que aflige os lojistas. Licença de funcionamento (alvarás), bem como termos de permissão de uso das lojas estavam vencidos há décadas.

O segundo problema apontado pelos lojistas é também quase unânime. Eles questionam a obrigação legal de se constituir condomínio no local (Decreto distrital nº.17.928/1996). A maioria entende que a determinação é uma forma do GDF “se livrar da obrigação de prestar serviços públicos”. Alegam que não é razoável atribuir

a alguns boxes comerciais, pequenos comércios familiares, a responsabilidade pela limpeza, manutenção e segurança de uma área pública por onde transitam cerca de sessenta mil pessoas diariamente.

O cenário delineado pelos lojistas foi confirmado por meio de informações obtidas no sítio de internet do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). A ocorrência mais antiga refere-se ao Ofício N° 1633/89, de 22 de agosto de 1989, no qual o presidente do TCDF comunicava ao presidente da TERRACAP as decisões relativas ao julgamento do Processo n° 3130/87. Uma das decisões concedia prazo de noventa dias para que todas as ocupações de espaço público na Galeria fossem transformadas em permissões de uso a título precário, sendo substituídos todos os documentos que utilizassem a “imprópria denominação de contrato de locação ou de Termo de Concessão de Uso a Título Precário” (TCDF, 1989).

Segundo o representante legal da ACLUG, o cumprimento de tal determinação possivelmente teria sido suficiente para evitar o quadro de desorganização e ineficiência na gestão da Galeria dos Estados. Isso porque a essência da discussão que perdura por mais de duas décadas consiste exatamente em se definir o instrumento jurídico mais compatível com a ocupação de espaços públicos para fins privados na Galeria.

As demais questões enumeradas pelos entrevistados não foram específicas dos lojistas, podendo ser consideradas como de todos os demais usuários: falta de sanitários públicos, de segurança, de iluminação, de ventilação, de controle de zoonoses, de sinalização, de serviços para atendimento ao cidadão, inundações no período chuvoso, entre outros.

Apenas para efeito de entender de onde provém seus usuários, utilizou-se o cadastro da ACLUG válido em novembro de 2012, contendo 3.841 associados (Tabela 1).

MORADIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL DO TOTAL
Brasília	2.703	70,0%
Outros locais do Distrito Federal	811	21,1%
Goiás	291	2,4%
Outros estados brasileiros	36	0,94%
TOTAL	3.841	100%

Tabela 1 – Associados da ACLUG, por local de moradia.

Fonte: consolidado pela autora, sobre base de dados de associados da ACLUG válida em novembro de 2012.

Considerando que na Galeria circulam diariamente cerca de cem mil pessoas, com uma amostra de 3.841 usuários pode-se obter margem de erro de 3%

com nível de confiança de 94% (ORNSTEIN, 1992). Pelos resultados obtidos, mais de 90% dos usuários da Galeria dos Estados são do Distrito Federal e do entorno. Para perceber como a Galeria é utilizada, foram feitas algumas entrevistas abertas e, principalmente, observações *in loco*, realizadas nos horários de maior fluxo de pessoas, com duração e frequência controlada, durante dois meses.

Ao longo da semana os usuários são essencialmente: profissionais de empresas públicas e privadas da região, ou de outras localidades que se encontram em viagem de negócios, participando de licitações públicas, congressos e treinamentos; pessoas em tratamento de saúde dirigem-se ao Setor Médico-Hospitalar (Hospital de Base, Sarah Kubitscheck) ou procuram a farmácia de alto custo; demandantes de serviços públicos diversos; turistas, isolados ou em grupos; além de moradores de rua, que tanto circulam quanto dormem pelas calçadas, jardins e marquises, indiferentes ao movimento do público.

Nos finais de semanas o perfil de utilização da Galeria dos Estados se transforma. À exceção dos moradores de rua, o público da semana parece desaparecer. O lugar serve então de trânsito ou de ponto de encontro para grupos de jovens e famílias que ali se reúnem, ou se destinam à Esplanada dos Ministérios, ao Parque da Cidade, ao Eixão, à Torre de TV, ou ao Pátio Brasil Shopping, com intenção de lazer.



Figura 25 - Morador de rua dormindo sob a marquise de um restaurante na Galeria.
Foto: Gabriel Melo

Delimitados perfis de usuários e definidas suas prioridades, o desencadear das primeiras ações de governança passa pelo envolvimento das bases territoriais. O que nos conduziu a um impasse, tendo em vista a dificuldade de diálogo com as coletividades marginalizadas.

Nesse momento percebemos fortemente que a definição de espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações” não só completa as contribuições iniciais de Santos (2012: 21) para as análises que são feitas aqui. Ela também se soma ao entendimento de Certeau (1994: 202) segundo o qual "o espaço é um lugar praticado".

Vê-se que ambos, Certeau e Santos, cada um em seu foco de interesse, reconhecem as ações, as práticas, como constituintes espaciais indispensáveis. De tal forma que sem as práticas espaciais não se poderia alcançar a natureza do espaço, já que este não pode ser dado exclusivamente pela dimensão física que sensibiliza o olhar, pois "paisagem e espaço não são sinônimos" (SANTOS, 2012: 103). O espaço é dado pela paisagem (*forma*) e, para além dela, pela ação humana

que a alma, modificando-a continuamente, tornando-a, em cada instante, *forma-conteúdo* que evidencia a indissociabilidade espaço-tempo.

Trata-se de uma realidade na qual a transformação (*processo*) da paisagem (*forma*) pela ação humana decorre de certas necessidades (*funções*) da sociedade (*estrutura*). Nesse contínuo processo de organização e adaptação do espaço às suas necessidades, "o Homem estabeleceu um conjunto de práticas através das quais são criadas, mantidas, desfeitas e refeitas as formas e as interações espaciais" (CORRÊA, 2012: 35).

As *práticas espaciais* resultam da consciência humana quanto à diferenciação espacial e são utilizadas exatamente para promover, valorizar, desfazer ou refazer essa mesma diferenciação ao longo do tempo. São, portanto, instrumentos, meios efetivos para a gestão territorial, ou seja, para a "administração e o controle da organização espacial em sua existência e reprodução". E foram enumeradas por Corrêa em 1992 como sendo: "seletividade espacial, fragmentação-remembramento espacial, antecipação espacial, marginalização espacial e reprodução da região produtora." (CORRÊA, 2012: 35).

Sobre as práticas espaciais, Santos (2002a) afirma que elas constroem geograficamente a sociedade e que criam a dialética de recíproca determinação, na qual a sociedade faz o espaço ao tempo em que é feita por ele. Preparam, assim, as coletividades, para o efetivo exercício da cidadania.

4.4. Cidadania na Galeria dos Estados

Os aspectos relativos ao exercício da cidadania objetivam relatar eventuais problemas, carências e demandas dos usuários da Galeria dos Estados entre si e com o local estudado fornecendo subsídio adicional para identificação de influências sobre a qualidade de vida dos cidadãos.

4.4.1. O cenário

Nesse contexto, constatou-se que a precária manutenção da Galeria dos Estados, aliada à intensa utilização do local tornam aquele logradouro público

potencialmente exposto a riscos de acidentes físicos, incêndios e panes elétricas. Retrata, portanto, ambientes que, no entendimento de Ornstein (1992) não são próprios para a aplicação de APOs voltadas plenamente para o comportamento humano e para o arranjo físico dos espaços.

De acordo com a avaliação técnico-funcional feita no local, o item 'sanitários públicos' confirmou-se como de altíssima prioridade. Aos demais itens, foram acrescentados outros, igualmente precários, não enumerados pela enquete. Entre eles, a infestação por animais peçonhentos, as inundações da Galeria em estações chuvosas, a prostituição e exploração infantil, o aumento da população usuária de drogas, alguns dos quais estão documentados a seguir.

Este se mostrou um problema de grandes proporções. Poucas horas de observação foram suficientes para perceber a complexidade da questão. Em horários e locais aleatórios surgem pessoas perguntando por 'banheiros' ou sanitários. Muitas ficam indignadas pela falta do equipamento urbano num local com tamanho fluxo de pedestres. Outras se desesperam, por terem incontinência urinária ou intestinal (foram registrados casos de usuários que se dirigem ao setor hospitalar, que tomam medicamentos para controle de pressão sanguínea, que tomam diuréticos, gestantes e crianças).

Ocorre que não há falta de sanitários na Galeria dos Estados. O que falta é disponibilizar a estrutura existente nos trechos do SCS e SBS, gerindo sua limpeza, manutenção e segurança. O local possui quatro conjuntos de sanitários públicos, dois masculinos e dois femininos, cada um composto por oito boxes de ampla utilização, um box para pessoas com deficiência, além de bancadas espelhadas com pias individuais (Figura 32).

Essa estrutura inativa, em prejuízo da necessidade coletiva, representa um total de trinta e dois sanitários individuais, sendo quatro com soluções de acessibilidade.



Figura 26 - Sanitários da Galeria dos Estados - SCS, fechados há quase dez anos.
Fotos: Gabriel Melo

Por meio de observação comportamental reativa (não planejada, feitas após ocorrências inesperadas) foram registradas diversas situações degradantes: urina e fezes nos jardins da área central, nas escadas, sob as marquises dos pontos de ônibus e no hall de acesso aos sanitários públicos são algumas delas (Figura 33). O comportamento de improvisar sanitários em lugares públicos foi observado inclusive durante o dia, representando não só agressão ao patrimônio coletivo como constrangimento aos demais usuários do logradouro.

Segundo o representante legal da ACLUG, há anos o GDF vem ignorando as reivindicações e pressões dos usuários em favor da abertura dos sanitários públicos da Galeria. Além disso, em 2010 duas cabines de sanitário público do tipo caixa metálica, foram instalados na plataforma superior da Galeria no SBS e no SCS (Figura 34).

As cabines foram fabricadas pela W.Sita, empresa envolvida no escândalo de pagamento de propina à prefeitura de São Paulo para a padronização dos quiosques da cidade com produtos da fabricante, segundo o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) relacionada com a queda do prefeito Celso Pita e de sua equipe.

Os sanitários W.Sita são individuais, propõem-se a atender adultos, crianças, ambos os sexos, além de pessoas com deficiência física. Correspondem na prática a menos de 6% da capacidade de atendimento público dos sanitários da Galeria (Figura 35).



Figura 27 – ‘Sanitários’ improvisados nas escadas internas e na marquise sob o ponto de ônibus do Eixo W (ferrugem corroendo a grade de ventilação e inspeção). Foto: Gabriel Melo

Ao longo de seis meses oito duplas de policiais militares (PM) que atuam nas imediações foram consultados sobre os novos sanitários. Os policiais manifestaram-se unânimes quanto à possibilidade das cabines favorecerem ainda mais a disseminação de prostituição e de drogas no local, uma vez que por serem individuais não permitem o policiamento interno.

Com o início das chuvas foi possível observar e registrar fotograficamente cenas que comprovam as declarações dos lojistas entrevistados na primeira etapa dos trabalhos. A manutenção precária de grelhas, valas e calçadas, constatada na avaliação técnico-constructiva realizada na segunda etapa, também tem relação com este subitem. A sujeira das valas e grelhas dificulta o escoamento das águas pluviais, e transborda, acumulando-se em lama na superfície. Calçadas quebradas retêm água e lama em poças de tamanho variado, que perduram mesmo após o fim das chuvas.

Ainda em decorrência da falta de manutenção de grelhas e valas, as áreas externas e internas da Galeria tornam-se ambientes propícios à proliferação de moscas, mosquitos, baratas, ratos, escorpiões e variados animais peçonhentos. A situação se agrava pela iluminação precária e falta de exaustão e renovação do ar. Não existe controle de pragas no local; as equipes de zoonoses do GDF não realizam operações rotineiras na região. Cinco dos lojistas entrevistados na primeira etapa afirmaram já terem sido picados por escorpiões. Não raro, ratos transitam entre os passantes.



Figura 28 - Cabines de sanitários públicos W.Sita instaladas no SBS e SCS pelo GDF em 2010. Ao fundo, edifícios do Ministério da Fazenda (SCS) e Sede III do Banco do Brasil (SBS). A W.Sita esteve envolvida no escândalo de pagamento de propinas que resultou na CPI da padronização dos quiosques em São Paulo e no afastamento do prefeito Celso Pita em 1999 (CMSP, 1999). Fotos: Gabriel Melo

Lama e água inundam a parte subterrânea da Galeria, invadem lojas, e obrigam os transeuntes vivenciarem um quadro degradante que, adicionalmente, coloca em risco a saúde coletiva (Figura 35). Consequências graves que podem ser evitadas com simples manutenção periódica, reforçada por revista especial antes do início da estação chuvosa.



Figura 29 - Inundações da Galeria dos Estados: dificultando o trânsito de pedestres, arriscando a saúde coletiva e gerando prejuízo aos lojistas. Fotos: Gabriel Melo

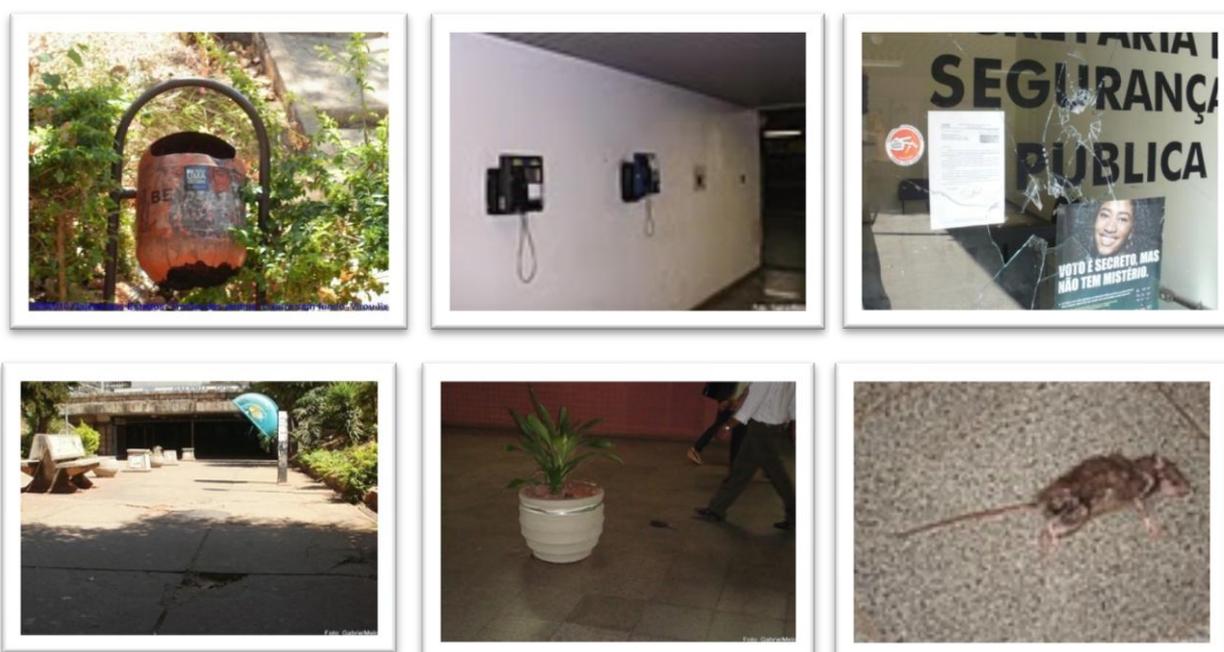


Figura 30 - Qualidade de vida: lixeira furada, orelhões e posto policial vandalizados, rato aos pés do usuário, rato morto. Fotos: Gabriel Melo

Outros itens, como a falta de policiamento ostensivo favorece ainda a prostituição, a exploração infantil, o aumento da população usuária de drogas, a vadiagem e os moradores de rua. Equipamentos de uso coletivo como telefones públicos, lixeiras, escadas, e até postos policiais são vandalizados continuamente. A estratégia de economizar energia, mantendo apagados os pontos de ônibus e estacionamentos tornam esses locais cada vez mais perigosos.

4.4.2. O Direito

4.4.2.1. Gerações de direitos fundamentais

Estabelecer um conceito para os direitos fundamentais não é uma tarefa simples. Apesar disso, é possível captar, da história do direito constitucional e da própria evolução da legislação relativa ao tema, que os direitos fundamentais “formam a base do ordenamento jurídico de um Estado Democrático de Direito” e que “outorgam a seus titulares a possibilidade de impor interesses pessoais” diante dos órgãos estatais obrigados a provê-los (FERNANDES, 2011: 121).

Essa percepção inicial parece suficiente como ponto de partida na tentativa de situar os direitos de cidadania urbana, que incorporam influências de normas e princípios nacionais e internacionais. É exatamente do direito internacional, mais especificamente do nascimento do constitucionalismo⁵² no Ocidente que surgem os chamados *direitos de primeira geração* (ou direitos de liberdade), reclamados pela revolução francesa na passagem do século XVIII para o século XIX.

Cabe aqui ressaltar a distinção entre Direitos Humanos e Direitos Fundamentais tendo em vista que

Os primeiros constituem as posições jurídicas reconhecidas na esfera do Direito Internacional e os segundos, como os direitos positivados constitucionalmente no ordenamento interno. Podemos conceituar direitos fundamentais como aquelas posições jurídicas concernentes às pessoas que, do ponto de vista do direito constitucional positivo, foram, por seu conteúdo e importância

⁵² Movimento que, iniciado na Inglaterra do século XVII, modernamente, traz em seu cerne os objetivos que irão fundar (constituir) uma nova ordem, sem precedentes na constituição das sociedades, pautada essencialmente em: (1) organizar e estruturar o Estado, limitando seu poder, e (2) conceder, reconhecer, e registrar direitos e garantias fundamentais. (FERNANDES, 2011, p. 110: 119)

integrados ao texto da Constituição (fundamentalidade material) e retiradas da esfera da disponibilidade dos poderes constituídos (fundamentalidade formal), bem como as que, pelo seu objeto e significado, possam lhes ser equiparados, tendo ou não, assento na Constituição formal. (SARLET, 2001: 11)

Sendo assim, direitos humanos representam faculdades que concretizam exigências historicamente condicionadas quanto à dignidade, liberdade e igualdade humanas. Quando tais faculdades passam a ser reconhecidas por meio da positivação no ordenamento jurídico pátrio, diz-se que foram constituídos os direitos fundamentais que legitimam a efetividade dos direitos humanos, produzindo formalmente o respeito à dignidade da pessoa humana, sendo esta um "valor moral prévio à organização social, posto que é qualidade imanada dos seres humanos" (TAVARES, 2003: 49).

Sendo valor intrínseco ao ser humano, a dignidade pressupõe respeito à vida e à integridade humanas, e produz as condições básicas de sua existência, com liberdade e igualdade. Maria Helena Diniz expressa dignidade humana como "o princípio moral de que o ser humano deve ser tratado como um fim e nunca como um meio" (DINIZ, 1998: 12). Daí porque os direitos humanos representam um conjunto de direitos e garantias que são atribuídos à generalidade das pessoas, pura e simplesmente pela condição humana

Os direitos humanos, tomados pelas bases de sua existencialidade primária, são assim os aferidores de legitimação de todos os poderes sociais, políticos e individuais. Onde quer que eles padeçam lesão, a sociedade se acha enferma. Uma crise desses direitos acaba sendo também uma crise do poder em toda a sociedade democraticamente organizada. (BONAVIDES, 2003: 528)

Direitos fundamentais são, assim, o conjunto de direitos humanos expressos no texto constitucional de um Estado soberano que vinculam todo o ordenamento jurídico, todas as normas infraconstitucionais, devendo, portanto, ser respeitados tanto pelo próprio Estado quanto pela sociedade em geral. Segue-se daí, que não há margem de escolha para o gestor público: direitos fundamentais devem ser respeitados em todas as suas dimensões.

De acordo com Fernandes (2011), as *gerações de direitos fundamentais*, também conhecidas como *dimensões*, traduzem uma leitura inicialmente feita por Paulo Bonavides que, indo além do entendimento da teoria constitucional clássica, interpreta a influência das revoluções burguesas na generalização e universalidade

dos direitos, e adota o perfil histórico dos direitos fundamentais para assim agrupá-los, segundo o grau de institucionalização de seus conteúdos: *liberdade, igualdade e fraternidade*.

Mais especificamente Bonavides (2004) refere-se às gerações de direitos fundamentais como gerações ou dimensões de direitos humanos que vão além da "clássica dualidade de direitos de defesa e direitos de participação" requerendo, para seu entendimento, que adotemos, adicionalmente, o critério

da extensão referencial de sua titularidade, passando primeiro pelo indivíduo, a seguir pelo grupo, depois pela sociedade ou comunidade propriamente dita até chegar, de último, ao gênero humano. (BONAVIDES, 2004: 17)

Dessa forma, os chamados *direitos de liberdade* seriam considerados *direitos de primeira geração*, aqui se inserindo os direitos civis e políticos, de titularidade individual e de conotação negativa em relação ao Estado. Entende-se por *conotação* ou *natureza negativa*, ou *oposição frente ao Estado*, ou *dever de abstenção estatal*, os direitos que limitam a atuação do Estado em respeito aos direitos individuais. Englobam os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei, à liberdade de expressão, à participação política.

A *segunda geração de direitos fundamentais* surge ao longo do século XX e se expressa na dimensão da *igualdade*. São os direitos sociais, culturais e econômicos, que exigem uma atuação estatal e não só sua abstenção. Nessa *dimensão* de direitos cabe ao Estado atuar positivamente para satisfazer as necessidades da coletividade e propiciar o bem estar da sociedade. Incluem-se nos *direitos de segunda geração*: os direitos econômicos, sociais e culturais, o direito ao trabalho, à habitação, à saúde, educação e o lazer.

A propósito da segunda dimensão de direitos humanos, Weis (1999) evidencia a relação com os processos de urbanização ao observar que seu surgimento decorre da

deplorável situação da população pobre das cidades industrializadas da Europa Ocidental constituída sobretudo por trabalhadores expulsos do campo e/ou atraídos por ofertas de trabalho nos grandes centros. Diversamente dos direitos de primeira geração, estes pressupõem o alongamento da competência estatal requerendo a intervenção do poder público para reparar as condições materiais de existência de contingentes populacionais. Traduzem-se em direitos de participação que requerem uma política

pública, encaminhada a garantir o efetivo exercício daqueles, e que se realizam através dos serviços públicos. (WEIS, 1999: 39)

Direitos de terceira geração, por sua vez, revelam-se na dimensão da *fraternidade*. Emergem de uma leitura que rejeita a enorme distância existente entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, no final do século XX. Não só o indivíduo, não só as coletividades, a terceira geração de direitos fundamentais também entende

como destinatários todo o gênero humano (presente e futuro), como um todo conectado, de modo que se fundamentaria no princípio da fraternidade (ou, segundo alguns, no da solidariedade) (FERNANDES, 2011: 122).

Nessa categoria de direitos incluem-se o direito à paz, ao meio ambiente (inclusive urbano), à qualidade de vida, ao desenvolvimento, ao direito do consumidor, entre outros. A essência dos direitos de terceira geração está em sua destinação à proteção indistinta dos grandes grupos humanos, povos, e nações de forma difusa; são direitos cuja titularidade é indefinida e indeterminada.

Embora com entendimento não pacificado, alguns doutrinadores definem ainda a *quarta* e a *quinta* gerações de direitos fundamentais, exemplificadas respectivamente pelo direito à informação e pela paz que, no entendimento de alguns, deveria ser alçada a um patamar superior e específico (FERNANDES, 2011).

4.4.2.2. Constituição Federal brasileira de 1988 e legislação decorrente

O direito à cidade, aparentemente entendido pela geografia e pela filosofia como uma utopia, pode ser visto pelas ciências jurídicas como parte do direito ao meio ambiente. Se assim o considerarmos, é, portanto, direito tutelado pela Constituição Federal brasileira de 1988 que estabelece de forma geral o princípio da intervenção estatal em seu artigo art. 225; estende a proteção ambiental ao ambiente de trabalho (art. 200, VIII), à comunicação social (art. 220, §3º, II), aos princípios da ordem econômica (art. 170, VI), e à função social da terra (art.186, II), entre outros.

A Lei 6.938/1981, que estabelece as diretrizes (art. 2º) e instrumentos (art. 9º) da Política Nacional de Meio Ambiente e a estrutura básica do Sistema Nacional do Meio Ambiente, também é abrangente em termos de objeto, admitindo assim a

dimensão urbana. Mais que isso, orienta os entes federativos quanto ao cumprimento de seu dever-poder compartilhado de gerir o meio ambiente (seja natural, urbano, rural, etc.).

Em alguns casos, a proteção do ambiente urbano pode ser entendida como direito ao patrimônio público tombado. No âmbito infraconstitucional, o Decreto-Lei 25/37, Lei do Tombamento, trata, entre outros, no Capítulo III, arts.17 e 18, dos Efeitos do Tombamento - conservação das coisas, utilização, anúncios, cartazes, etc. fortemente aplicáveis aos ambientes urbanos.

Sob o aspecto do controle da gestão, o direito à cidade conta ainda com a tutela da Lei 7.347/1985, da Ação Civil Pública (ACP), que permite a responsabilização por danos morais e patrimoniais causados a interesses difusos e coletivos (art. 1º, V), ordem urbanística (art. 1º, VI); inclusive de forma cautelar (art. 4º, caput).

Antes de todos os outros, porém, o instrumento mais específico para garantir o direito ao uso democrático e sustentável do ambiente urbano tem sua previsão nos artigos 182 e 183 da Constituição (Cap.II - Da Política Urbana), posteriormente regulamentados pelo Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001).

Totalmente voltada a “regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (art. 1º, parágrafo único), a Lei 10.257/2001 estabelece as diretrizes gerais da política urbana (art. 2º, caput e incisos I a XVI).

O Estatuto da Cidade especifica, ainda que não exaustivamente, as competências União em termos das atribuições de interesse da política urbana. Relaciona também uma série de instrumentos para levar a efeito tal política (art. 4º, detalhados nos artigos subsequentes), podendo-se destacar (grifos nossos):

Art. 2º Diretrizes gerais da Política Urbana:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...]

V –oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; [...]

Art. 4º Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos: [...]

f) gestão orçamentária participativa; [...]

§ 3º Os instrumentos previstos neste artigo que demandam dispêndio de recursos por parte do Poder Público municipal devem ser objeto de controle social, garantida a participação de comunidades, movimentos e entidades da sociedade civil. (BRASIL, 2011 – grifo nosso)

Nascimento, Campos e Schenini (2003: 182) entendem que esse dispositivo legal reflete uma conquista da sociedade brasileira, pois apresenta, de forma progressista e inovadora, “instrumentos capazes de revolucionar toda a gestão do espaço urbano introduzindo políticas de democratização e de ordenamento territorial ambientalmente correto”.

4.4.3. Os avanços da ação coletiva

Em termos do exercício da cidadania, algo bastante significativo parece ter sido alcançado pela coletividade usuária da Galeria dos Estados nos últimos três anos. Primeiramente, mobilizaram-se e conseguiram mais de quinze mil assinaturas em favor da iniciativa de um projeto de lei capaz de regularizar as ocupações das lojas, considerado o problema de maior nível de prioridade. Com base nas assinaturas obtidas, cerca de 80% dos lojistas articularam a parceria de outros pequenos permissionários de espaços públicos nos terminais rodoviários do DF, no Parque da Cidade e no Mercado das Flores.

Buscaram apoio político na Câmara Legislativa do DF e no alto escalão do Executivo distrital. Após dois anos de trabalhos conjuntos, conseguiram a aprovação de lei de iniciativa do Executivo e, um ano depois, o correspondente decreto de regulamentação. No final de 2013 os primeiros Termos de Permissão de Uso, bem como as Licenças de Funcionamento começaram a ser emitidas, tirando os comerciantes locais de irregularidade de mais de trinta anos.

Os esforços de cidadania, bem como os resultados positivos obtidos, foram fortes motivadores para adotarem outras estratégias de ação, todas pautadas na

mobilização da coletividade por meio de abaixo-assinados. Dessa forma foram ainda obtidos: licitação da Novacap para contratação de empresa de engenharia que fez o levantamento estrutural da Galeria dos Estados, preparando-a para a elaboração do projeto arquitetônico de reforma; retorno à Galeria da Agência dos Correios que havia sido fechada; entre outros ganhos de menor porte.

As iniciativas coletivas adotadas, refletem o entendimento de Habermas (1984) quanto a *espaço público*. Entretanto, para evitar falhas de comunicação, tendo em vista que desde o início deste trabalho consideramos espaço público como equipamentos públicos urbanos, o espaço público no sentido de Habermas será tratado apenas como *esfera pública*, outra denominação do autor para a mesma noção.

Esfera pública, em Habermas, é domínio do debate democrático e do uso livre da razão; um espaço abstrato que representa a possibilidade e a necessidade que os agentes sociais têm de interagir, de se apresentar e de defender seus pontos de vistas, seus valores, em aliança (cooperação) com outros e em contradição (oposição) com terceiros.

Pode-se exemplificar *esfera pública* a partir das manifestações populares que foram descritas na introdução deste relatório de pesquisa. O fenômeno reflete cidadãos fazendo uso da *esfera pública* (ou espaço público em Habermas). Observe-se que a *esfera pública*, no caso, não diz respeito aos *espaços públicos* concretos, aos *lugares* nos quais as manifestações ocorreram. Sendo a *esfera pública* um “fenômeno social”, um espaço abstrato de interação, ela

pode ser melhor descrita como uma rede de comunicação, de informações e de pontos de vista (ou seja, as opiniões expressando atitudes positivas ou negativas), os fluxos de comunicação são, no processo, filtrados e sintetizados de tal modo que se aglutinam em feixes de opiniões públicas bem especificadas (HABERMAS, 1997: 92)

Assim, *esfera pública democrática*, em Habermas, é o caminho de emancipação da sociedade, isto é, a condição para que o homem consiga trazer para si as rédeas da sociedade no sentido de uma definição de para onde queremos ir; é um espaço em que todos, por meio da exposição de si mesmos, da aparição pública, da apresentação de si, têm condições de conhecer as diferenças mútuas e de se conhecerem melhor.

A interação na *esfera pública* democrática aumenta a possibilidade de trazer à tona a melhor solução, o melhor argumento, o melhor ponto de vista, o melhor caminho a ser trilhado por aquele coletivo. Trata-se, portanto, do enfrentamento com vistas a um pacto, ao consenso. O que parece ter sido buscado pela coletividade usuária da Galeria dos Estados, que se organizou em associação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Por enquanto, o Lugar - não importa sua dimensão - é, espontaneamente, a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil, mas é possível pensar em elevar esse movimento a desígnios mais amplos e escalas mais altas. Para isso é indispensável insistir na necessidade de um conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico do território, interrogando-o a propósito de sua própria constituição no momento histórico atual." (SANTOS, 2002: 174)

"O território é a arena da oposição entre o mercado - que singulariza - com as técnicas da produção, a organização da produção, a "geografia da produção" e a sociedade civil -que generaliza -e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território e suporte de redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações." (SANTOS, 2002: 175)

Esta pesquisa teve por objetivo geral buscar explicações para o abandono e a degradação de espaços urbanos que se constituem em equipamentos públicos de grande utilização, a partir do caso da Galeria dos Estados, em Brasília, Distrito Federal.

Para alcançar o objetivo geral e nortear os passos da investigação foram identificados referenciais teóricos utilizados pela Administração para elaboração de diagnósticos de gestão urbana e localizar mecanismos jurídico-administrativos aplicáveis à gestão de equipamentos públicos urbanos. Procurou-se também analisar geograficamente o arcabouço teórico-conceitual inicialmente identificado, procurando alinhar dialogicamente a Administração, o Direito e a Geografia, no que concerne à governança na gestão de espaços urbanos;

Foram destacados processos históricos e aspectos geopolíticos de Brasília considerados relevantes para a fase empírica da pesquisa, tendo em vista o papel da Galeria dos Estados enquanto equipamento público urbano de grande circulação de usuários na capital federal. Além de detalhadas as condições de conservação e nível de utilização, eventuais problemas, carências e demandas dos usuários, bem

como iniciativas de gestão do local, analisando se estas levam em consideração as primeiras.

Sob a dimensão da Administração e do Direito, há indícios de que os responsáveis pela gestão ambiental urbana parecem não levar em conta os interesses e direitos dos cidadãos, nem os diversos territórios de poder que se configuram em um logradouro público, o que pode gerar resistências que provocam o enfraquecimento das estruturas de *governança*.

Ficou evidente a contribuição positiva da Geografia nos esforços interpretativos dos objetos de estudo da Administração sob a abordagem geográfica e do Direito, notadamente no presente estudo, que envolve as noções de governança e de espaço público urbano, apresentando os elementos fundamentais para a compreensão da organização e da evolução espacial. Compreensão que só se torna possível “mediante a acurada interpretação do *processo* dialético entre *formas, estrutura e funções* através do tempo”, o que ajuda a explicar “como o espaço social está estruturado, como os homens organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças” (SANTOS, 2008a: 50-53).

Propondo o uso da globalização (enquanto universalidade) e do corpo (enquanto particularidade) como recursos de interpretação integrada do fenômeno urbano, sem fugir do processo de pensamento que se baseia em descrever e explicar ou interpretar, a investigação aqui conduzida desvendou a Galeria dos Estados, como um local ambiciosamente projetado.

Nas contradições que emergem no decorrer do processo histórico, entretanto, fica evidente que na Galeria dos Estados, como em Brasília, a realidade se impôs ao símbolo. A grandiosidade projetada para a parte central de Brasília, definida como sua escala gregária, parecia intimamente ligada ao que se pensou para a nova Capital, em termos de elemento de desenvolvimento e de integração nacional. Diferentemente do previsto, entretanto, o lugar perdeu importância real e simbólica, deixando de desempenhar papel semelhante aos almejados *Piccadilly Circus*, *Times Square* e *Champs Elisées* não por falta de potencial urbanístico para tanto, mas, sim, por ausência de atenção dos responsáveis pela gestão urbana.

A *localidade* que se opõe à *globalidade* também se confunde com ela. E se o mundo nos é estranho, o lugar nos é próximo e é exatamente onde o mundo se

efetiva, se faz existir. "No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo". (SANTOS, 2012: 218)

Na Galeria dos Estados, as propostas de Santos (2012) parecem muito claras, tornando facilmente identificável "um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições cooperação e conflito" como base da vida em comum. Na qual a vida social se individualiza porque cada um exerce uma ação própria; e "a política se territorializa com o confronto entre organização e espontaneidade" porque a contiguidade é criadora de comunhão.

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2012: 218)

Nosso objeto foi, assim, analisado a partir da ideia de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos técnicos por meio dos quais o homem conforma seu mundo, e de sistemas de ações humanas que tanto se adaptam às novas técnicas quanto buscam superá-las concebendo novos objetos (SANTOS, 2012). Concepção que foi associada ao uso das categorias estrutura, processo, função e forma permitindo interpretação detalhada da Galeria dos Estados como um objeto técnico de alta complexidade funcional e estrutural.

Assumiu-se, entretanto, posição epistemológica holística, privilegiando a subjetividade do saber, o entendimento do homem como produtor de cultura, a atribuição de valor às coisas que nos cercam, características fundamentais da evolução da Geografia Cultural nas últimas décadas (GOMES, 2011).

A imagem que se desvendou à análise delineada para a Galeria dos Estados, parece encontrar consonância com a construção lógica daquilo que Nunes (2005) chamou de patrimônios subterrâneos. Porque "se encontram fora dos marcos consagrados"; "confrontam a lógica do 'ideário modernista' que Brasília expressa"; "não interessam às elites"; "são construídos por 'pessoas comuns' cujas histórias e bens culturais não fazem parte da história, da historiografia e da cinematografia

oficiais"; se dispersam sob formas variadas em diferentes espaços de sociabilidade; possuem defesa "complexa e permeada por fortes tensões em decorrência da heterogeneidade dos grupos que o constroem". (NUNES, 2005: 24-28).

Ousamos, então, tomar por empréstimo a Nunes (2005) a noção de *patrimônios subterrâneos*, para, adaptando-a, exercitar sua aplicação à Galeria dos Estados, para nós um patrimônio duplamente subterrâneo por situar-se, também materialmente, abaixo do nível da rua. Um local que, "embora efetivo, parece sequer existir" pois agentes públicos não parecem andar a pé, mas sim de carro e de helicópteros.

No encontro multidisciplinar, a pesquisa permitiu perceber que o direito à cidade, aparentemente entendido pela geografia e pela filosofia como uma utopia, é visto pelas ciências jurídicas como parte do direito ao meio ambiente, na condição de ambiente construído, ou admitida como patrimônio público. Espaços públicos urbanos se enquadram, assim, na categoria de bens tutelados como direitos de terceira geração, uma dimensão de direitos fundamentais que tem como destinatária toda a coletividade, de forma difusa e indeterminada.

Nesse sentido, a força normativa da Constituição se expressa infraconstitucionalmente por meio de diversos instrumentos jurídicos, dentre os quais se destaca o Estatuto da Cidade. Na condição de direito difuso, o direito à cidade é tutelado não só especificamente (Estatuto da Cidade), mas também como parte do direito ao meio ambiente (CF/88, art. 225; PNAMA; SISNAMA⁵³), e do patrimônio histórico e cultural nos casos aos quais se aplique a legislação de tombamento.

Foram identificados, portanto, diversos mecanismos jurídicos capazes de subsidiar a gestão democrática de equipamentos públicos urbanos e de favorecer as relações governo-sociedade de forma a ampliar o acesso a bens e serviços públicos de qualidade.

Tais dispositivos fornecem condições favoráveis à concretização da *governança urbana* enquanto arranjos voltados a soluções de "reorganização da vida urbana", numa "coalizão de forças mais ampla, em que o governo e a administração urbana desempenham apenas papel facilitador" (HARVEY, 2005, p. 171). Esses resultados, entretanto, respondem apenas as duas últimas questões de pesquisa, deixando pendente a primeira e principal delas.

⁵³ Artigo 225 da Constituição Federal; Política Nacional de Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente.

De fato, a pergunta que persiste é: se existem instrumentos jurídicos disponíveis para que o agente público, atuando em consonância com normas legais, possa agir como facilitador na gestão democrática de *espaços públicos* urbanos como praças, parques, pontos de ônibus, passagens de pedestres, estações rodoviárias e metroviárias, como entender as condições de abandono tão evidentes em certos equipamentos públicos?

Uma possível resposta passa pela compreensão de que “cada *lugar* é, à sua maneira, o mundo” e, sendo assim, “para apreender essa nova realidade do *lugar*, não basta adotar um tratamento localista, já que o mundo se encontra em toda a parte” (SANTOS, 2012, p.314). Tampouco é suficiente observar a influência geral das forças globais, de circulação capitalista, embora se deva admitir que a continuidade do fluxo na circulação do capital implique importante movimento espacial (HARVEY, 2011, p. 42) que se rebate fortemente sobre os *lugares*.

O entendimento do problema requer que se amplie a visão a ponto de “distinguir as atividades racionais visando a fins práticos das atividades comunicacionais mediadas por símbolos”, em outras palavras, “distinguir entre, de um lado, uma ação humana sobre o meio e, de outro, uma ação simbólica sobre o ser humano”, tendo em vista que ⁵⁴:

uma dada situação não pode ser plenamente apreendida se, a pretexto de contemplarmos sua objetividade, deixamos de considerar as relações intersubjetivas que a caracterizam. [...] Nessa construção, pois, além do próprio sujeito, entram as coisas e os outros homens (SANTOS, 2012, p. 314-315).

Para reforçar o valor dado às relações intersubjetivas que se manifestam nos *lugares* e conferindo-lhes a *força* para contraposição aos “vetores da hegemonia”, Santos (2012, p. 321:322) discorre ainda sobre a dimensão espacial do cotidiano, e sobre a forma como os pobres nas cidades “escapam do totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias”.

Com entendimento semelhante, Bourdieu (1999, p. 159-161) afirma que para entender os *lugares* é preciso “proceder a uma análise rigorosa das relações entre as estruturas do *espaço social* e as estruturas do *espaço físico*”, entendendo-se

⁵⁴ Aqui Santos (2012, p. 315) se refere à tipologia da ação social proposta por Weber e amplamente utilizada por estudiosos das ciências sociais aplicadas; aponta, também, o entendimento de Habermas, Simondon, Stiegler, Gehlen, Berger, Bathkin, entre outros autores que retomam a proposta weberiana.

espaço físico como o *lugar* onde os seres humanos (*agentes*), ou as coisas apropriadas, estão situados, têm lugar, existem.

[...] *agentes sociais* (e as coisas por ele apropriadas), que são constituídos como tais em e pela relação com um *espaço social* (ou melhor, com *campos*), estão situados num *lugar* do *espaço social* que se pode caracterizar pela posição relativa com outros *lugares* (acima, abaixo, entre, etc.) e pela distância que o separa deles (BOURDIEU, 1999, p. 159-161).

Entende-se, portanto, *espaço físico* em Bourdieu (1999, p. 159:163), (2001, p. 154:165) “pela exterioridade mútua das partes” e *espaço social* “pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem” [...] “nos contextos mais diversos, sob a forma de oposições espaciais”, de tal forma que

não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais do mundo acarreta: diferenças surgidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas [...].(BOURDIEU, 1999, p. 163-165).

Essa hierarquia, a rigor esse espaço estruturado de posições sociais, traduz-se no conceito de *campo* de Bourdieu. Distâncias sociais podem não ter quaisquer relações com as distâncias físicas, por isso a noção de *campo* não está associada a posições geográficas, mas simbólicas.

O que não significa que as distâncias sociais não possam ser simbolizadas geograficamente. Isso ocorre, sim, e é comumente observado pela distribuição no espaço físico de maior ou menor acesso a bens e serviços públicos ou privados. Possibilitando, assim, uma outra forma de interpretação para as condições de conservação e manutenção de espaços públicos urbanos.

O direito à cidade e, nela, aos espaços que oferecem serviços públicos urbanos são direitos fundamentais de terceira geração, constitucionalmente garantidos. Apesar disso, gestores parecem ter dificuldades em facilitar a construção da governança urbana, o que frequentemente resulta no abandono de praças, parques, passagens de pedestres, pontos de ônibus e outros equipamentos.

Parecem desconhecer ou ocultar as informações associadas aos objetos em decorrência da "intencionalidade de sua produção" (SANTOS, 2012: 218).

A discussão aqui apresentada trouxe à tona a força com que os *lugares* se contrapõem à lógica global que contrasta com as necessidades locais. Apontou para a necessidade de considerar a dimensão humana no estudo do *lugar*, categoria geográfica na qual se enquadrou o *espaço público* para fins da presente análise.

Registrou-se que não se trata de desprezar a influência das relações de produção sobre os lugares, mas de, adicionalmente, reconhecer a importância das relações intersubjetivas, do papel do sujeito, da força dos símbolos, na construção do cotidiano das cidades.

A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos mundos de sua própria racionalidade.

[...] A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática.

A ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a copresença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.

[...] Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma ação global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 2012, 338:339).

Conclui-se que, sem necessidade de excluir a abordagem dialética do materialismo histórico, é preciso e é possível entender equipamentos públicos como *campos* onde variados tipos de *jogos* ocorrem contínuos e, às vezes, simultaneamente. Onde a desigualdade e a exclusão se evidenciam pela presença de *elementos* que têm pouca ou nenhuma oportunidade de serem *pretendentes* (de desejarem participar de algum jogo), pois sequer pertencem a um campo qualquer, tamanha é a distância social que se configura.

Motivos pelos quais sugere-se que a governança na gestão de equipamentos públicos urbanos deva ser continuamente almejada pela busca da *esfera pública* no sentido de Habermas, ou seja, pelo direcionamento de esforços coletivos para a configuração de um espaço de convencimento, de reconhecimento e de aceitação mútuos, em busca da construção do consenso, e da ampliação das relações Estado-Sociedade de forma ética.

REFERÊNCIAS

- ABDALLA-SANTOS, Niedjha. L. **Qualidade de vida das cidades**. Brasília: ACLUG, 2011.
- _____. **Acesso à informação: conhecer a lei para exercer o direito**. Brasília: ACLUG, 2012.
- ABRAMO, Pedro. Uma teoria econômica da favela: quatro notas sobre o mercado imobiliário informal em favelas e a mobilidade residencial dos pobres. **Cadernos do IPPUR**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 2, 2002.
- ABRÚCIO, Fernando Luiz. **Reforma do Estado no federalismo brasileiro: a situação das administrações públicas estaduais**. *RAP*, Revista de Administração Pública, p. 401-420, mar.-abr. 2011.
- AGÊNCIA BRASÍLIA, o portal de notícias do Governo do Distrito Federal. **Passagens do Eixão revitalizadas** (20/01/2012). Disponível em: <<http://www.df.gov.br/noticias/item/250-passagens-do-eix%C3%A3o-revitalizadas.html>>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- ALCOFORADO, Flávio; KNOPP, Glauco. Governança social, intersetorialidade e territorialidade em políticas públicas: o caso da OSCIP Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS). III **Congresso CONSAD de Gestão Pública** (2010).
- ALMEIDA, J.C., SCALZER, R.S., COSTA, F.M. **Níveis Diferenciados de Governança Corporativa da Bovespa e Grau de Conservadorismo: Estudo Empírico em Companhias Abertas Listadas na Bovespa**. Fundação Instituto Capixaba em Contabilidade, Economia e Finanças, 2006.
- ALVES, Flamrion Dutra; PICCOLI NETO, Danilo. Alexander Von Humboldt: viajante, naturalista e entusiasta da harmonia da natureza. In: GODOY, Paulo R. Teixeira de (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: cultura Acadêmica, 2010.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Malheiros, 2003.
- _____. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. São Paulo: Malheiros, 2004.
- BORGES, L. F. X.; SERRÃO, C. F. B. **Aspectos de Governança Corporativa Moderna no Brasil**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n.24, P.111-148, Dez. 2005.
- BOURDIEU, Pierre. O conhecimento pelo corpo: o espaço social. In: _____. **Meditações pascalianas**. Tradução: Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- _____. Efeitos de lugar. In: _____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 fev. 2013.
- _____. **Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997** (Código de Trânsito Brasileiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/19503.htm>. Acesso em: 23 mai. 2013.
- _____. **Lei nº. 10.257, de 10 de julho de 2001** (Estatuto da Cidade). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 21 nov. 2012.
-

- _____. Ministério da Justiça. **Portal Institucional:** cidadania. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ315FFD2FPTBRNN.htm>>. Acesso em: 11 out. 2013.
- _____. Presidência da República. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O modelo estrutural de governança pública. **ReRE**, Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, Salvador, n. 10, p. 1-19, jun.-ago. 2007.
- BUNGE, Mario. **La ciencia, su metodo y su filosofía.** Buenos Ayres: Siglo Veinte, 1974.
- CAPEL, Horacio. **Geografia humana y ciencias sociales:** una perspectiva histórica. Barcelona: Montesinos Editor, 1987.
- CAPEL, Horacio; URTEAGA, Luis. **Las nuevas geografías.** - 1a. ed. 3a. reimpr. - Madrid: Salvat Editores, 1984.
- CARLOS, Ana Fani Alessandre. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Labur Edições, 2007.
- CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito; VIADANA, Adler Guilherme. In: GODOY, Paulo R. Teixeira de (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia.** São Paulo: cultura Acadêmica, 2010.
- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano:** 1. artes de fazer, p.175. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CIDADE, Lúcia Cony Faria. Ideologia, produção do espaço e apropriação da sacionatureza no Lago Paranoá. In: PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez; BARRETO, Frederico; CIDADE, Lúcia; JATOBÁ, Sérgio (org.). **Brasília 50 anos:** da capital à metrópole. Brasília: UnB, 2010. p. 195-224.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural.** Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** São Paulo: Ática, 1989.
- _____. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R.L. - 15ª ed. - **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Introdução à geografia cultural.** - 5a.ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- CORREIO BRAZILIENSE. **Quantidade de acidentes no Eixão nos últimos meses força novas medidas.** Publicação em 27/12/2011. Disponível em: <http://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/12/27/interna_cidadesdf,284209/quantidade-de-acidentes-no-eixao-nos-ultimos-meses-forca-novas-medidas.shtml>. Acesso em: 13 mar. 2013.
- COSTA, Lucio. **Relatório do Plano Pilôto de Brasília;** 1ºprêmio. Arquivo Público do Distrito Federal. Distrito Federal: ArPDF, 1957.
- CURY, Antonio. **Organização e Métodos:** uma visão holística. - 8. ed. rev. e ampl. - 2 reimpr. - São Paulo: Atlas, 2006. 600p.
- DINIZ, Maria Helena. **Dicionário Jurídico.** São Paulo: Saraiva, 1998, Vol.2.
- DISTRITO FEDERAL, Arquivo Público do Distrito Federal. **Série Cartões Postais.** Brasília: ArqPDF, 2010.
-

- _____. **Decreto Nº 17.928 de 20 de dezembro de 1996**. Acervo da Biblioteca da Procuradoria Geral do Distrito Federal (PGDF).
- _____, Terracap. **Brasília 57-85: do plano-piloto ao Plano Piloto**. Brasília: Terracap, 1985. 145p.
- DOLLFUS, Olivier. **O espaço geográfico**. São Paulo: Saber Atual, 1972.
- ECCLES, John C. **How the self controls its brain**. New York: Springer-Verlag, 1994.
- FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Curso de direito constitucional**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**: tradução de Flávio Paulo Meurer. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão européia do Livro, 1972.
- GUIMARÃES, S.T.L. **Paisagens**: aprendizados mediante experiências. Um ensaio sobre interpretação e valoração da paisagem. Tese (livre-docência). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro/SP, 2007.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. Aveiro: Fontes digitais da Universidade de Aveiro, 2003.
- GONÇALVES, Augusta Salin. Questões metodológicas e as ciências naturais e humanas. **Síntese Nova Fase**. V22 N.70(1995): 367-382.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. - 10a. ed. - Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.
- _____. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Vol. II. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997, p. 92.
- _____. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAESBERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. In: HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P.; PIRES, C.L.Z.; UEDA, Vanda (Orgs.). **A emergência da multiterritorialidade**: a ressignificação da relação do humano com o espaço. Canoas: Ed. ULBRA; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.
- _____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. **Espaços de esperança**. - 5a. ed. - Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2012.
- _____. Espaço como palavra-chave. **GEOgraphia**, v.14, n.28 (2012). - Tradução livre: Letícia Gianella. Revisão técnica: Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. - Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/551>>. Acesso em: 13 jul 2013.
- _____. **O direito à cidade nas manifestações urbanas**: entrevista inédita com David Harvey. Publicada em 29/08/2013 no website da Editora Boitempo. Disponível em <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/08/29/o-direito-a-cidade-nas-manifestacoes-urbanas-entrevista-inedita-com-david-harvey/>>. Acesso em: 30 ago. 2013.
-

- HEGENBERG, L. **Etapas da investigação científica**. São Paulo: EPU:EDUSP, 1976.
- HEGENBERG, L.; ARAÚJO JÚNIOR, A. H.; HEGENBERG, F.E.N. (orgs). **Métodos de pesquisa**: de Sócrates a Marx e Popper. São Paulo: Atlas, 2012.
- HERBERT, Nick. **Elemental mind human consciousness and the new physics**. New York: Dutton, 1993.
- HOLANDA, Frederico de. **Brasília**: cidade moderna, cidade eterna. Prefácio de Andrey Rosenthal Schlee. Brasília: FAU/UnB, 2010.
- IBCG, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Origem da Boa Governança.**, s.l.: s.n. , 2007.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico do Brasil 2012**, v. 72. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- JORNAL DE BRASÍLIA. **Eixão: população exposta ao risco todos os dias**. Publicação em 18/02/2014. Disponível em: <<http://www.jornaldebrasil.com.br/noticias/com-estilo/530429/eixao-expostos-ao-risco-todos--os-dias/>>. Acesso em: 18 fev. 2014.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2011.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas; amostragens e técnicas de pesquisa; elaboração, análise e interpretação de dados. - 7. ed. - 3. reimpr. - São Paulo: Atlas, 2010.
- LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialéctica**. - tradução de M^a Esther Benitez Eiroa -. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1970.
- _____. Reflections on the politic of space. - trad. de M. enders. - **Antípode**, n. 8 (1976): 30-37.
- _____. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- _____. **El materialismo dialectico**. Versão digitalizada PsiKolibro (2005). Disponível em: <<http://www.elaleph.com/>>. Acesso em: 3 fev. 2013.
- _____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MINDLIN, Henrique E.; PALANTI, Giancarlo; et al. **Brasília - Plano Piloto**: relatório justificativo. Arquivo Público do Distrito Federal. Brasília: ArqPDF, 1957.
- MIRANDA, Antonio. **Ecologia Brasiliense**: um poema (poema extraído do livro Brasília: capital da utopia). Disponível em: <http://brasiliapoetica.blog.br/site/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=18&Itemid=44&limit=35&limitstart=560> Acesso em: 10 jul. 2013
- MOREIRA, Ruy. **Geografia**: teoria e crítica; o saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.
- _____. Marxismo e geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **GEOgraphia** - ano 6 - n.11 - 2004 - UFF.
- _____. **O que é geografia**. - 2.ed. rev. atual. -. São Paulo: Contexto, 2009.
-

_____. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. - 2.ed. -. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. **Geografia e práxis**: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MORIN, Edgar. **O método**: 1. a natureza da natureza. - 2ª. ed. - Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Lisboa: Publicações Europa-América, 1987.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**; tradução de Catarina Eleonora F da Solva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. - 2. ed.rev. - São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

MOTA, Suetônio. **Planejamento urbano e preservação ambiental**. Fortaleza: UFC, 1981.

NASCIMENTO, Daniel Trento do; CAMPOS, Édson Tele; SCHENINI, Pedro Carlos. Estatuto da Cidade: um instrumento para a participação social na gestão urbana. **Katálysis**, Florianópolis, v. 6, n. 2, p.181-182, jul.-dez. 2003.

NASCIMENTO, Judite Medina do; LOPES, Antero Emílio; PIRES, Zuleica Samira. O município da Praia: governança e desenvolvimento urbano sustentável. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 5, n.6, p. 1358-1373, 2012.

NUNES, José Walter. **Patrimônios subterrâneos em Brasília**. São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Márcio de. **Brasília**: o mito na trajetória da nação. Brasília: Paralelo 15, 2005.

PAVIANI, Aldo. Apresentação. In: _____ (org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. Brasília: UnB, 2010.

PELUSO, Marília Luíza. Brasília: do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrativa. **Espaço & Geografia**, Vol. 6, Nº 2 (2003), 1:29, ISSN: 1516-9375.

PMI, *Project Management Institute*. **Gerenciamento efetivo das partes interessadas utilizando equipes de organização**. PMI *Brazil*, 2010. Disponível em: <<http://brasil.pmi.org/brazil/KnowledgeCenter/Articles/GerenciamentoDasPartesInteressadas.aspx>>. Acesso em: 12 jul. 2012.

POSNER, E. A. *Agency Models in Law and Economics*. John M. Olin. **Law & Economics Working Paper**. Nº. 92, série 2. 2000.

PREISER, Wolfgang; RABINOWITZ, Harvey; WHITE, Edward. **Post-Occupancy Evaluation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1988.

RHEINGANTZ, Paulo Afonso et al. **Observando a qualidade do lugar**: procedimentos para a avaliação pós-ocupação. Universidade Federal do Rio de Janeiro / Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ, 2009.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O capital da esperança**: a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília. Brasília: EdUnB, 2008.

RUA, Maria das Graças. Desafios da administração pública brasileira: governança, autonomia, neutralidade. **Revista do Serviço Público**, v. 48, n. 3, set.-dez. 1997.

SAEP/DF, Sindicato dos auxiliares de administração escolar em estabelecimentos particulares de ensino no Distrito Federal. **Vandalismo e mau cheiro nas passarelas do eixão**, (28/02/2009). Disponível em: <<http://www.saep.org.br/default.asp>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

SANTOS, Milton. **Sociedade e Espaço**: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB-SP, n. 54, p. 81-99, jun. 1977b. Disponível em: <http://miltonsantos.com.br/site/wpcontent/uploads/2011/08/sociedade-e-espaco-a-formacao-social-como-teoria-e-com-metodo_MiltonSantos_1977.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2013.

_____. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, p. 103-109, jul.-dez. 2000. Disponível em: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.

_____. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: USP, 2002.

_____. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: USP, 2005.

_____. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. São Paulo: USP, 2007.

_____. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: USP, 2008a.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: USP, 2008b.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: USP, 2008c.

_____. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5. ed. São Paulo: USP, 2009.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2012.

SARLET, Ingo. Os Direitos Fundamentais Sociais na Constituição de 88. **Revista Diálogo Jurídico**. Ano I - Vol. I - N.º.1 - Abril de 2001 - Salvador - Bahia - Brasil.

SAUER, Carl O.. A educação de um geógrafo. **GEOgraphia** – Ano. II– N.º4 – 2000. Tradução de Werther Holzer, Departamento de Urbanismo, UFF. Disponível em: <www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/47>. Acesso em: 11 nov. 2012.

_____. Geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Introdução à geografia cultural**. - 5a. ed. -. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SEEMANN, Jörn. Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. **OLAM - Ciênc. & Tec**. Rio Claro Vol 3 n.1 p. 200 - 223 Setembro / 2003.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. - Tradução de Marcos Aarão Reis; 3a.ed. - Rio de Janeiro: Record, 2003.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SLOMSKI, Valmor; MELLO, Gilmar Ribeiro de; TAVARES FILHO, Francisco; MACÊDO, Fabrício de Queiroz. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Cidade: lugar e geografia da existência. In: SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Novos estudos de geografia urbana**. Salvador: Ed. Da Universidade Federal da Bahia, 1999.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: editora UNESP, 2004.

STAPP, Henry P. *Mind, matter, and quantum mechanics*. **Foundations of Physics**, 12: 363-98, 1982.

_____. **Mind, matter, and quantum mechanics**. New York: Springer-Verlag, 1993.

STERN, Julio Michael. Prefácio à HEGENBERG, Leônidas; ARAÚJO JÚNIOR, Antonio Henriques; HEGENBERG, Flávio Edmundo Novaes (orgs). **Métodos de pesquisa**: de Sócrates a Marx e Popper. São Paulo: Atlas, 2012.

STUART, C. I. J. M.; TAKAHASHY, Y; UMEZWA, M. *Mixed system brain dynamics*. **Foundations of Physics**, 9: 301-29, 1978.

TAVARES, Marcelo Leonardo. **Previdência e Assistência Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

TRIBE, John. Cuestiones epistemológicas del conocimiento del turismo. - Traducción Dr. Adriana Otero (2006). - **Investigacion cualitativa en turismo, ontologia, epistemologías y metodologías**. Disponível em: <<http://www.ceplades.com.ar/>>. Acesso em: 30 fev. 2013.

TUAN, Yi-Fu. Images and mental maps. **Annals Assoc. Amer. Geogr.**, v.65, n.2, p.205-213, 1975.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

USP/IAGCA, Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Astronômicas da Universidade de São Paulo. **Cultura e extensão**; materiais didáticos: pergunte a um astrônomo. Disponível em: <<http://www.iag.usp.br/astrologia/pergunta/1374804485>>. Acesso em: 12 ago. 2013.

UTZ, Konrad. O método dialético de Hegel. **Veritas**. - Porto Alegre, v.50, n.1, março 2005, p. 165-185.

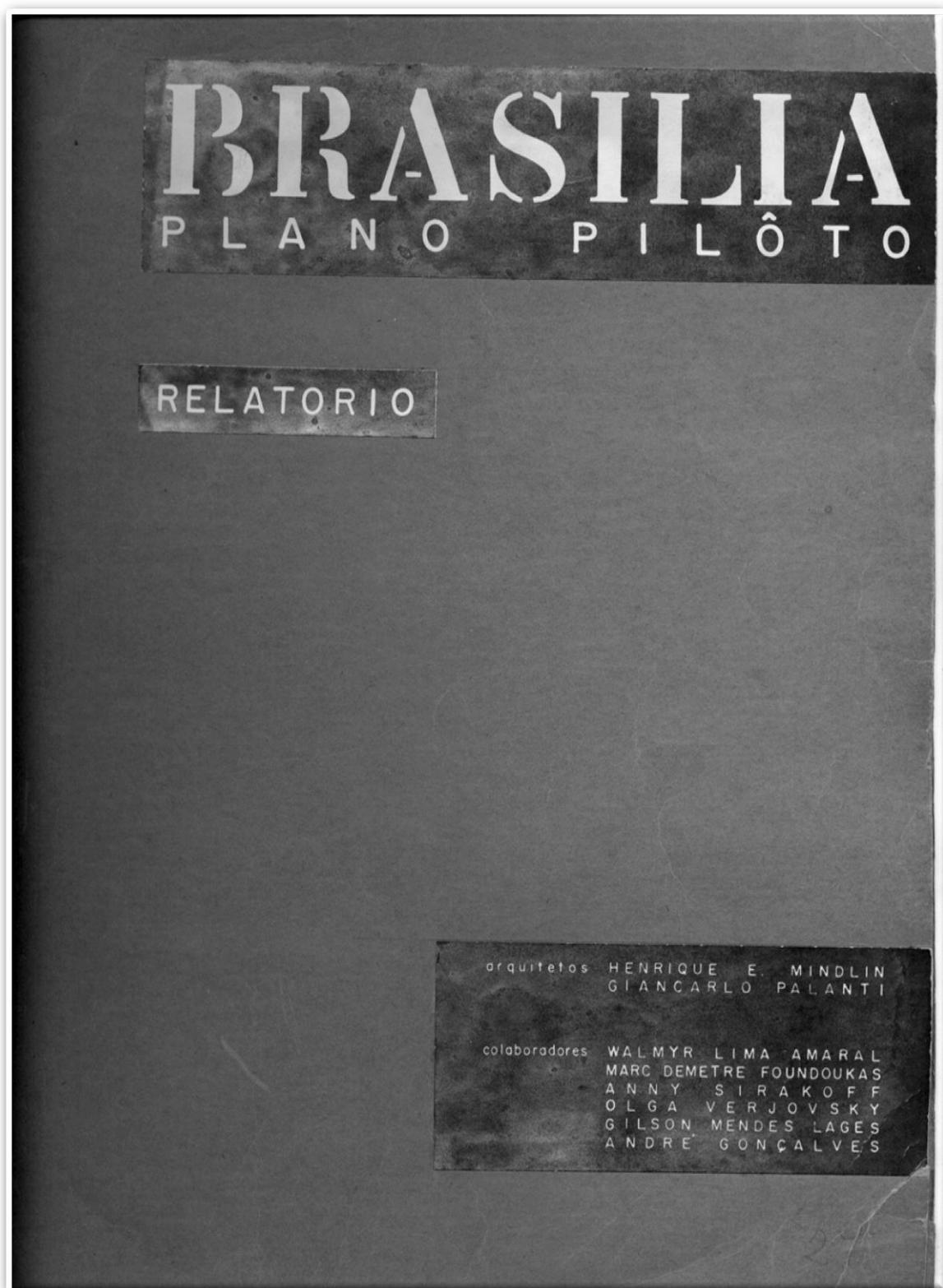
ZEISEL, John. **Inquiry by design**. Monterey: Brooks/Cole Publishing Company, 1981.

WALKER, E. H. *The nature of consciousness*. **Mathematical Biosciences**, 7: 131-78, 1970.

Weis, Carlos. **Direitos Humanos Contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 1999.

WOLF, Fred Alan. **Star wave: mind, consciousness, and quantum physics**. New York: Macmillan, 1984.

World Bank. 1992. *World Development Report 1991 : The Challenge of Development*. **World Bank**. © World Bank. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/5974>>. Acesso em: 12 ago. 2013.



Anexo 1-1: Relatório Brasília Branco Piloto. Pág. 0/12 (Capa).

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

BRASILIA - PLANO PILOTORELATÓRIO JUSTIFICATIVO**Arquitetos:**

Henrique E. Mindlin
Giancarlo Palanti

Colaboradores:

Walmyr Lima Amaral
Marc Demetre Foundoukas
Amy Sirakoff
Olga Verjovasky
Gilson Mendes Lages
André Gonçalves

Seria fácil começar este relatório com uma discussão negativa e estéril. Tais foram as controvérsias que cercaram, em seu início, a formação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e a abertura do Concurso Nacional do Plano Piloto, que seria possível deixar-se levar pelos aspectos mais superficiais desses debates e chegar a encarar com pessimismo e azedume um grande empreendimento - a construção de uma nova capital para o país. Poder-se-ia criticar aspectos menores, ou formais, da estrutura que serve de base à organização da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil; ou então, com alguma propriedade, trazer à tona pontos fracos do Edital desse Concurso, produto da transigência de pontos de vista bastante diferentes, de que resultaria à primeira vista, a diluição do problema proposto, pois a sua postulação específica quase perde o rigôr e a nitidez necessários ao se espraiar em aspectos periféricos, inteiramente à margem da questão central de maior importância. Na realidade, porém, toda essa crítica também não iria ao âmago do problema. Cumpre salientar que se trata de um grande sonho a caminho da realidade - um dos grandes sonhos de nossa história de povo independente - não cabe, portanto, opôr-lhe obstáculos, insistindo em debates de ordem secundária. O que cabe aos realmente interessados na solução do problema é apenas esclarecer todos os seus pormenores a fim de que não só os conceitos fundamentais e planos propostos, como também as responsabilidades de execução se harmonizem, levando o empreendimento à meta desejada.

O que se pretende realizar é, evidentemente, uma cidade mode-

2.

lo que, funcione com amenidade e eficiência e que se caracterize plasticamente como capital político-administrativa de uma grande nação moderna conscientemente em busca de um destino melhor. Ora, não existe, em nossos dias, nenhuma dificuldade maior, quanto à concepção e ao planejamento de uma cidade capaz de corresponder a esse objetivo. Em todo o mundo, as cidades já sofreram bastante o impacto da atual civilização industrial e os efeitos de uma especulação imobiliária desordenada, estando já fixado, no consenso geral, o ideal de uma cidade diferente, digna do nosso tempo e do futuro que desejamos construir. Para planificá-la é apenas necessário que se percorra, com honestidade, paciência e imaginação, todas as fases de trabalho sugeridas pela boa técnica - e que, na criação consequente de uma obra de arte eminentemente coletiva, como é, por força de sua essência, uma cidade que cresce através de gerações, se tenha a humildade imprescindível para um trabalho em conjunto, no sentido mais amplo e profundo da expressão.

Esse planejamento, entretanto, não poderá ser nada mais que um começo de realização. Entre o conceber uma cidade, e o dar-lhe corpo e vida, vai a mesma distância que há entre o preparo teórico de um bom programa de educação e cultura e a formação e amadurecimento de uma geração de homens capazes e cultos, como consequência da aplicação desse programa.

No caso da Nova Capital do Brasil, cabe no Plano Piloto apenas a esquematização de um rumo e de uma tendência. De confronto e da síntese de vários planos assim como da análise dos problemas que esses planos suscitam, poderá emergir uma direção para estudos posteriores, de um Plano Diretor, entrosado com um Plano Regional. Nada disso porém, terá o menor sentido prático se não se proporcionar, aos órgãos responsáveis pela sua execução, por um lado a possibilidade de proteger o empreendimento do jogo de interesses imediatistas, por outro, o amparo político-econômico e financeiro indispensável. No primeiro caso, uma legislação apropriada, concretizando inovações e princípios ainda não experimentados em nosso meio; no segundo, de todo um programa de governo, que vise objetivar, na realidade, a marcha para o interior sugerida pela mudança da Capital Federal. Em outras palavras, nem um bom Plano Piloto - ou, mais tarde, um bom Plano Diretor - nem a sua utilização sistemática e constante, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, poderão assegurar, por si só, o êxito do empreendimento. Esse depende, mais que de qualquer outro fator, da política geral de desenvolvimento do país, de uma política que dê sentido econômico à nova Capital e que torne o centro de um território em expansão, pujante de vida e cheio de ação.

3.

Nesta fase dos trabalhos relativos à construção da Nova Capital, o problema apresentado pelo Concurso do Plano Piloto só poderá, por conseguinte, ser encarado com objetividade e proveito positivo, sem digressões acadêmicas ou divagações meramente teóricas, si for severamente delimitado e si a solução, neste momento, permanecer, despretenciosamente, no campo da esquematização preliminar, ou seja da própria realidade dos fatos a considerar. Em termos práticos e concretos, esse problema é apenas o de sugerir, na área escolhida, uma disposição adequada e economicamente viável dos elementos principais da cidade. A tanto se limita pois, o presente trabalho.

Neste ponto, convém referir certos dados relativos à população prevista para a Nova Capital. Em um total de 500.000 habitantes, considerou-se uma proporção de 35% empregados em ocupações remuneradas, ou seja, 175.000 pessoas, incluindo homens e mulheres. Disso resulta uma distribuição, organicamente provável, nas seguintes categorias:

Funcionários -	40%, i.e., 70.000 pessoas (uma proporção provavelmente excessiva, mas que se justifica, a título provisório, nesta fase)
Indústria -	10%, i. e., 17.500 pessoas
Comércio, administração, profissões, negócios, etc.	30%, i.e., 52.500 pessoas
Transportes, agricultura e serviços auxiliares	20%, i.e., 35.000 pessoas

Si a proporção de funcionários parece exagerada, aquela reservada à indústria foi propositadamente reduzida, em face do caráter que se pretende dar à cidade. Deriva de um coeficiente provável cujo ajuste final depende dos planos definitivos de construção da cidade.

Deve-se contar ainda, no caso particular da Nova Capital com uma ponderável população itinerante, de vários milhares de visitantes diários, e exigindo acomodação satisfatória em hotéis e hospedarias.

Finalmente, cabe observar que a esquematização proposta inclui uma razoável possibilidade de expansão além do total máximo de 500.000 habitantes indicado aos concorrentes.

Isso parece inteiramente justificado, como previsão de longo alcance, si se considerar o provável aumento da população do Brá

4.

sil, nos próximos cem anos, e principalmente si se estabelecer um paralelo com o desenvolvimento demográfico da América do Norte e o crescimento de Washington D.C.

Com efeito, embora não se pense em transferir para a Nova Capital, nas primeiras fases do seu desenvolvimento, senão algumas dezenas de milhares de funcionários, não é lícito deixar de prever para um futuro possivelmente mais remoto um acréscimo maior. Acrescento que corresponderá, na realidade, à progressiva concentração do governo da República na Nova Capital, e à envergadura cada vez maior dos seus órgãos diversos, em função do próprio crescimento da população do país. Em tais condições, torna-se evidente que uma população total de 500.000 habitantes jamais poderá incluir a totalidade dos funcionários em serviço na futura Capital Federal. Conseqüentemente, parece mais razoável estabelecer, de ante-mão, margem de expansão suficiente, do que adiar, para um futuro que já se pode descortinar, a solução do problema - solução que, de outro modo, só poderia ser encontrada em "cidades dormitório" satélites, acarretando distâncias excessivas entre o local de habitação e o de trabalho. Além disso, a previsão de uma área total relativamente ampla não representa, no esquema proposto, nenhum onus considerável no custo dos melhoramentos básicos, pois apenas afeta em grau ponderável algumas das vias de comunicação do eixo dos setores de habitação.

Em suma, um plano adequado para a Nova Capital, exige que o problema seja encarado com otimismo. Ou bom Brasília será, dentro de alguns anos a Capital do Brasil, e por isso planejada para que efetivamente funcione como tal, ou então se terá desperdiçado o idealismo de toda uma geração que tornará inevitável que a nova cidade se apresente como um conjunto desproporcionadamente articulado, quaisquer que sejam os critérios urbanísticos adotados.

Neste Plano Piloto, procurou-se criar uma cidade imersa em áreas verdes, humana e agradável, dotada de vias de comunicação claramente sistematizadas, com todos os setores necessários orgânica e naturalmente dispostos em função de uma estrutura lógica e aproveitando a conformação do terreno.

O seu traçado básico decorre da maneira com que se espraiam os braços da represa e da localização aproximado das grandes vias de acesso ao sítio da Capital e se desenvolve em torno de dois eixos principais: o primeiro, no sentido Leste-Oeste, ligando a Residência Presidencial ao ponto mais alto do sítio onde serão situadas as sedes dos três poderes da República, que se pode denominar de "Capitólio". Ao longo desse eixo se desenvolvem as áreas destinadas aos órgãos da administração federal, com acesso fácil ao "Capitólio", e as sedes de embaixadas e legações, perto da Residência Presidencial; o segundo, no sentido Norte-Sul, cruzando o primeiro

5.

numa área destinada ao centro cívico e comercial da cidade, e ligado às zonas residenciais que se estendem nas duas direções, Norte e Sul.

A área destinada ao "Capitólio" é separada das estradas de ferro e de rodagem por extenso parque florestal que deverá ser criado desde o início da fase de execução. A Oeste dessas vias se localiza um setor industrial, com núcleos de habitação próprios. Das estações rodoviária e de ferrovia parte um eixo Oeste-Leste secundário, servindo de acesso ao centro da cidade, e facilitando o abastecimento de gêneros alimentícios e mercado - rias tanto à zona central como às zonas residenciais.

Em uma área especialmente favorável, localizada entre dois braços da represa, no quadrante N-E, estão os centros hospitalares e universitários principais. Ao lado oposto, no quadrante S-E, sempre aproveitando os locais resultantes da configuração acidentada da represa, o centro esportivo e balneário, suficientemente afastado do aeroporto da cidade. Na periferia da cidade ficam também dois cemitérios e um setor de alojamentos militares. Em torno do conjunto, está previsto um cinturão verde, que não só delimitará a cidade e impedirá o seu crescimento desordenado, como atenderá às necessidades de suprimento agrícola.

As zonas residenciais estão organizadas em núcleos bem caracterizados por áreas verdes próprias e pela previsão dos elementos de uso coletivo indispensáveis, proporcionais à população do núcleo: estabelecimentos de ensino primário e pré-primário, postos de saúde, parques de recreação infantil, centros de comércio, etc. Para efeito da investigação de densidade cabível nesta fase dos estudos, foram projetados em quatro tipos diferentes (três dos quais exemplificados na prancha respectiva), contendo proporções variáveis de blocos de apartamentos e de residências isoladas ou geminadas, como demonstra o quadro na página seguinte.

6.

Tipo 1

Blocos	30 (de 10 pavimentos)
Habitantes	7.200
Densidade líquida	576 hab./ha

Tipo 2

Blocos	18 (de 10 pavimentos)
Lotes para casas isoladas de dois pavimentos	88
Habitantes	5.200
Densidade líquida	412 hab./ha

Tipo 3

(Destinado principalmente à zona industrial)

Blocos	12 (de 10 pavimentos)
Lotes para casas isoladas de dois pavimentos	132
Habitantes	4.200
Densidade líquida	333 hab./ha

Tipo 4

Lotes para casas geminadas de dois pavimentos	342 (2 famílias)
Habitantes	3.420
Densidade líquida	232 hab./ha

A concentração em blocos de 10 pavimentos sugerida para a maioria das habitações resultou de madura consideração e visou não só a liberação do terreno, em consequência de uma taxa de ocupação bastante baixa, e a redução do custo dos melhoramentos públicos, como também o aproveitamento mais econômico possível das instalações e dos serviços mecânicos tais como o de elevadores.

Esses núcleos estão grupados em conjuntos de várias unidades, em faixas paralelas ao eixo Leste-Oeste, e separadas umas das outras por zonas verdes onde se localizam elementos de uso coletivo proporcionais ao número já maior de habitantes de cada conjunto de núcleos (igrejas, cinemas, corpo de bombeiros, agências bancárias, mercados, agências postais e telegráficas, e etc.).

Evidentemente, cabem inúmeras variações no uso das quadras correspondentes a cada núcleo. Nesta fase tentou-se apenas exemplificar os conceitos básicos a fim de demonstrar a possibilidade de alojar toda a população em área relativamente pequena, sem prejuízo das ótimas condições de distribuição, insolação, aeração, tanto quanto as de amenidade geral obtidas no esquema.

7.

Mais adiante, ao se tratar dos problemas de legislação e financiamento, ter-se-á a oportunidade de demonstrar que o planejamento rigorosamente preciso de cada núcleo não operará, necessariamente, nenhum obstáculo à transação fácil e parcelada dos valores imobiliários, indispensável à rápida obtenção, pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital, dos recursos exigidos para o bom desenvolvimento dos seus trabalhos.

Está também previsto o uso para residências de maior porte, ou de carácter menos citadino, de várias zonas privilegiadas como as das margens da represa ou a dos parques situados junto às áreas das embaixadas e legações.

A zona industrial, organizada adequadamente quanto ao tráfego de matérias primas e mercadorias, compreende apenas o necessário ao desenvolvimento equilibrado da cidade no que diz respeito à distribuição normal das várias formas de atividade e às necessidades das manufatureiras mais imediatas. Basta citar, outra vez, o caso de Washington, D.C., onde cerca de 7% da população ativa se acha empregada em indústrias diversas, além de outros 7% na indústria de construção civil, para se verificar que o carácter político-administrativo de uma capital não poderá significar, na prática, a ausência total de indústrias fabris. Ladeando a área reservada aos lotes industriais foi prevista, por conseguinte, uma zona residencial de tipo popular, capaz de alojar cerca de 10% da população total da cidade.

A zona correspondente ao centro cívico, comercial e administrativo, tendo próximo, por razões óbvias, o mercado central, foi proporcionada de maneira a atender não só às necessidades da cidade em si, como àquelas maiores, decorrentes da função político-administrativa dessa cidade no quadro nacional. Essas necessidades se acentuam, por exemplo, no caso das atividades financeiras, bancárias e profissionais, assim como num maior número de lojas, hotéis, restaurantes, estabelecimentos de diversões, etc., exigidos pela população itinerante, atraída à Capital Federal, de outros pontos do país e do exterior.

As vias de comunicação correspondem no traçado no detalhe, à sua hierarquia funcional dentro do conjunto. Dividem-se por isso em vias de tráfego arterial rápido (parcialmente em nível elevado) de tráfego local e de tráfego lento, no interior dos núcleos residenciais. Dedicou-se especial cuidado ao estudo dos cruzamentos, a fim de organizar o tráfego de maneira prática e eficiente. O aparente excesso de trevos que se pode notar nos desenhos apresentados prende-se, precisamente, à intenção de solucionar todos os problemas de tráfego apenas com o automóvel e

8.

o onibus (elétrico, de preferência), evitando, de vez, o "subway" e outros sistemas igualmente descabidos em uma cidade deste tamanho.

As distâncias máximas entre os pontos de ligação constante são, em cada caso, não só inferiores às admissíveis, como efetivamente razoáveis, si se considerar que este plano assegura condições de tráfego rápido e fácil.

As linhas de transporte coletivo estão esquematizadas na prancha respectiva, onde se pode constatar a simplicidade com que foi resolvido o problema, com um número reduzido de linhas necessárias. Está prevista no sistema, naturalmente, a transferência de passageiros de uma linha para outra, no caso de continuação do percurso no mesmo sentido da passagem inicial.

Os melhoramentos públicos indispensáveis à instalação da cidade constituem, graças ao tipo de utilização do terreno preconizado, um onus inferior ao verificado geralmente em cidades de população comparável à da nova capital. Quaisquer coeficientes que pareçam mais altos à primeira vista, como aqueles que se constata com relação à arborização de ruas e praças, ou a obras de arte (crusamentos, trechos elevados, trevos, etc.), se justificam plenamente pelo propósito de criar uma cidade digna de ser a capital da República.

O quadro abaixo, discriminando aproximadamente a extensão dos melhoramentos previstos para a etapa de crescimento relativo a 500.000 habitantes, demonstra claramente o sentido econômico que contém este plano.

I - Pavimentação	
a) Ruas e avenidas (inclusive o trecho da rodovia de acesso entre as duas entradas) - asfalto	6.160.000 mq
b) Ruas interiores e ruas de ligação - macadam	1.270.000 mq
c) Passeios	3.450.000 mq
d) Pavimentação de praças	975.000 mq
II - Arborização	
a) Ruas e avenidas	7.850.000 mq
b) Praças	3.700.000 mq
III - Obras de arte	
a) Passagem elevada no eixo Leste-Oeste	86.000 mq
b) Pontes (2)	24.000 mq
c) Trevos	6
d) Crusamentos	7
d) Tunel e pontilhão	1

9.

IV - Utilidades

Fôrça elétrica, iluminação pública,
telefone, água, esgôto primário, es-
gôto pluvial, Corpo de Bombeiros

4.400.000 ml

V - Parques

20.000.000 mq

A superfície total abrangida por este plano atinge a cerca de 20.000 hectares. Esse número, entretanto, poderia dar uma idéia falsa da verdadeira distribuição das várias zonas e do seu dimensionamento em função da população. Na realidade, essa área de quase 20.000 hectares se decompõe da seguinte forma:

Superfície urbana propriamente dita, inclusive parques	6.300 ha
Superfície para desenvolvimento futuro de:	
habitação	3.362 ha
Ministérios	455 ha
centro comercial	345 ha
res. de luxo	300 ha
	4.462 ha
Zonas suburbanas (aeroporto, centros esportivos, balneários, centros universitários e hospitalares, vila militar)	5.500 ha
Zonas verdes para agricultura	3.720 ha
Na área urbana propriamente dita, de 6.300 ha, as várias zonas se distribuem na seguinte proporção:	
"Capitôlio"	60 ha
Zona dos Ministérios	270 ha
Centro cívico-comercial	180 ha
Zona das Embaixadas	250 ha
Parques	2.720 ha
Zonas Residenciais	2.550 ha
Zona industrial	270 ha

Dentro da realidade objetiva em que se procurou conservar o estudo deste plano piloto, só cabe, quanto à esquematização das etapas de crescimento da cidade, a indicação das áreas a desenvolver em cada fase. É o que consigna, portanto, a prancha respectiva, que prevê os seguintes índices de população para cada etapa:

1a. etapa (preliminar)	57.500 habitantes
2a. etapa	143.000 "
3a. etapa	280.000 "
4a. etapa (final, ressalvadas as observações já feitas)	480.000 "

10.

Cabe aqui, entretanto, uma sugestão: resultaria, sem dúvida, num desenvolvimento mais acelerado o uso, em todas as construções, em que fôsse possível, de estrutura metálica substituindo a estrutura de concreto armado.

Uma legislação adequada à defesa dos bons princípios urbanísticos e um sistema de financiamento capaz de proporcionar os recursos necessários, são condições essenciais à efetivação de qualquer planejamento de longo alcance.

Entretanto, a forma de obtenção desses recursos, codificada em lei, não deve ser uma simplista aplicação de idéias meramente inovadoras, nem reprodução da experiência de outros povos. Deve-se considerar, sempre, as condições político-sociais do país em que se pretende implantar tal planejamento: a índole de seu povo e as disponibilidades necessárias à consecução do plano.

No caso de Brasília, a adoção de premissas meramente teóricas, poderia provocar o fracasso do planejamento, pela inaceitação popular. Por isso são inaplicáveis, no nosso meio, muitas das idéias diretoras das legislações estrangeiras. O problema fundamental do urbanismo europeu atual prende-se às necessidades, do pós-guerra, de reconstrução e desenvolvimento de certas cidades ou, então, de reconstrução e reequipamento dos respectivos parques industriais.

É o que se depreende, por exemplo, da análise da legislação inglesa de 1947 (Town and Country Act). Além de determinar condições relativas aos problemas referidos, essa lei visa condições particularíssimas da Inglaterra: grande densidade demográfica e um sentido de nacionalização da indústria decorrente das idéias socialistas dominantes.

Assim, a propriedade desapropriada pela Côrôa não seria revendida, após a urbanização, e sim arrendada por prazo nunca superior a 99 anos, exceto em situações muito especiais, sendo, em muitos casos, a iniciativa particular cercada em favor da iniciativa estatal.

Não é esse o problema brasileiro. Em nosso país, devido à baixa densidade demográfica e ao regime político-social vigente, não se torna necessária uma restrição aos direitos de propriedade privada urbana; por outro lado, sendo o Brasil um país de menores recursos e desenvolvimento industrial incipiente, a preocupação constante de nossos governos tem sido, especialmente a do atual, a criação de condições favoráveis ao investimento de capitais internos e externos. É esta a orientação brasileira, que, só em casos particulares de indústria de base, como a petrolífera, admite o monopólio estatal.

No caso da Nova Capital, os problemas gerais relativos à legislação sobre o uso da terra e à movimentação dos valores imobiliários deveriam ser propostos com os seguintes objetivos:

- a) - manter, dentro de limites compatíveis com a preservação dos planos a serem estabelecidos, o jôgo da especulação imobiliária; isto é, aceitando a sua existência como fato real da vida econômica, aproveitá-la como força promotora de recursos e investimentos, impedindo dessa maneira sua ação no desvirtuamento dos planos urbanísticos, tão comum

em quase todo o mundo.

- b) - criar um sistema de venda de terreno vinculado ao seu uso legítimo e, ao mesmo tempo, bastante flexível, sob o ponto de vista operacional, para permitir à Companhia Urbanizadora da Nova Capital a imediata e fácil movimentação das suas disponibilidades em potencial, mormente aquelas representadas pelos terrenos a serem urbanizados.

O primeiro objetivo seria atingido, sem dificuldade, pela elaboração de uma legislação apropriada que condicionasse rigorosamente o uso do terreno às determinações pré-estabelecidas pelos órgãos de planejamento competentes, impedindo alterações eventualmente indispensáveis, a não ser as de exclusivo interesse público.

Quanto ao segundo, poderia a Companhia Urbanizadora da Nova Capital chegar ao fim almejado, mediante uma inovação relativamente simples e inteiramente justificada pelas formas correntes de transação de valores imobiliários. Essa inovação seria a venda de cotas em condomínio, em quadras de tal ou qual tipo, dando direito ao uso futuro do terreno, na proporção da cota e do planejamento conjunto da quadra e correspondendo, em princípio, a uma unidade de habitação, ou a uma unidade básica, quando se tratasse de outros usos.

A localização específica da edificação, correspondente a cada cota, seria determinada pela escolha do comprador, por ordem de prioridade dependente de integralização de sua compra, à medida que a Companhia Urbanizadora verificasse existir um número suficiente de compradores para a atribuição de propriedade definitiva, em parte ou no todo, de uma quadra, desde que os planos de urbanização o permitissem. Se, na época fixada para a escolha, um conjunto de compradores isolados não atingisse o número necessário para a atribuição do terreno correspondente a determinado bloco e houvesse outros compradores, em conjunto ou individuais, também pretendendo o mesmo bloco, embora dispende de prioridade inferior, aos primeiros seria dado um prazo para integralizar a totalidade das cotas, findo o qual, se não o fizesse, ao segundo seria atribuído o direito de escolha, passando então, os primeiros, à prioridade seguinte e assim sucessivamente.

O mesmo sistema poderia ser adotado para a venda de lotes individuais maiores ou menores. E todas essas vendas poderiam ser efetuadas, ainda antes da elaboração do plano diretor, pois a prioridade referida lhe asseguraria localização satisfatória. Deste modo a Companhia Urbanizadora poderia dispôr, de imediato, de recursos apreciáveis que viriam facilitar enormemente o prosseguimento dos seus trabalhos. Basta imaginar que, se por hipótese, a Companhia Urbanizadora pusesse à venda, de início, apenas 50.000 cotas de condomínio em zonas residenciais, a um preço médio de, digamos, Cr\$ 150.000,00, isso lhe traria, em curto prazo, um encaixe de Cr\$ 7.500.000.000,00. Isso, sem se falar das zonas certamente mais rendosas, como as de edifícios de uso comercial e outros.

À medida que se desenvolvesse a cidade, a Companhia Urbanizadora contaria, evidentemente, com uma progressiva valorização das cotas ainda disponíveis.

O sistema sugerido apresenta, portanto, consideráveis vanta-

gens. Facilita o planejamento de parte substancial das moradias em apartamentos (com enormes economias nos serviços públicos), pois permite que as transações imobiliárias se processem livremente, sem prejuizo para a integridade dos planos de conjunto. E certamente contribui para o rápido desenvolvimento da zona comercial central, onde qualquer outro método de venda forçosamente reduziria o volume de operações pois exigiria vultosos investimentos por parte dos compradores de lotes individuais.

Aliás, a passagem do lote individual para a totalidade da quadra, como objeto da transação imobiliária que aqui se preconiza, encontra precedente na legislação sueca, que, em 1907, já estabelecia não ser o lote individual, mas a quadra, a unidade edificável.

Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva.

Aos doze dias do mes de maio do ano de mil novecentos e cinquenta e sete, nesta cidade do Rio de Janeiro, no edificio sede do Ministério da Educação e Cultura, às dezesseis horas, reuniu-se, em sessão de instalação, a Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva e com a presença dos seus membros: - Sir William Halford, Andre Sive, Stano Papadaki, Hildebrando Horta Barbosa, Paulo Audezes Ribeiro e Oscar Viueayer. Abruindo os trabalhos, o seuhr Presidente se declarou instalada a Comissão, dando as boas vindas aos señores Sir William Halford, Andre Sive e Stano Papadaki, afirmando que a presença desses illustes arquitetos, pela sua competência e alto conceito firmado na arquitetura mundial, constituia para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital motivo de grande satisfação. Em seguida o seuhr Presidente se solicihou á Comissão que se manifestasse sobre a ordem e criterios a seguir nos trabalhos. O seuhr Andre Sive propôs entãõ que os trabalhos se

Anexo 2-1: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 1/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

iniciassem diariamente às onze ho-
 ras, destinando-se a primeira par-
 te da manhã às exaues e revisões,
 por cada membro, dos trabalhos diá-
 rios. Usando da palavra Sir William
 Halford propôs que a Comissão fi-
 zesse, de plano, uma pre-seleção
 dos trabalhos apresentáveis, os quais
 mereceriam então estudos mais
 apurados. Sobre essa proposta
 manifestou-se o Sr. Paulo Antu-
 nes Ribeiro, declarando que a
 seu ver não deveria ser feita uma
 pre-seleção, mas um longo estudo
 de cada projeto. O senhor Oscar
 Viemeyer pediu então que os
 projetos fossem postos em vota-
 ção. Usando a palavra o senhor
 Presidente declarou que iria a-
 presentar um substitutivo: - a
 Comissão faria a pre-seleção
 dos trabalhos, desde que essa es-
 colha fosse feita pela unanimi-
 dade dos membros da Comissão.
 Se porém, houvesse, pelos membros, um
 voto divergente, seria dado um
 prazo de vinte e quatro horas ao
 membro divergente para estudos
 e apresentação de seus razões,
 após o que a Comissão decidiria.
 Essa proposta foi aceita
 unanimemente. Declarando
 assim instalados os trabalhos,
 o senhor Presidente informou

Anexo 2-2: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 2/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

que aguardava o Relatório Técnico de Classificação dos Concorrentes; e que estava diariamente às disposições dos membros membros da Comissão a fim de decidir qualquer questão surgida no andamento dos trabalhos e que dependessem de reuniões formal da Comissão. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente encerra a sessão, declarando que aguardaria o parecer técnico da Comissão para uma sessão, se outra não fosse convocada por qualquer de seus membros. Para constar, em Erasmo Jardim Peduti, secretário "ad hoc" da Comissão, lavrei a presente ata que vai assinada por todos os presentes.

[Assinatura]
 L. S. dos. Ant. Silva

[Assinatura]
 Erasmo Jardim Peduti, secretário.

Ata da segunda sessão da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva.

Aos dezesseis dias do mês de março do ano de mil novecentos e cinquenta

Anexo 2-3: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 3/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

e sete, nesta cidade do Rio de Janeiro, às vinte e cinco horas, à rua Assis Brasil, cento e quarenta e seis, reuniu-se a Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva, e com a presença dos seguintes membros: Sir William Halford, Stano Papadaki, Luiz Hildebrando Horta Barbosa, Paulo Antunes Ribeiro, e Oscar Niemeyer. Dada a palavra ao senhor Oscar Niemeyer, por este foi feito um relatório das atividades do Juri, desde a data de sua instalação, e que foram as seguintes: - de acordo com o estabelecido na sessão de instalação, dos vinte e seis trabalhos apresentados, dez, (10) foram selecionados, por decisão unânime. Passou então o juri a examinar esses dez trabalhos. Por proposta do Dr. Luiz Hildebrando Horta Barbosa, o juri decidiu, unanimemente, e antes da segunda seleção, solicitar aos três arquitetos estrangeiros, Sir William Halford, Andre Sore e Stano Papadaki, que se reunissem isoladamente durante as manhãs que fossem necessárias para estudar esses dez trabalhos após o que o juri continuaria seus estudos em conjunto. Ainda, por proposta do arquiteto Paulo Antunes Ribeiro decidiu o Juri que o dia 14, quinta-feira, fosse dedicado por cada um

Anexo 2-4: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 4/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

bro, para seus estudos isolados, reiniciando-se os trabalhos em conjunto no dia seguinte, pela manhã. Os arquitetos e engenheiros, de suas observações e estudos, fizeram estudos sobre forma de "cruis" comparativo dos trabalhos que consideraram principais, acompanhados de apreciações críticas e sintéticas de cada um do projeto, bem como de seus valores essenciais, sendo igualmente elaborado um relatório para ser apreciado pela Comissão, em conjunto. Retomando a palavra o seu Presidente solicitou aos membros da Comissão que, se houvessem qualquer retificação sobre esse relato das atividades do Juri, se manifestassem. Não havendo quem o fizesse o seu Presidente passou à leitura do Relatório baseado nos seguintes termos: "Relatório do Juri para a escolha do Plano Piloto da Nova Capital. O Juri realizou diversas reuniões a fim de escolher, entre os vinte e seis projetos apresentados, o que melhor serve para a base da Nova Capital Federal. Inicialmente, procurou o Juri definir as suas atribuições. De um lado, considerou-se que uma Capital Federal, destinada a expressar a grandiosidade de uma vontade nacional, deverá ser diferente de qualquer cidade de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. A Capital, cidade funcional, deverá além disso ser expressar

Anexo 2-5: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 5/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

arquitetural própria. Sua principal característica é a função governamental. Em torno dela se agrupam todos as outras funções, e para ela tudo converge. As unidades de habitação, os locais de trabalho, os centros de comércio e de descanso se integram, em todas as cidades, de uma maneira racional entre eles mesmos. Uma Capital, tais elementos devem orientar-se "além disso, no sentido do próprio destino da cidade: - a função governamental." O Juri procurou examinar os projetos, inicialmente, sob o plano funcional, e, em seguida, do ponto de vista da síntese arquitetônica. A) Os elementos funcionais são: 1. (um) a consideração dos dados topográficos; 2. (dois) a extensão da cidade projetada em relação com a densidade de habitação (escala humana); 3. (três) - o grau de integração, ou seja as relações dos elementos entre si; 4. (quatro) - a ligação orgânica entre a cidade e os arredores (plano regional). B) - A síntese arquitetônica compreende: 1. (um) composição geral; 2. (dois) expressão específica da sede do governo. Levando em consideração o que vem de ser enunciado, o Juri selecionou quatro projetos, que até este ponto preenchem os critérios enumerados: - no 2 (dois) Bowch Wilman, Trã

Anexo 2-6: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 6/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

Henrique Rocha, e Ney Foutor Gonçalves; n.º 8 (oito) de Ul. M. M. Roberto; n.º 17 (de-
 sete) de Rino Levy, Roberto Albuquerque e
 e L. P. Carvalho Franco; e n.º 22 (vinte e
 dois) de Lucio Costa. O Juri se deparou
 com uma tarefa difícil, ao tentar esta-
 belecer uma classificação dos projetos
 segundo os aspectos funcional e plás-
 tico. Realmente, desde logo foi constatado
 do uma controvérsia. É que, enquanto
 outros projetos podiam ser escolhidos
 sendo em vista determinados quali-
 dades de ordem funcional, ou mesmo
 pelo conjunto de dados funcionais, se
 encarados em seu aspecto plástico
 não se mostravam igualmente sa-
 tisfatórios. Outros projetos preferiam sob
 o ângulo arquitetural, deixavam a
 desear quanto ao lado funcional.
 O Juri procura encontrar uma con-
 cepção que apresentasse unidade e
 conferisse grandezas à cidade, pela
 clareza e hierarquia dos elementos.
 Na opinião de seus membros, o proje-
 to que melhor integra os elementos mo-
 numentais na vida cotidiana do cida-
 de, como Capital Federal, apresentando
 uma composição coerente, racional, de
 essência urbana - uma obra de arte -
 é o projeto numero 22 (vinte e dois) do
 Sr. Lucio Costa; para o segundo mé-
 uis, propõe o projeto de numero 8
 (dois) de Boruck, Milman e outros,
 que apresenta uma densidade im-

Anexo 2-7: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 7/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

ueniente, agrupando de maneira feliz
 as habitações na beira do Lago. Propõe,
 em seguida, sejam reunidos o terceiro
 e quarto prêmios, e atribuídos aos
 projetos de nº 17 (dezesete) - por apresen-
 tar uma alta qualidade de plástica
 em harmonia com uma grande com-
 petência técnica, e o de número 8 (oito)
 por sua acesa pesquisa de desenvol-
 vimento regional e seus estudos a-
 profundados dos problemas econô-
 micos e administrativos. O júri pro-
 põe finalmente, seja concedido o quinto
 prêmio aos seguintes projetos: número 24
 (vinte e quatro), de Henrique E. Müldlin,
 e Giancarlo Palauti; número 26, de Cou-
 stantine SA e número 1 (um), de Carlos
 Cascaldi, João Vilanova Artigas, Mario
 Wagner Vieira e Paulo Carrasco e Alu-
 da. Em anexo, um resumo das aprecia-
 ções que serviram de base à seleção dos
 projetos premiados. Rio de Janeiro, 15 de
 março de 1957. Assinados: William
 Halford, Stano Papadaki, Andre Sive,
 Oscar Niemeyer e Luiz Hildebrando
 Horta Barbosa. Pediu então a palavra
 o arquiteto Paulo Arthur Ribeiro, pe-
 ra, antes de ser o relatório submetido a
 voto, fazer a seguinte proposta: "Su-
 giro que os dez (10) trabalhos separados
 no primeiro dia, acrescidos do número
 11 (onze), na numeração a giz, fossem con-
 tidos como a equipe vencedora do
 concurso, sem classificações, organi-

Anexo 2-8: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 8/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

zando-se desta forma uma grande Comissão encarregada de desenvolver o plano de Brasília." O seu Sr. Presidente subme-
 deu a proposta à Comissão, pedindo a
 manifestação de seus membros. O Sr. Lu-
 iz Hildebrando Horta Barbosa, declarou,
 que votava pela classificação dos pro-
 jetos, e conseqüentemente, contra a pro-
 posta, por não considerar todos os tra-
 balhos num mesmo nível, não podendo e-
 quiparar-los. Em seguida votou Sr. Wil-
 liam Halford, declarando: - se se tra-
 tasse de um concurso de outra nature-
 za, como por exemplo um concurso de
 estética, talvez fosse possível a ado-
 ção desse critério. Mas, em se trata-
 do da escolha de um plano para a
 construção da Capital de um grande
 país, que seria examinado, comenta-
 do e criticado no mundo inteiro co-
 mo século e com a responsabilidade
 de seu nome seria que dar-se-ia
 opinião sobre os trabalhos, pelo que
 votava contra a proposta e a favor
 da classificação. Os membros sentidos
 manifestam-se o Sr. Stano Papadaki,
 dizendo que os projetos apresentados
 não são da mesma qualidade, e
 que alguns até são contraditórios en-
 tre si, pelo que não podia equiparar-
 los. Pela classificação votou ainda
 o Sr. Oscar Niemeyer, pelo que o seu Sr.
 Presidente declarou rejeitada a pro-
 posta e subme- deu a votos o relatório

Anexo 2-9: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 9/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

com a classificação ali constante. Posto
 esse votação foi o relatório aprovado, pas-
 sando assim a constituir o Relatório
 da Comissão, sendo o arquiteto Paulo
 Azevedo Ribeiro, dado o seu voto em
 separado, assim redigido, e que
 passou a ser lido para conhecimento
 da Comissão: « Comissão Julgadora dos
 Trabalhos de Brasília. Voto do arquiteto
 Paulo Azevedo Ribeiro. Apesar de ter
 enviado uma carta ao Dr. Israel
 Pinheiro, declarando que, como repre-
 sentante do I. A. B. me retirava do juízo
 para julgamento do concurso para
 o Plano Piloto de Brasília, me viu-
 dade de não concordar com o crité-
 rio adotado na escolha dos trabalhos,
 fui convidado a apresentar o meu
 voto em separado, digo relatório em
 separado, incorporando à Ata que
 será feita, o que achasse dever ser fe-
 zê-lo, como meu voto. Como não me
 achou em condições de opinar se-
 ricamente, apresento como meu voto
 apenas o relato do que se passou em
 dois dias e meio esse que foram estu-
 dados e julgados os vinte e seis tra-
 balhos apresentados pelos concorrentes.
 1 (um) No dia imediato ao encerramento
 do prazo para a apresentação dos projetos,
 isto é, no dia 22, sexta-feira, foi aberta
 às quatro horas da tarde, a exposição dos
 trabalhos apresentados, a ela compareceram
 os membros do juízo e o representante do

Anexo 2-10: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 10/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

Companhia Urbanizadora; 2 (dois) logo
 após a visita oficial, que durou aproximada-
 mente quarenta minutos, o Sr. Israel
 Pinheiro convocou os membros do Juri, so-
 licitando-lhes começassem os trabalhos
 que ele esperava, fossem concluídos em
 uma semana. Nessa ocasião, sugeri que
 fossem distribuídos aos membros do Juri
 os relatórios do vinte e seis projetos apre-
 sentados, cuja leitura deveria ser o pri-
 meiro passo para o seu conhecimento.
 Logo após, começariam então os traba-
 lhos de exame e comparação; 3 (tres)
 Objeteu o Sr. Israel Pinheiro que esse
 processo tomaria um tempo precioso o
 que levou o representante francês a im-
 plear que sendo recebido e aprovado os
 trabalhos sabia que uma parte deles não
 resistiria a um simples exame, sugeri-
 do que fizessemos uma volta pelo salão,
 para verificar a exatidão do meu afir-
 mativa, finda a qual decidiram como
 prosseguir; 4 (quatro) a sugestão foi acei-
 ta e o Juri, com todos os seus membros,
 percorreu toda a exposição durante mais
 ou menos 1 (uma) hora, procedendo a
 um exame sumário dos projetos, daí re-
 sultando a seleção de dez (10) trabalhos,
 5 (cinco) Com esse resultado, procurou
 o Juri deliberar sobre como prosseguir.
 Solicitei, então, novamente que fossem
 distribuídos os 10 (dez) relatórios a cada
 um dos membros do Juri, dando-se-lhes
 um prazo para o seu estudo e próte-

Anexo 2-11: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 11/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

rior estudo, digo posterior reuniões para
 deliberações. Mais uma vez o fato sempre
 interveio. A reunião deveria ser no dia
 seguinte, declarando eu, então, que leva-
 ria os relatórios e os leria à noite, m-
 uno que para isto precisasse de toda
 ela. Foi o que fiz. É claro que li ape-
 nas, sem fazer o estudo que deveria
 ser feito e que demandaria muito
 mais tempo; 6 (seis) Continuamos ain-
 da, na mesma feira, e ao término dessa
 reunião foi marcado novo encontro
 para as duas e meia horas do dia
 seguinte, quarta-feira. 7 (sete) Na
 quarta-feira, às duas horas e meia,
 compareci com os 10 (dez) relatórios
 lidos, simente, é claro. Começada a
 reunião procurei saber do representa-
 te inglês qual o critério a adotar
 para o exame dos dez trabalhos que
 estavam sendo estudados. Depois
 de debatido o assunto venceu a ideia
 do representante da França, de que os
 trabalhos deveriam ser apreciados em
 função de: a - topografia; b - densida-
 de; c - integração; d - plástica. 8 (oito)
 Percorremos então, novamente, a exposi-
 ção examinando cada trabalho, oferecen-
 do cada membro do júri sua opinião
 sumária sobre cada um deles, o que e-
 ra anotado em folha de bloco pelo re-
 presentante americano. (folha esta que
 guardei em meu poder; 9 (nove) Ao
 finalizar esse exame, voltamos a

Anexo 2-12: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 12/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

deliberar, declarando o representante in-
glês, que sendo sido feita uma aprecia-
ção rápida demais, seria interessante
que nos delibésemos para aprofundar
um pouco mais. Sugeri, então, que o
dia seguinte, - quinta-feira - fosse dei-
xado livre para pensar e reexaminar
o assunto e que, sexta-feira, nos reu-
nissemos às 10 (dez) horas para trocar
ideias, antes da chegada do Sr. Dr. Ino-
el Pinheiro, marcada para as onze e
meia horas; 10 (dez) - Quinta-feira passei
o dia todo na sala da exposição co-
piando trabalho por trabalho para com-
para-lo melhor, à noite, em minha ca-
sa, procurando chegar alguma conclu-
são; ao mesmo tempo, repassei os tra-
balhos deixados para mais tarde, veri-
ficando que devíamos fazer mais
um projeto, cujo exame seria acuse-
thavel; 11. (onze) Bom dia cobreado, sex-
ta-feira, às 10 (dez) horas, cheguei ao lo-
cal dos trabalhos para trocar ideias,
pretendendo seguir o exame do pro-
jeto que encouhei no repasse, aí fi-
cando até quinze para as onze horas,
quando chegou Oscar Niemeyer acom-
panhado dos três representantes es-
traqueiros. Niemeyer, dirigindo-se
a mim, entregou-me um pequeno re-
latório, dizendo-me que era o resul-
tado dos trabalhos dos três arquitetos es-
traqueiros, na quinta-feira. Ao ler o
documento, verificuei, com surpresa,

Anexo 2-13: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 13/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

que os meus três colegas não só tenham
 estudado os cinco projetos finais, mas
 também os tenham classificados, es-
 tando portanto concluído o julgamento
 dos projetos no tempo record de dois
 dias e meio. Como três votos e mais
 um de Oscar Niemeyer, não se pode-
 ria restar nenhuma possibilidade de opi-
 nar, mesmo que estivesse em condi-
 ções de fazê-lo, o que não estava, mo-
 tivado pelo qual, para salvar a respo-
 sabilidade do I.A.B., não concordando
 com o critério adotado para o jul-
 gamento, apresento meu voto em se-
 parado. De acordo com as bases con-
 cedidas de todos os associados do I.A.B.
 em virtude dos dados arbitrários fru-
 tuosos, caberia julgar objetivando
 a escolha de equipe de real valor
 e alto padrão técnico, que demons-
 trasse sua capacidade para desen-
 volver o projeto da Nova Capital do
 Brasil. Para finalizar, no intuito de
 colaborar constitutivamente para a
 solução da questão, sugiro, entretan-
 to que os dez trabalhos separados no
 primeiro dia, acrescidos de mais
 um, o de número 11 (onze) na numera-
 ção a giz, fossem constituídos como
 a equipe vencedora do concurso, sem
 classificação, organizado-se dessa
 forma, uma grande comissão encarre-
 gada de desenvolver o plano de Bra-
 sília. Neste caso o assunto estaria

Anexo 2-14: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 14/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

resolvidos com justiça e a substituição ^{entubular} de todos, se faria sentir. São estas as declarações que posso oferecer como meu voto e que serão levadas ao conhecimento do Conselho Diretor do I.A.B. assinado por Paulo Azevedes Ribeiro. Após a leitura solicitou a palavra o Sr. Luiz Florio Barbosa, para declarar haver-se equivocado o Sr. Paulo Azevedes Ribeiro, quando afirma que o julgamento foi feito em dois dias e meio, pois, iniciando-se os trabalhos na terça-feira, ainda nesta data e a esta hora, sábado às 22 (vinte e duas) horas, prosseguiram os trabalhos. Também Sr. William Halford, declarou que ainda prosseguiram os trabalhos e que ele, mesmo antes de instalado o júri já estava realizando estudos dos projetos apresentados. O Sr. Presidente, igualmente disse que desejava fazer uma certificação quanto às considerações do voto do arquiteto Paulo Azevedes Ribeiro, no seu item 11 (onze) quando afirma que ao receber de Oscar Niemeyer o relatório dos arquitetos estrangeiros já estava concluído o julgamento dos projetos em tempo record de dois dias e meio e que nada mais lhe cabia fazer. Não houve julgamento, sendo apenas os três membros estrangeiros emitido seu parecer sobre os projetos, já que para isso se julgaram

Anexo 2-15: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 15/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

devidamente habilitados. A escolha e o julgamento dependeriam da Comissão plena, sob sua presidência, a qual decidiria, como ora estava fazendo. O parecer ou a opinião de qualquer membro, na reunião da Comissão, seria objeto de apreciação e poderia ser aceito ou rejeitado, não sendo por conseguinte um julgamento. Reservava ainda, que sendo o julgamento realizado em ato coletivo, não em votação secreta, porém mediante debate, discutindo-se ponto de vista, não se impunha ser conhecido a priori, a opinião ou o parecer de qualquer dos membros. Até pelo contrário, sendo ele conhecido esse antecedência, colocaria os demais membros, com opiniões contrárias, em melhores condições para analisá-lo e debater-lo, e até por força de argumentos modificar as opiniões já emitidas. Após essas considerações, o seu Presidente declarou vencedores do concurso, os seguintes projetos: 1.º Primeiro lugar - número vinte e dois, do seu Sr. Lucio Costa; Segundo lugar - número dois, de autoria de Boruch Milman, João Henrique Rocha e Uly Froudes Gonçalves; Terceiro e Quarto lugares, em conjunto, os projetos dezesseite e oito, respectivamente de Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar

Anexo 2-16: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 16/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

e L. R. de Carvalho Franco, o primeiro e de
 Ul. Ul. Ul. Roberto, o segundo; Quinto lugar,
 seu conjunto os projetos vult e quatro,
 vult e seis, e um, respectivamente de:
 - Henrique E. Mülller e Giancarlo Palau-
 ti; - da Construtivica S.A. e o de
 Carlos Cascaldi, João Vitanova Arti-
 gas, Mauro Wagner Vieira e Paulo
 Camargo e Almeida. Em seguida, pe-
 diu a palavra Sir William Halford para
 declarar que se sentia muito honrado em
 se participado de uma missão tão ele-
 vada, como seja a de colaborar na es-
 colha de um projeto destinado à Construc-
 ção da Nova Capital do Brasil, e muito
 satisfeito por unificar o grande desenvol-
 vimento que há no Brasil, da arquitetura
 e que essa afirmativa mais se comprova
 nessa atividade pela representação que
 deu no concurso. O seu Sr. Presidente,
 Dr. Israel Pinheiro, declarou então que ao
 se encerrarem os trabalhos da Comissão
 Julgadora do Plano Piloto da Nova Ca-
 pital do Brasil, queria, em nome da
 Companhia Urbanizadora e do
 Governo brasileiro agradecer a todos
 os participantes da Comissão, e es-
 pecialmente aos representantes, inglês,
 francês, e norte americano, os serviços
 que prestaram ao grandioso em-
 prendimento que é a fundam-
 ção da Capital do Brasil, res-
 saltando o sucesso, sem prece-
 dentes, do concurso, que pela

Anexo 2-17: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 17/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

quantidade, quer pela qualidade
 dos trabalhos apresentados. Nada
 mais havendo a tratar, o seu
 Presidente encerrou a sessão, da
 qual, para constar, eu Erasmo
 Maurício Pedro, secretario "ad hoc" da
 Comissão, lavei a presente ata, que
 vai assinada por todos os mem-
 bros presentes. Erasmo Maurício Pedro.
 Ressalvo a entelinha feita às fol. quatro, lin-
 ha trinta e um, onde se lê: "o júri propõe se-
 ja o primeiro prêmio concedido ao projeto
 do seu Sr. Lucio Costa." Erasmo Maurício Pedro.

Com o seguinte Sr.
 William Holford.
 Sr. Frederico
 Xiro
 Sr. José Pinheiro da Silva
 Erasmo Maurício Pedro: - secretario.

Anexo 2-18: Cópia da Ata da sessão de instalação da Comissão Julgadora do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil, sob a presidência do Dr. Israel Pinheiro da Silva; pág. 18/18.

FONTE: Arquivo Público do Distrito Federal

	EQUIPAMENTO URBANO	02.811 NBR 9284 MAR/1986
Classificação		
1 OBJETIVO		
1.1 Esta Norma classifica o equipamento urbano, por categorias e subcategorias, segundo sua função predominante.		
1.2 Esta Norma aplica-se, entre outras finalidades, à gestão, ao cadastramento e ao planejamento urbanos ¹ , observada, conforme o caso, a legislação específica dos órgãos federais, estaduais e municipais.		
2 DEFINIÇÃO		
Para os efeitos desta Norma e adotada a seguinte definição:		
2.1 <i>Equipamento urbano</i>		
Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados.		
3 CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS		
3.1 <i>Circulação e Transporte</i>		
3.2 <i>Cultura e Religião</i>		
3.3 <i>Esporte e Lazer</i>		
3.4 <i>Infra-estrutura</i>		
¹ Trata, também, sobre gestão, cadastramento e planejamento urbanos a norma NBR 9283 - Mobiliário urbano - Classificação		
Origem: CB-140/85 (Projeto 2:10.13-014) CB-2 – Comitê Brasileiro de Construção Civil CE-2:10.13 – Comissão de Estudo de Equipamentos Urbanos		
SISTEMA NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL	ABNT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS ©	
Palavras-chave: equipamento urbano. urbanização.	NBR 3 NORMA BRASILEIRA REGISTRADA	
CDU: 725/727.98.001.42	Todos os direitos reservados	4 páginas

- 3.4.1 *Sistema de comunicação*
- 3.4.2 *Sistema de energia*
- 3.4.3 *Sistema de iluminação pública*
- 3.4.4 *Sistema de saneamento*
- 3.5 *Segurança pública e Proteção*
- 3.6 *Abastecimento*
- 3.7 *Administração pública*
- 3.8 *Assistência social*
- 3.9 *Educação*
- 3.10 *Saúde*

4 **RELAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO**

4.1 *Circulação e Transporte:*

- a) estacionamento;
- b) logradouros públicos e vias especiais;
- c) vias, terminais e estações do sistema de transporte em suas diversas modalidades.

4.2 *Cultura e Religião*

- a) biblioteca;
- b) cemitério e crematório;
- c) centro cultural;
- d) centro de convenção;
- e) cinema;
- f) concha acústica;
- g) jardim botânico, jardim zoológico, horto florestal;
- h) museu;
- i) teatro;
- j) templo.

4.3 *Esporte e Lazer*

- a) autódromo, kartódromo;
- b) campo e pista de esporte;
- c) clube;
- d) estádio;
- e) ginásio de esportes;
- f) hipódromo;
- g) marina;

- h) piscina pública;
- i) parque;
- j) praça.

4.4 *Infra-estrutura*

4.4.1 Sistema de comunicações:

- a) correios e telégrafos;
- b) rádio e televisão;
- c) telefonia.

4.4.2 Sistema de energia:

- a) combustível doméstico canalizado;
- b) energia elétrica.

4.4.3 Sistema de saneamento:

- a) abastecimento de água;
- b) esgotamentos sanitário e pluvial;
- c) limpeza urbana;
- d) lavanderia coletiva.

4.5 *Segurança pública e Proteção*

- a) corpo-de-bombeiros;
- b) delegacia;
- c) instalações militares;
- d) posto policial;
- e) posto de salvamento.

4.6 *Abastecimento:*

- a) armazém, silo;
- b) central de abastecimento;
- c) mercado municipal;
- d) posto de abastecimento de veículos;
- e) supermercado.

4.8 *Administração pública:*

- a) sedes dos poderes executivo, legislativo e judiciário (Palácio do Governo, Prefeitura, Câmara e Fórum).

4.9 *Assistência social:*

- a) asilo;
- b) centro social, comunitário;
- c) centro de triagem;
- d) creche;
- e) orfanato;
- f) penitenciária;

g) reformatório.

4.9 *Educação:*

- a) colégio;
- b) escola;
- c) escola técnica;
- d) faculdade;
- e) universidade.

4.10 *Saúde:*

- a) ambulatório;
- b) centro de saúde;
- c) hospital;
- d) posto de saúde.

IMPRESSA NA ABNT – RIO DE JANEIRO

Governo do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Governo - SEG
Excelentíssimo Senhor Secretário de Governo
José Humberto Pires de Araújo

Senhor Secretário,

Atendendo a **nova solicitação** de sua assessoria jurídica (contato telefônico Lincoln/Gabriel), vimos **mais uma vez** apresentar **provas da representatividade da ACLUG**, entidade que em menos de dez meses de formalizada conta com cerca de mil e quinhentos associados, entre os quais mais de 90% dos lojistas da Galeria dos Estados, conforme evidencia documentação já encaminhada a essa Secretaria de Estado de Governo.

Para **eliminar quaisquer dúvidas quanto à legitimidade da atuação da ACLUG em defesa dos interesses relacionados àquele logradouro, anexamos DECLARAÇÃO** desta data, que **discrimina todas as lojas da Galeria e especifica os lojistas que:**

1. São associados da ACLUG;
2. Não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria dos Estados;
3. Não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem as entidades que ela alega dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.

Tal documento **reforça e consolida** as provas enviadas a essa SEG em nossas correspondências de 28.09.2009 e de 13.11.2009, permitindo **evidenciar de forma segura a real situação de representatividade na Galeria dos Estados**. Relaciona que **das 83 lojas e boxes da Galeria, 17 estão fechadas, 5 foram eliminadas pelas obras do metrô, 3 são utilizadas por empresas estatais e 2 lojistas assumem posição de neutralidade. E comprova que, das 56 lojas operantes, 51 lojistas são associados da ACLUG e apenas 5 (entre as quais a própria Maria Inês) não se declaram** contrários à **questionável entidade supostamente dirigida** por aquela senhora.

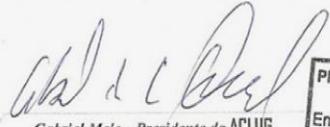
Em cumprimento aos princípios constitucionais de impessoalidade e moralidade que devem nortear a Administração Pública, **solicitamos que essa Secretaria de Estado de Governo seja igualmente rigorosa nas exigências com relação à representatividade da senhora Maria Inês, impedindo que tal senhora continue se fazendo passar por líder comunitária apesar de expressamente desautorizada** por aqueles a quem falsamente alega representar.

Por oportuno, **pedimos sua especial atenção** à página 100 de nossa correspondência de 28.09.2009. Trata-se de pretensa 'ata de assembleia' que 'elege' a 'diretoria' da ALGE para o biênio 2007-2009 e relaciona 10 'diretores' e 'conselheiros' **que não assinam** o referido documento. Ocorre que **5 (cinco) desses nomes são de pessoas que reiteradas vezes afirmaram não serem representadas** por Maria Inês, nem pelas entidades conduzidas por ela. Mais que isso, aquelas cinco pessoas **são associadas da ACLUG e renovam nesta data seu repúdio** às ações de Maria Inês ao assinarem a Declaração aqui anexada. Fato que deixa **ainda mais evidente a falsidade** do único instrumento de legitimidade da entidade 'presidida' por aquela senhora.

Aproveitamos para ressaltar que a **ACLUG não é simplesmente uma entidade representativa de empresários, pois atua em defesa de interesses difusos e coletivos** dos atuais 50 mil Cidadãos que utilizam diariamente a Galeria dos Estados, sejam lojistas ou não. Cinquenta mil **Cidadãos detentores de direitos que não podem ser submetidos aos caprichos de uma única pessoa**, por mais insistente e ardilosa que possa ser.

Finalmente, **enfatizando a urgência de se discutir questões prioritárias** dentre as quais a regularização da ocupação das lojas representa apenas um item, a **ACLUG volta a reiterar a atenção de Vossa Excelência para nossa Proposta de Resgate da Galeria dos Estados, encaminhada a essa SEG em 28.09.2009, e renova a disponibilidade dos nossos técnicos para compor eventuais grupos de trabalho e estudo** sobre questões relativas às temáticas de cidadania e gestão urbana democrática e sustentável.

Atenciosamente,


Gabriel Melo - Presidente da ACLUG

Galeria dos Estados, Loja 22 - Metrô SCS - Brasília (DF) CEP: 70302-000 e-mail: aclug@galeriadosestados.org

PROTOCOLO DO CENTRO ADMINISTRATIVO	
RECEBIDO	
Em, 18 / 11 / 20 09, às 18 h 50 min	
3226.3763 e 9102.0815	69844-3
RUBRICA	MATRICULA

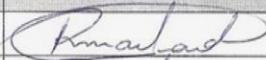
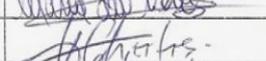
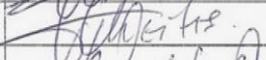
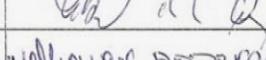
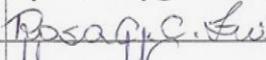
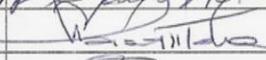
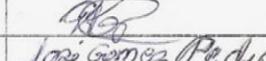
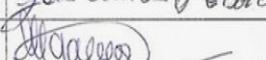
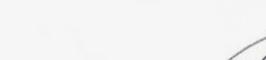
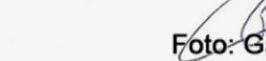
Foto: GabrielMelo

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados declaram para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, **que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados. Acrescentam que não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.**

Brasília (DF), 17.11.2009.

TRECHO do SETOR COMERCIAL SUL (lojas 1 a 38; 10 LOJAS FECHADAS)

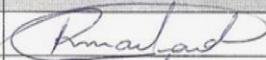
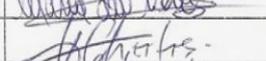
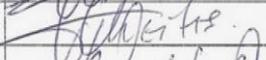
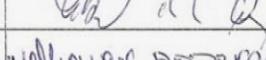
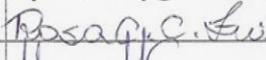
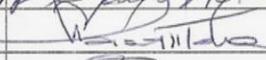
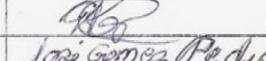
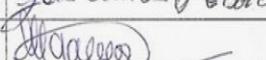
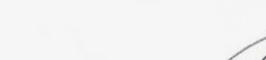
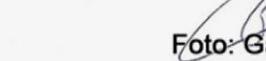
No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
04	ESTAÇÃO DO CAFÉ	RONE MACHADO	3223-1160-9987-1332	
06	ESTAÇÃO DO CAFÉ	RONE MACHADO	3223-1160-9987-1332	
07	VILA RICA JÓIAS	OLIVEIROS GRILLI Fº	324-7966-9617-5076	
09	VILA RICA JÓIAS	OLIVEIROS GRILLI Fº	324-7966-9617-5076	
10	SOUVENIRS	ANTONIO BERNARDES	3225-7955	
* 11	CEGONHA	Mª. INÊS F. MOURÃO	—	
17	RAIO DE SOL	MARIA DAS NEVES	9922-0424	
19	FORTT CALÇADOS	FERNANDO CUNHA	3322-7981-9994-8913	
21	FORTT CALÇADOS	FERNANDO CUNHA	3322-7981-9994-8913	
22	BELGANI LIVRARIA	GABRIEL MELO	3226-3763-9102-0815	
BANCA 2	METROLINE	HELIONAI BEZERRA	3621-4676-8416-6060	
25	GALERIA F. CLUBE	MARCOS CARNEIRO	3322-5903-9251-9210	
26	FRANCAÇADOS	ROSA CUNHA	3321-1703	
27	PONTA DE ESTOQUE	MARCOS CARNEIRO	3322-5903-9251-9210	
28	SALÃO METRÓ	OCACIR COELHO	3224-1452	
29	LE BIJOUX	MARISSOL H. TAKANO	3226-9361-81896698	
30	CASA TUCUNARÉ	ATANÁSIO ROSA	3226-1646	
32	OFICINA DA BELEZA	JOSÉ LOPES (EDÍLIO)	3322-2158	
33	RAIO DE SOL	MARIA DAS NEVES	99220424	

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados declaram para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, **que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados. Acrescentam que não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.**

Brasília (DF), 17.11.2009.

TRECHO do SETOR COMERCIAL SUL (lojas 1 a 38; 10 LOJAS FECHADAS)

No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
04	ESTAÇÃO DO CAFÉ	RONE MACHADO	3223-1160-9987-1332	
06	ESTAÇÃO DO CAFÉ	RONE MACHADO	3223-1160-9987-1332	
07	VILA RICA JÓIAS	OLIVEIROS GRILLI Fº	324-7966-9617-5076	
09	VILA RICA JÓIAS	OLIVEIROS GRILLI Fº	324-7966-9617-5076	
10	SOUVENIRS	ANTONIO BERNARDES	3225-7955	
* 11	CEGONHA	Mª. INÊS F. MOURÃO	—	
17	RAIO DE SOL	MARIA DAS NEVES	9922-0424	
19	FORTT CALÇADOS	FERNANDO CUNHA	3322-7981-9994-8913	
21	FORTT CALÇADOS	FERNANDO CUNHA	3322-7981-9994-8913	
22	BELGANI LIVRARIA	GABRIEL MELO	3226-3763-9102-0815	
BANCA 2	METROLINE	HELIONAI BEZERRA	3621-4676-8416-6060	
25	GALERIA F. CLUBE	MARCOS CARNEIRO	3322-5903-9251-9210	
26	FRANCAÇADOS	ROSA CUNHA	3321-1703	
27	PONTA DE ESTOQUE	MARCOS CARNEIRO	3322-5903-9251-9210	
28	SALÃO METRÓ	OCACIR COELHO	3224-1452	
29	LE BIJOUX	MARISSOL H. TAKANO	3226-9361-81896698	
30	CASA TUCUNARÉ	ATANÁSIO ROSA	3226-1646	
32	OFICINA DA BELEZA	JOSÉ LOPES (EDÍLIO)	3322-2158	
33	RAIO DE SOL	MARIA DAS NEVES	99220424	

ACLUG

Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados
Porque a Cidade é do Cidadão!

www.galeriadosestados.org

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados declaram para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, **que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados. Acrescentam que não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.**

Brasília (DF), 17.11.2009.

No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
34	ALVORADA CEARENSE	PEDRO LEÔNIO	—	
35	EMPÓRIO PILOTO	TEREZA ISHI	—	
37	EQUIPE CABELEIREIROS	JOÃO O. DE JESUS	3323-4305-9114-0740	<i>João Oliveira de Jesus</i>
S/N	ENGRAXATARIA	ISAC	01461.36370228	<i>Isac de matos</i>
38	FECHADA	RAIMUNDO RODRIGUES		
31 - BANCORBRÁS		Entidade estatal – não pertence a qualquer associação.		
01, 02, 16, 18, 20		REMOVIDAS PELO METRÔ		
03, 05, 08, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 36		FECHADAS		

TRECHO do SETOR BANCÁRIO SUL (lojas 39 a 78 mais os restaurantes da área central: lojas 79 e 80 – 8 LOJAS FECHADAS)

No. LOJA	NOME da LOJA	RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURAS
39	INST. TÂNIA VENÂNCIO	TÂNIA VENÂNCIO	3226-5719-9987-0283	<i>Tânia Maria Venâncio de Azevedo</i>
40	PORÃO 40	LENY D.GOMES	3226-1172-8147-8226	<i>Leny D. Gomes</i>
41	INST. TÂNIA VENÂNCIO	TÂNIA VENÂNCIO	3226-5719-9987-0283	<i>Tânia Maria Venâncio de Azevedo</i>
42	JOSINO'S CABELEIREIROS	JOSINO EVANGELISTA	3325-6074-8574-1245	<i>Josino Alves Evangelista</i>
44	D'COURO	RHAYDA F.MOREIRA	3325-1967-9967-8634	<i>Rhaysa F. Moreira</i>
45	FLORICULTURA S.RITA	CONCEIÇÃO YOSHIMINA	3226-3817-9645-1067	<i>Conceição Yoshimina</i>
46	D'COURO	RHAYDA F.MOREIRA	3325-1967-9967-8634	<i>Rhaysa F. Moreira</i>
48	PAPELARIA FLECHA	LAÉRCIO MOURA JR	3324-6805-8138-6502	<i>Laércio Moura Jr</i>
49	SÔ BIJUTERIAS	FERNANDO	3225-6321	

Galeria dos Estados, Loja 22 - Metrô SCS - Brasília (DF) CEP: 70302-000 e-mail: aclug@galeriadosestados.org (61) 3226.3763 e 9102.0815

Página 2 de 4

Foto: *Gabriel Melo*

ACLUG

Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados
Porque a Cidade é do Cidadão!

www.galeriadosestados.org

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados declaram para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, **que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados. Acrescentam que não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.**

Brasília (DF), 17.11.2009.

No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
✗ 34	ALVORADA CEARENSE	PEDRO LEÔNIO	—	
✗ 35	EMPÓRIO PILOTO	TEREZA ISHI	—	
37	EQUIPE CABELEIREIROS	JOÃO O. DE JESUS	3323-4305-9114-0740	<i>João Oliveira de Jesus</i>
S/N	ENGRAXATARIA	ISAC	01461.36370228	<i>Isac de matos</i>
38	FECHADA	RAIMUNDO RODRIGUES		
31 - BANCORBRÁS		Entidade estatal – não pertence a qualquer associação.		
01, 02, 16, 18, 20		REMOVIDAS PELO METRÔ		
03, 05, 08, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 36		FECHADAS		

TRECHO do SETOR BANCÁRIO SUL (lojas 39 a 78 mais os restaurantes da área central: lojas 79 e 80 – 8 LOJAS FECHADAS)

No. LOJA	NOME da LOJA	RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURAS
39	INST. TÂNIA VENÂNCIO	TÂNIA VENÂNCIO	3226-5719;9987-0283	<i>Tânia Maria Venâncio de Oliveira</i>
40	PORÃO 40	LENY D.GOMES	3226-1172-8147-8226	<i>Leny D. Gomes</i>
41	INST. TÂNIA VENÂNCIO	TÂNIA VENÂNCIO	3226-5719-9987-0283	<i>Tânia Maria Venâncio de Oliveira</i>
42	JOSINO'S CABELEIREIROS	JOSINO EVANGELISTA	3325-6074-8574-1245	<i>Josino Alves Evangelista</i>
44	D'COURO	RHAYDA F.MOREIRA	3325-1967-9967-8634	<i>Rhaysa F. Moreira</i>
45	FLORICULTURA S.RITA	CONCEIÇÃO YOSHIMINA	3226-3817-9645-1067	<i>Conceição Yoshimine</i>
46	D'COURO	RHAYDA F.MOREIRA	3325-1967-9967-8634	<i>Rhaysa F. Moreira</i>
48	PAPELARIA FLECHA	LAÉRCIO MOURA JR	3324-6805-8138-6502	<i>Laércio Moura Jr</i>
49	SÔ BIJUTERIAS	FERNANDO	3225-6321	

Galeria dos Estados, Loja 22 - Metrô SCS - Brasília (DF) CEP: 70302-000 e-mail: aclug@galeriadosestados.org (61) 3226.3763 e 9102.0815

Página 2 de 4

Foto: *Gabriel Melo*

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados declaram para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados. Acrescentam que não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.

Brasília (DF), 17.11.2009.

No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
50	NYLL	NILBERTSON		
51	DELA'S CONFECÇÕES	MADALENA LEAL	3226-4450	Madalena M. Leal
52	THE DARK	ÉRICA F. V.LEAL	3322-2231	Érika F.V. Leal
53	O PÃO DE QUEIJO	NEUTRO		
54	ÉRIKA	ÉRICA F. V.LEAL	3321-1264	Érika F.V. Leal
56	ÓTICAS COPACABANA	ELISEU M. LIMA	3323-8871	Catiana Prado.
57	BIG BIFE	MARIZETE BARBOSA	3322-2010-9258-2636	Marizete Barbosa
58	LUCAS LOTERIA	ADILSON L.RIBEIRO	3226-5872	Adilson L. Ribeiro
59	BIG BIFE	MARIZETE BARBOSA	3322-2010-9258-2636	Marizete Barbosa
60	ÓTICA LUNETTIER	WALCYMARA SILVEIRA	3328-4880	Walcy Mara S. Silveira
63	AGENDA REVISTARIA	ALMIRA L.MENDES	3322-1316	Almira L. Mendes
67	FRUTA PÃO	MARIZETE BARBOSA	3322-2010-9258-2636	Marizete Barbosa
68	NYLL	NILBERTSON		
69	BALAROTTI	WESLEY C.NÓBREGA	3223-4003	Wesley C. Nóbrega
70	SANCHO PANÇA	DAVID L.GARCIA	3321-4867	David L. Garcia
72	SANCHO PANÇA	DAVID L.GARCIA	3321-4867	David L. Garcia
73	NOSSA CASA	ANA LÚCIA A.TORRES	3224-8339	Ana Lúcia A. Torres
75	SUCO & CIA	JOSÉ SILTON OLIVEIRA	32257633-8433-7633	José Silton Oliveira
76	GRELHADOS & CIA	SANTA A.OLIVEIRA	32257633-8433-7633	Santa A. Oliveira
77	SUCO & CIA	JOSÉ SILTON OLIVEIRA	32257633-8433-7633	José Silton Oliveira

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados declaram para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados. Acrescentam que não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.

Brasília (DF), 17.11.2009.

No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
50	NYLL	NILBERTSON		
51	DELA'S CONFECÇÕES	MADALENA LEAL	3226-4450	Madalena M. Leal
52	THE DARK	ÉRICA F. V.LEAL	3322-2231	Érika F.V. Leal
53	O PÃO DE QUEIJO	NEUTRO		
54	ÉRIKA	ÉRICA F. V.LEAL	3321-1264	Érika F.V. Leal
56	ÓTICAS COPACABANA	ELISEU M. LIMA	3323-8871	Catiana Prado.
57	BIG BIFE	MARIZETE BARBOSA	3322-2010-9258-2636	Marizete Barbosa
58	LUCAS LOTERIA	ADILSON L.RIBEIRO	3226-5872	Adilson L. Ribeiro
59	BIG BIFE	MARIZETE BARBOSA	3322-2010-9258-2636	Marizete Barbosa
60	ÓTICA LUNETTIER	WALCYMARA SILVEIRA	3328-4880	Walcy Mara S. Silveira
63	AGENDA REVISTARIA	ALMIRA L.MENDES	3322-1316	Almira L. Mendes
67	FRUTA PÃO	MARIZETE BARBOSA	3322-2010-9258-2636	Marizete Barbosa
68	NYLL	NILBERTSON		
69	BALAROTTI	WESLEY C.NÓBREGA	3223-4003	Wesley C. Nóbrega
70	SANCHO PANÇA	DAVID L.GARCIA	3321-4867	David L. Garcia
72	SANCHO PANÇA	DAVID L.GARCIA	3321-4867	David L. Garcia
73	NOSSA CASA	ANA LÚCIA A.TORRES	3224-8339	Ana Lúcia A. Torres
75	SUCO & CIA	JOSÉ SILTON OLIVEIRA	32257633-8433-7633	José Silton Oliveira
76	GRELHADOS & CIA	SANTA A.OLIVEIRA	32257633-8433-7633	Santa A. Oliveira
77	SUCO & CIA	JOSÉ SILTON OLIVEIRA	32257633-8433-7633	José Silton Oliveira

ACLUG

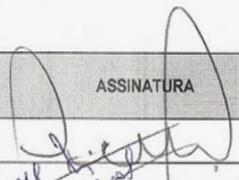
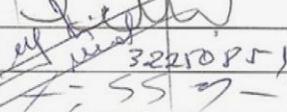
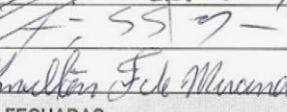
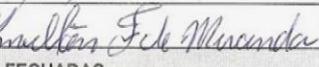
Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados
Porque a Cidade é do Cidadão!

www.galeriadosestados.org

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados **declaram** para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, **que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados**. Acrescentam que **não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.**

Brasília (DF), 17.11.2009.

No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
78	GRELHADOS & CIA	SANTA A. OLIVEIRA	32257633-8433-7633	
79	REST. FLORESTA	MARIA JESUS MIRANDA	3225-0851-8402-8463	
80	REST. NOSSO LAR	LUÍZ MORONI	3321-9586-9862-6499	
Box 81	CHAVEIRO EDY	EDMILSON MIRANDA	99669672	
43, 47, 55, 61, 65, 66, 71, 74			FECHADAS	
62 e 64 - CORREIOS			Empresa pública – não pertence a qualquer associação.	

LOJAS DA GALERIA - POSIÇÃO CONSOLIDADA (em 17.11.2009)

SITUAÇÃO		QUANTIDADE
Fechadas		18 (17)
Removidas pelas obras do Metrô		5
Estatais		3
FUNCIONANDO 56 lojas e boxes	ACLUG	50 ← 48 LOJAS (TODAS AS DEMAIS)
	NEUTROS *	3 LOJAS (10, 49, 53)
	ALGE	5 LOJAS (11, 34, 35, 50, 68)

* Loja 71 - Novita' - Abílio Antunes de Oliveira - 33233360

* LOJA 10 - SOUVENIR ASSOCIOU-SE À ACLUG NESTA DATA 81828340

ASSOCIOU-SE HOJE.


Galeria dos Estados, loja 22 - Metrô SCS - Brasília (DF) CEP: 70302-000 e-mail: aclub@galeriadosestados.org ☎ (61) 3226.3763 e 9102.0815

Página 4 de 4

Foto:  Gabriel Melo

ACLUG

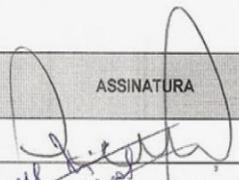
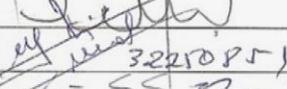
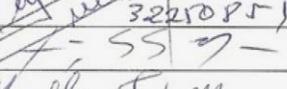
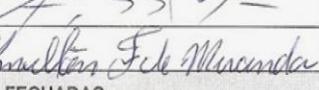
Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados
Porque a Cidade é do Cidadão!

www.galeriadosestados.org

DECLARAÇÃO

Os abaixo assinados Cidadãos lojistas da Galeria dos Estados **declaram** para fins de comprovação junto ao Governo do Distrito Federal e a quem interessar possa, **que são associados da ACLUG - Associação de Cidadãos Lojistas e Usuários da Galeria dos Estados**. Acrescentam que **não são favoráveis à licitação para venda das lojas da Galeria e que não autorizam Maria Inês Fontenele Mourão, nem quaisquer entidades que ela alegue dirigir, a falar em seus nomes junto a quaisquer entidades públicas ou privadas.**

Brasília (DF), 17.11.2009.

No. LOJA	NOME da LOJA	LOJISTA RESPONSÁVEL	TELEFONES	ASSINATURA
78	GRELHADOS & CIA	SANTA A. OLIVEIRA	32257633-8433-7633	
79	REST. FLORESTA	MARIA JESUS MIRANDA	3225-0851-8402-8463	
80	REST. NOSSO LAR	LUÍZ MORONI	3321-9586-9862-6499	
Box 81	CHAVEIRO EDY	EDMILSON MIRANDA	99669672	
43, 47, 55, 61, 65, 66, 71, 74			FECHADAS	
62 e 64 - CORREIOS			Empresa pública – não pertence a qualquer associação.	

LOJAS DA GALERIA - POSIÇÃO CONSOLIDADA (em 17.11.2009)

SITUAÇÃO		QUANTIDADE
Fechadas		18 (17)
Removidas pelas obras do Metrô		5
Estatais		3
FUNCIONANDO 56 lojas e boxes	ACLUG	50 ← 48 LOJAS (TODAS AS DEMAIS)
	NEUTROS *	3 LOJAS (10, 49, 53)
	ALGE	5 LOJAS (11, 34, 35, 50, 68)

* Loja 71 - Novita' - Abílio Afonso de Oliveira - 33233360

* LOJA 10 - SOUVENIR ASSOCIOU-SE À ACLUG NESTA DATA 81828340

ASSOCIOU-SE HOJE.


Galeria dos Estados, loja 22 - Metrô SCS - Brasília (DF) CEP: 70302-000 e-mail: aclug@galeriadosestados.org ☎ (61) 3226.3763 e 9102.0815

Página 4 de 4

Foto:  Gabriel Melo